



IMPRESA NACIONAL

REVISTA BRASILEIRA  
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

PUBLICADA PELO INSTITUTO NACIONAL  
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VOL. I

SETEMBRO, 1944

N.º 3

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, órgão dos estudos e pesquisas do Ministério da Educação, publica-se sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e tem por fim expor e discutir questões gerais da pedagogia e, de modo especial, os problemas da vida educacional brasileira. Para isso aspira a congregar os estudiosos dos fatos educacionais no país, e a refletir o pensamento de seu magistério. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS publica artigos de colaboração, sempre solicitada; registra, cada mês, resultados de trabalhos realizados pelos diferentes órgãos do Ministério e dos Departamentos Estaduais de Educação; mantém seção bibliográfica, dedicada aos estudos pedagógicos nacionais e estrangeiros. Tanto quanto possa, REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS deseja contribuir para a renovação científica do trabalho educativo e para a formação de uma esclarecida mentalidade pública em matéria de educação.

DIRETOR: Professor Lourenço Filho, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. COMISSÃO DE REDAÇÃO: Dr. Abgar Renault, Diretor do Departamento Nacional de Educação; Dr. M. A. Teixeira de Freitas, Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde; Professor Armando Hildebrand, chefe de seção técnica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Dr. Alvaro Neiva, técnico do mesmo Instituto.

Tôda correspondência relativa à REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS deverá ser endereçada ao Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Caixa postal n.º 1.669, Rio de Janeiro, Brasil.

CIBEC PERIODICO	MINISTERIO DA EDUCACAO
N.º 9000 1478	E SAUDE
ORIGEM 69594	17-11-44
DATA	Instituto Nacional
	Estudos Pedagógicos

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Vol. I

Cod. Col. 414

N.º 3

SUMARIO

	Págs.
Editorial .....	339
<i>Idéias e debates:</i>	
CESÁRIO DE ANDRADE, A Proteção da Visão dos Escolares .....	341
GERMANO JARDIM, A Coleta da Estatística Educacional .....	361
ALVARO NEIVA, A Escola, Secundária e a Formação de Atitudes Democráticas .....	371
HELOÍSA MARINHO, Assuntos Predominantes na linguagem do Pré-Escolar .....	376
ALCIMAR TERRA, A escola primária e a aritmética .....	387
<i>Orientação pedagógica:</i>	
LOURENÇO FILHO, Programa mínimo .....	393
<i>Documentação:</i>	
O Congresso de Instrução Superior e Secundária em 1922 .....	403
Bibliografia Pedagógica Brasileira (1931 a 1940) .....	418
<i>Vida educacional:</i>	
A educação brasileira no mês de junho .....	449
Informação dos Estados .....	458
Informação do estrangeiro .....	461
BIBLIOGRAFIA: Benjamin Claro Velasco, Projecto de Lei Orgânica de los Servicios Educaionales; Ofélia Boisson Cardoso, Ensinar e aprender; Anais do 1.º Congresso Nacional de Saúde Escolar; Infância excepcional, Relatório da Sociedade Pestalozzi, de Belo Horizonte	
	465
ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS: Paul Arbousse-Bastide, O elogio do autodidata; Os menores e a guerra; Paulo Sonnenwend, Os livros e a aula preleção; Alice no país das Maravilhas; Pedro Timotheo, Novos rumos do ensino jurídico; Escolas e imigrantes; A. Gavião Gonzaga, Flagelos Sociais	
	470

<i>Atos oficiais:</i>	Págs.
LEGISLAÇÃO FEDERAL: Portaria n.º 357, de 26-7-944 .....	480
LEGISLAÇÃO ESTADUAL: Decreto n.º 1.847, de 14-7-844, do Estado do Rio de Janeiro .....	483

## A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO

*A evolução do pensamento pedagógico e a das instituições educacionais, em cada país, embora entre si relacionadas, correspondem a duas realidades distintas. A vida das instituições depende das condições gerais da existência social, possibilidades econômicas e diretrizes políticas. O pensamento pedagógico pode tomar consciência desse processo, mas pode dele apartar-se, para refletir influências de outras épocas, ou tendências de cultura estranhas ao ambiente. Surpreendem-se, por isso, na história da educação de cada povo, manifestações muitas vezes divergentes entre o pensamento, que se elabora, e a educação, que se realiza; e outras vezes também, denunciadoras de evidente conflito entre uma e outra. Particularmente sensível nas épocas de formação dos povos e nas de mais intensa mudança social, esse conflito só encontra resolução quando critérios objetivos se tenham imposto à maioria dos práticos e teóricos da educação, imbuídos todos, nessa hipótese; de maior sentido realista e pragmático. Realmente, só assim, é possível a indagação das condições positivas da vida social, a análise dos valores, que convenha reafirmar ou substituir, e o exame dos convenientes processos para organização e efetivação de mais fecundo trabalho educativo. O material já sistematizado em relação à história da educação brasileira, como, de outra parte, o que agora "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos" vem publicando sobre a bibliografia pedagógica do país, oferecem clara ilustração dessa maneira de ver. Aos planos e projetos da época de independência, talhados à vista de modelos estranhos às nossas realidades, sucede largo período de minguidas notícias sobre os incipientes sistemas escolares das províncias. Nos últimos decênios do império, agitados pela propagação de novas tendências sociais e políticas, publicam-se numerosos estudos sobre a liberdade do ensino, a obrigatoriedade escolar e a readaptação dos processos de cultura. No correr de 1882 e no ano seguinte, muitas dessas idéias se refletem no parlamento, com os famosos pareceres de Rui Barbosa, que expõem todo um sistema de organização, de metodologia, de política, de filosofia educacional. O pensamento aí pairava, no entanto, muito distante das condições*

de vida do país, para que desde logo se pudesse impor. Muitos dos estudos publicados por motivo do Congresso de Instrução, que se desejou reunir, no mesmo ano, e ainda os documentos oficiais do momento, evidenciam êsse contraste. Os primeiros anos da República não viriam mudar substancialmente a situação. A existência efêmera do Ministério da Instrução Pública em pouco influiu, a não ser com o movimento de idéias do Pedagogium, quasi todo dirigido, porém, no sentido dos processos didáticos e de seus fundamentos. Apenas um ensaio, por essa época, encara a educação como problema de organização nacional. A falta de centros de coordenação e elaboração da cultura, o pensamento pedagógico deveria ainda, por longos anos, flutuar entre problemas particulares, com a mesma expressão fragmentária observada em estudos de outros domínios. A renovação de métodos e processos ensaia-se, é certo, com as reformas realizadas por alguns Estados, logo no começo do regime republicano. Mas a fundamentação científica é escassa. Os estudos de psicologia, por exemplo, só a partir de 1910 tomam direção experimental. Maior compreensão social do alcance da educação só claramente deveria aparecer por efeito da primeira guerra mundial. Mais ampla renovação, abrangendo, agora, a conexão de meios e fins no próprio trabalho escolar, só ainda depois deveria debater-se, na reforma constitucional de 1925, ou em trabalhos após essa data. Por essa época, também, agrupam-se educadores numa prestigiosa associação, que iria realizar congressos nacionais de educação, os quais deveriam exercer salutar influência na aproximação do pensamento às realidades. Em 1927, surgem as primeiras coleções de trabalhos pedagógicos seriados, que difundem obras de história da educação, de sociologia educacional, de psicologia aplicada. A criação do Ministério da Educação, em 1930, com a função natural de indagação estatística e estudo geral da organização cultural do país, deveria estabelecer, enfim, condições para ensaios e pesquisas de índole científica. Conforme se vê das indicações bibliográficas que "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos" publica neste número, referentes ao decênio de 1931-1940, pode-se dizer que uma nova etapa na evolução do pensamento pedagógico do país foi aí vencida. Ela se caracteriza, especialmente, pela introdução de atitude mais objetiva no encarar os problemas vitais da sociedade brasileira, a situação cultural nas várias regiões do país, a evolução biológica e mental de nossos jovens, a situação das populações das zonas rurais. Refletindo, como seria natural, princípios e métodos elaborados alhures, a bibliografia pedagógica brasileira já assinala, porém, autonomia de pensamento, com sentido realista, muito de encorajar-se.

## A PROTEÇÃO DA VISÃO DOS ESCOLARES

CESÁRIO DE ANDRADE

Da Faculdade de Medicina da Bahia e do  
Conselho Nacional de Educação

A higiene social cresce dia a dia de importância na vida das nações cultas, podendo-se até afirmar que, na avaliação do grau de civilização de um povo, é fator de relevo a perfeição das suas organizações nesse setor das atividades públicas.

Sem qualquer dose de exagero pode-se dizer que, nos últimos tempos, os serviços de higiene social se têm desenvolvido entre nós de maneira apreciável. Os poderes públicos responsáveis pelas cousas de Educação e Saúde empenham-se em preparar para o futuro gerações cultas, sadias e vigorosas, a fim de que possam melhor servir à Pátria.

Êsses propósitos são tanto mais dignos de louvores, quanto se sabe que, entre os vários assuntos em que se desdobra a ciência da higiene, destaca-se o que diz respeito ao valor econômico da saúde, num sentido humano, social e patriótico. Natural é, pois, a preocupação que anima os nossos homens públicos de zelar por todos os modos pela saúde da criança. Entre os cuidados que se devem dispensar a êsses organismos em formação inclui-se, por sem dúvida, a proteção ao órgão da visão, particularmente na época em que freqüentam a escola.

Nenhuma nação pode, na realidade, descuidar-se dêsse problema, uma vez que êle envolve o futuro das gerações moças, nas quais repousa o seu destino.

A assistência médico-social encontra naturalmente nas escolas um campo largo para as suas atividades, ao se ocupar das cousas que podem determinar ou simplesmente predispor o órgão visual para distúrbios que acarretam a sua precariedade funcional.

A ação a ser desenvolvida tem que ser ativa, no sentido de corrigir as falhas médico-pedagógicas onde quer que se instrua a criança, se lhe prepare o caráter e se lhe aperfeiçoe a inteligência.

A reação contra a discussão estéril que, pela força da inércia, deixou oportunamente de constituir uma força capaz de produzir os mais benéficos resultados, do ponto de vista humano e social, surgiu, por fim, entre nós, mercê de forças novas e salvadoras.

E' provável, para não se admitir que houve nisso mera coincidência, que essa reação mais pronta e eficaz se processou ao influxo das idéias novas agitadas no cenário de grande *cruzada* de prevenção contra a cegueira, que se revigorou ao sabor das palavras mágicas de De Lapersonne, e da ação dos que deram corpo à sua intenção feliz.

Seja como fôr, a orientação que, hoje, se vem dando em matéria de medicina pedagógica em inúmeros dos nossos estabelecimentos de instrução pública está em concórdância e corre paralelamente ao alvoroço benfazejo despertado no seio das sociedades cultas de todo o mundo pela obra de proteção dispensada ao órgão da visão.

O sentido dessa obra é geral no que toca à sua finalidade; por isso mesmo ela se preocupa com todos os fatores que concorrem para comprometer a perfeição absoluta da função do aparelho visual. E por isso é que os seus objetivos tanto têm de humano quanto de sociais.

A proteção da visão nos agrupamentos escolares faz parte do grande problema médico-pedagógico, quer, no tocante aos fatores inerentes ao próprio órgão, quer na interdependência deles com os da patologia geral, ou outros de ordem extrínseca e com êles intimamente relacionados.

Dentro da nova concepção que destacou o papel do médico higienista escolar é que aparçea a ação do oftalmólogo na escola.

Segundo a moderna Pedagogia, a função do oftalmólogo-higienista, nas escolas, deixou de ser meramente contemplativa ou quando muito opinativa para se tornar ativa e vigilante no propósito de corrigir as falhas ou prevenir males para o órgão da visão das crianças que as freqüentam.

E bem compreensível é essa ação dos oftalmólogos e pedagogos quando se sabe que, dos vários sentidos que concorrem para a formação da inteligência, cabe, incontestavelmente, à função *visual* o papel mais saliente. Graças às várias e complexas faculdades da retina, o sentido da visão enriquece muito mais a imaginação que todos os demais sentidos reunidos.

As propriedades fundamentais e secundárias da retina lhe conferem, com efeito, na formação do intelecto, uma importância que nenhum outro sentido pode ter.

Basta ver que, sendo a visão o único sentido que nos dá as *imagens*, ela realiza ao mesmo tempo uma espécie de tato que lhe cabe exclusivamente. De outra parte, é preciso considerar que a retina é o único órgão apto a nos revelar a um só tempo — a cor, a direção e a forma dos objetos.

Por tôdas essas razões, a visão é, na realidade, o sentido primacial — a principal avenida de nossa aprendizagem no decurso da existência, como já disse um grande mestre da medicina.

Sem dúvida alguma, a visão é detentora da primazia em comparação com a audição, como se pode ver dêsse verso do poeta latino:

*Segnius irritant animos demissa per aurem  
Quem quae sunt oculis subjecta fidelibus.*

Tudo que a ciência puder pôr em prática para proteger o órgão visual tem, pois, um cunho de inestimável valor. O problema dessa merecida assistência é, entretanto, dos mais complexos e se desenvolve ao sabor de vários fatores médicos, pedagógicos e sociais.

Fácil é, portanto, compreender a necessidade do exame do aparelho da visão na *criança*, não só ao ingressar ela nos estudos, senão também durante todo o período em que freqüenta a escola. Fosse exame deveria ser feito até mesmo nos alunos que freqüentam os estabelecimentos de ensino secundário e superior, por motivos facilmente explicáveis. O trabalho é árduo e deve ser compreendido como uma ação de colaboração com os *mestres-escola*, dos quais o oftalmólogo é um auxiliar inestimável e necessário. Melhorando as condições de agudeza visual dos alunos pela remoção das causas, quando possível, das ambliopias que os desnivelam nos conhecimentos hauridos em determinadas classes e as impossibilitam de nelas prosseguir, ou eliminando das escolas aquêles que, por portadores de afecções contagiosas ou outros motivos, não podem nelas ser conservados, presta-se com isso inestimável serviço à causa da criança.

Na escola primária, sobretudo, a função do oftalmiatra-pedagogo sobe dia a dia e vai tomando o lugar que em verdade lhe cabe no desenvolvimento intelectual e moral das crianças.

A educação social vai por sua vez contribuindo largamente para fazer desaparecer certos preconceitos que sempre existiram entre pessoas, até de certo nível cultural, sobre a intervenção do higienista ocular nos agrupamentos escolares. Todos vão compreendendo que não é mais

possível abandonar a criança aos males que podem decorrer da ausência de uma assistência especializada para o órgão da visão.

A condição especial em que, com efeito, se encontra a criança durante o período escolar, seja decorrente da imperfeição do seu aparelho visual ou de afecções oculares supervenientes, seja resultante do esforço psíquico e do próprio órgão da visão em relação com certas influências de natureza extrínseca — exige cuidados higiênicos também especiais.

Nesse particular não se deve esquecer que os olhos são as janelas do cérebro e que nenhum *sentido* mais que o da visão contribui para o desenvolvimento psíquico da criança.

Justo é, então, que uma proteção constante se exerça contra uma série de efeitos, sobretudo de ordem extrínseca, que poderão no decorrer do tempo atuar maléficamente perturbando a integridade funcional desse órgão tão precioso.

O oculista-pedagogo é preciso não se afastar da noção elementar de que o olho normal é aquele que está apto a satisfazer tôdas as exigências visuais na luta pela vida, isto é, quando este órgão vê os objetos afastados ou próximos do conjunto do espaço hemisférico aberto diante dele, indistintamente, sem o auxílio de qualquer artifício mecânico, intelectual ou óptico.

Para preencher essas condições deve o aparelho da visão possuir tôdas as condições necessárias, isto é:

- a) integridade da estrutura e da sensibilidade da neuro-retina;
- b) transparência dos meios refringentes do aparelho dióptrico objetivo;
- c) integridade do aparelho acomodador;
- d) córnea e cristalino sem astigmia ou cuja astigmia seja corrigida pelas contrações instintivas do músculo ciliar;
- e) uma forma de câmara escura ocular não interditando aos raios luminosos de impressionar as partes periféricas da retina, enquanto a *fovea* central demora fixada sobre determinado ponto;
- f) diafragma iriano funcionando normalmente;
- g) integridade da musculatura extrínseca, permitindo a excursão normal do globo ocular.

Partindo dessas noções elementares, pode o oftalmólogo, investido da dupla função de médico e pedagogo, proceder ao exame rigoroso do aparelho visual nos escolares sob a sua vigilância especializada.

As causas da diminuição da agudeza visual nas crianças são de natureza orgânica ou puramente funcional. Entre essas causas figuram as velhas lesões corneanas que podem ir da simples nubécula até aos leucomas aderentes e ao *panus crassus*, às alterações do cristalino, às seqüelas de irites e irido-coroidites, às lesões do nervo óptico e das membranas profundas do globo ocular, às anomalias da refração, etc.

Os defeitos funcionais, não sendo visíveis como os físicos, chamam, por isso mesmo, menos a atenção e, freqüentemente, parecem menos importantes aos olhos dos leigos. Muitos dos distúrbios visuais nas crianças decorrem de lesões graves do fundo do olho, congênitas ou adquiridas em conseqüência da lues hereditária ou causas outras, e que, não raro, passam despercebidas até a ocasião em que iniciam os seus estudos.

Durante o nosso longo tirocinio clínico temos visto inúmeras crianças mandadas para serem examinadas, exatamente porque, a despeito de terem os olhos aparentemente normais, não conseguiam ver satisfatoriamente. A oftalmoscopia em muitos desses casos revelou a existência de lesões do *fundus oculi* congênitas ou adquiridas. Entre estas últimas figuravam as resultantes das manobras intempestivas do *forceps* no parto artificial.

E' de notar que, em conseqüência dessas lesões, muitas dessas crianças tornaram-se prematuramente estrábicas. De tôdas as causas de "deficit" visual nos escolares a mais freqüente, porém, é a anomalia de refração. Os vícios de refração constituem, sem dúvida alguma, um fator apreciável de *repetência*, devendo, por isso mesmo, ser considerados devidamente na confecção das cadernetas escolares. Do ponto de vista médico e pedagógico, o vício da refração que exige maiores cuidados por parte dos oftalmólogos e dos mestres, pelas conseqüências que dele podem advir, é a *miopia*, também chamada gramatopsia, cuja evolução é favorecida pelo trabalho de escrita e leitura.

Uma profilaxia bem orientada consegue, por vêzes, para as crianças portadoras dessa modalidade de ametropia, resultados benéficos no que toca à sua progressão e, portanto, para o órgão e sua função. Não se argumente com a noção de que a miopia como os demais vícios de refração são variantes normais de um estado fisiológico sujeito às leis biológicas da herança e que não está provado influir o trabalho da leitura na sua gênese, e, numa certa relatividade, na sua evolução progressiva, quando as estatísticas demonstram o seu aparecimento após a freqüência escolar, em crianças antes perfeitamente *emetropes* e sem

anteriores hereditários na espécie. Admitindo-se, embora, como verdade incontestável, ser a *miopia* de natureza hereditária do tipo recessivo, o que parece incontestável é a vantagem que encerram as medidas profiláticas consubstanciadas nos cuidados médico-pedagógicos dispensados às crianças nas suas atividades escolares.

Esses cuidados da higiene da visão são tanto mais compreensíveis, quanto se sabe que determinadas miopias têm tendência para aumentar rapidamente à proporção que os colegiais avançam em idade e progredem nos seus estudos, a despeito de uma boa *correção*.

A *hipermetropia* é muito menos freqüente nos escolares que a miopia, mas exige correção adequada e não dispensa conselhos de higiene.

A *astigmatia*, mais que a hipermetropia, traz, via de regra, dificuldades de visão para os alunos pela confusão das imagens que determina.

Em conseqüência das deformações dos objetos, os alunos manifestam atitudes especiais, a fim de distinguir com mais nitidez as figuras regulares que têm necessidade de melhor definir. Um dos efeitos do astigmatismo é o que segue invariavelmente ao emprêgo de todos os sistemas assimétricos, isto é, o fenômeno da dispersão ou cromatismo, a irização das bordas das imagens.

No esforço mais ou menos contínuo que despende para neutralizar esses efeitos deturpadores, o estudante modifica incessantemente a sua acomodação, o que lhe acarreta grande fadiga visual, exigindo um acréscimo progressivo de iluminação.

No exame funcional do aparelho visual nos escolares é de toda conveniência pesquisar-se rigorosamente se o equilíbrio muscular do olho é perfeito (ortoforia). Não sendo, deve-se corrigir o vício de refração, se a *heteroforia* é de origem refrativa, ou atenuá-la, recorrendo-se aos meios adequados, se tem outra causa.

A agudeza visual, que, no dizer de G. Teulon, é a *faculdade isoladora da retina*, e para outros, num conceito mais generalizado, é a *faculdade isoladora do aparelho visual*, deve ser medida rigorosa e periódicamente, nos escolares.

Essa medida poderá ser feita de duas maneiras:

a) pela maior distância à qual um objeto de tamanho constante é nitidamente distinguido de outros do mesmo tamanho e separados por intervalos iguais entre si, ou

b) pelo menor objeto que o olho percebe nitidamente a uma distância constante.

Na prática nos servimos das tábuas de caracteres tipográficos que deverão ser lidas a distâncias variáveis ou a distância fixa. O sistema, porém, mais usual é o teste *tipos variáveis-distância constante*.

Existem várias escalas óticas desse tipo, incluindo os discos rotativos, cuja escolha depende das preferências de cada um.

Os *mestres-escola*, que, por vêzes, substituem os especialistas na prática desses exames de agudeza visual nos escolares, devem lembrar-se da influência que sobre ela exerce o iluminamento e o diâmetro da pupila.

Os estudos de Klein sobre essa influência de intensidade luminosa, numa gradação de 0,4 a 10.000 velas, mostram os vários graus da modificação que se opera na agudeza visual. Essa, segundo os trabalhos de Sons e Bosch, varia proporcionalmente ao logaritmo do iluminamento.

A influência que sobre a visão exerce o diâmetro pupilar é também sensível pela dependência em que dele estão os círculos de difusão. Estes círculos crescem, realmente, com o diâmetro da pupila.

Também com relação à sensibilidade cromática é preciso não esquecer que tanto a qualidade quanto a quantidade de luz incidente exerce um papel importante na apreciação das cores.

\* \* \*

Apreciada a parte referente às condições orgânicas e funcionais do próprio aparelho visual, outro capítulo surge de não menor importância, qual seja o que diz respeito às influências externas sobre a visão dos escolares.

Numa ordem de complicação crescente, encontra-se em primeiro lugar a questão da luz, seja considerada nos seus efeitos diretos, seja decorrente de circunstâncias várias nas quais ela interfere.

No problema da higiene visual avultam de importância as questões atinentes às modificações de cor, intensidade e incidência luminosas, de par com os efeitos nocivos produzidos por certas radiações encontradas nas fontes de iluminação artificial.

A sensibilidade dos nossos olhos e, portanto, a nitidez das imagens, adquire a sua maior expressão ao atingir a intensidade da luz o limite que se poderia considerar ótimo para a função do órgão. A agudeza visual melhora, então, com o aumento da intensidade luminosa e decresce nos níveis baixos de iluminamento. Na treva absoluta não seria

possível a visão, pois que a sensação visual depende da excitação luminosa.

Das três maneiras por que age a luz sobre a retina — *ação térmica, abiótica e excitadora da sensação visual*, — somente esta última lhe é específica, pois as demais são comuns a todos os tecidos orgânicos. Toda a energia que excede, que entra em demasia na produção do processo fisiológico da visão, é absorvida pela retina, que normalmente é protegida pelos meios oculares contra os efeitos abióticos da luz. Isso não impede, todavia, que certas radiações possam determinar na retina e coróide processos congestivos e exsudativos.

Microscópicamente, a lesão retiniana nesses casos é mais evidente no epitélio pigmentário, precisamente na zona onde se dá a absorção e a transformação em calor. Caracterizam-se essas lesões pela formação de vacúolo no citoplasma, de par com cariocinese, cromatólise e desintegração dos núcleos dos elementos celulares pigmentados, que, por fim, desaparecem completamente, restando somente o pigmento desintegrado. Em certos casos, embora raros, observam-se derrames sanguíneos mais ou menos extensos da coróide.

Do exposto, vê-se que as radiações luminosas têm efeitos mais ou menos nocivos sobre a visão, variando naturalmente com a sua natureza, incidência, duração, etc. Tudo isso importa conhecer particularmente, uma vez que envolve um problema de grande relevância para a integridade física e fisiológica do órgão.

Esse capítulo está naturalmente ligado à escolha da iluminação a adotar-se, e, portanto, de modo geral, interessando a higiene da visão.

Com o progresso constante no domínio da física e da biologia, a iluminação constitui, nos dias atuais, uma verdadeira ciência, em que todos os fatores que contribuem para o seu aperfeiçoamento são devidamente estudados nos laboratórios científicos visando obter resultados cada vez mais eficientes. Há quem pense que aos oftalmologistas não deve interessar o estudo da iluminação propriamente dita, cabendo-lhes, apenas, apreciar a *visão* dentro do seu conceito fisiológico, em relação com a luz. Para os que assim pensam somente lhes importa — examinar a capacidade funcional do órgão visual, tudo fazendo para colocá-lo em condições de bom funcionamento, segundo as leis da ótica. A verdade, entretanto, é que não é possível ao oftalmólogo afastar das suas cogitações os grandes problemas que se relacionam com a iluminação, mesmo quando não se prendam intimamente às questões de ordem patológica e, portanto, clínica.

Para fazer obra de profilaxia, que é o escopo do higienista, é claro que se faz mister conhecer a essência do fenômeno mórbido e o seu agente causal. O papel que, neste particular, toca ao oftalmólogo-higienista, obriga-o a possuir conhecimentos gerais e particulares no complexo assunto da iluminação. A iluminação das escolas, dos locais de diversões para as crianças, etc., é problema que está dentro da competência dos oftalmólogos-higienistas; entretanto, ao menos entre nós, essas questões estão entregues quase exclusivamente aos construtores civis. Não basta saber que a deficiência de iluminação acarreta bom número de distúrbios oculares, é necessário conhecer quais essas desordens, a sua natureza e os meios de evitá-las e curá-las.

O órgão visual possui notável capacidade de adaptação à luz, suportando diferenças superiores a 1/6,000.0000. Um bom aproveitamento da luz pelo órgão visual dá-se quando o iluminamento se encontra nas proximidades de um Lambert. Acima dessa intensidade, processa-se uma queda de acuidade visual que se acentua rapidamente até o deslumbramento. Ao revés disso, também se verifica uma baixa da visão, quando a intensidade luminosa cai a mais de 50 mililamberts, mas neste caso o decréscimo é menos acelerado que nas proporções da alta. Dentro da amplitude de 100 mililamberts a 1 lambert, conforme as circunstâncias, é que se devem encontrar as condições mais propícias ao bom funcionamento visual. No limite máximo (vislumbramento) nós temos a perturbação da sensibilidade luminosa. Ela reproduz, de fato, os efeitos ordinários do iluminamento insuficiente: diminuição da agudeza visual, extinção da luz na onda das alturas vermelho, amarelo e azul, e estreitamento progressivo do campo visual na mesma ordem.

O órgão é, então, atingido de insensibilidade relativa às radiações vermelhas. Apresenta espectro encurtado do lado vermelho, sujeito assim às confusões naturais dessa anomalia do sentido cromático. E' de mister, pois, calcular devidamente a intensidade luminosa, assegurando um mínimo razoável com uma perfeita distribuição e difusão da luz. O ideal do ponto de vista fisiológico seria, certamente, estabelecer uma distribuição de luz que se mantivesse em marcha decrescente do centro para a periferia da retina, conduzindo ao máximo de condições para a perfeita fixação e acomodação.

Esse *ótimo* não é, entretanto, de possível realização, na prática, contentando-nos, habitualmente, com uma distribuição de luz compatível com a presença de sombras, cujo contraste não exceda a percentagem de 2

a 10%. Para esse fim, é sempre conveniente utilizar-se de preferência o iluminamento direto e difuso. Aliás, o contraste depende muito da natureza da superfície iluminada e da quantidade e qualidade da luz. A localização da fonte luminosa deve ser ao alto, de maneira que a iluminação se faça de cima para baixo, porque assim as sobranceiras e as pálpebras que constituem os órgãos de proteção, por isso mesmo chamadas *tutamina oculi*, corrigem, em parte, a demasia de luz. Tem real importância a altura do foco luminoso, pois quanto menor fôr o ângulo formado pelas linhas do órgão visual objeto e do órgão visual fonte luminosa, maior será o desperdício de luz e a dificuldade de nitidez da imagem, com prejuízo da visão.

E' preciso estabelecer a distinção entre as condições de iluminamento natural ou solar e a artificial.

A questão da iluminação natural nas escolas, embora não seja um problema tão complexo quanto o da luz artificial, não deixa, entretanto, de ser assunto em que há divergência de opiniões.

O grau de iluminamento deve ser equidistante entre o deslumbramento e a insuficiência, não sendo de modo algum aconselhável a penetração da luz solar nas classes, vindo ela projetar-se diretamente sobre uma parede lisa, com a qual se defrontam os alunos nos trabalhos de leitura e escrita. Ao contrário, é por uma luz difusa, mas suficiente, que devem ser iluminadas as salas de aula.

Ao higienista compete examinar a questão do iluminamento dessas salas, sem esquecer que é sempre menos útil conhecer o valor desse iluminamento em tal ou qual lugar, que o mínimo indispensável no local menos iluminado. E' preciso que a criança possa ler sem esforço em qualquer parte da sala. Para medir o grau de intensidade luminosa serve-se o higienista do *fotômetro*, de que há uma grande variedade. Entre os fotômetros destinados ao uso escolar estão o de Bertin-Sans, Mascart, Weber, Javal, Pruck — e o *Visiômetro*. Este último tem sido ultimamente de uso corrente entre nós.

Um ponto que tem sido objeto de larga discussão entre os higienistas é a orientação da luz ou melhor a sua procedência, isto é, se deve partir da esquerda, da direita, ou de ambos os lados. O bom senso esclarece em grande parte a dúvida, quando se leva em conta que costumamos escrever da esquerda para a direita e, que, portanto, para evitar-se a sombra que se projeta sobre o papel, faz-se mister que, na iluminação *uni-lateral*, a luz venha da esquerda para a direita e de cima para baixo. Certamente que, em se tratando de uma sala desti-

nada a um atelier de pintura ou escultura, por exemplo, a iluminação bilateral é mais conveniente, e até indispensável, uma vez que permite melhor distribuição de sombra e luz, facilitando a apreciação dos relevos e contrastes.

O que é imprescindível, porém, é um bom iluminamento, partindo de cima para baixo e orientada a fonte luminosa da esquerda para a direita. A incidência da luz sobre uma parede polida produziria certo grau de ofuscamento refletido, nocivo ao órgão da visão.

Ao nosso ver, um dos inconvenientes das construções escolares tipo *Plateen*, adotado entre nós, é o ofuscamento produzido em certas horas do dia pela luz refletida sobre as extensas vidraças que contornam grandes áreas desses edifícios. Nos países tropicais como o nosso, onde há verdadeira orgia de luz, perdurando quase todo o ano, é preciso não desprezar esse fator de importância máxima para a higiene visual dos escolares.

E' óbvio que no estudo das condições especiais e próprias do nosso clima, a orientação do prédio escolar tem real importância. Na Europa alguns aconselham a exposição ao norte, por entenderem que assim se projeta mais regularmente a luz, ao passo que outros acham que se deve evitá-la, quando a iluminação é unilateral; e quando esta fôr bilateral, a melhor orientação é a de nor-nordeste, sul-sudoeste, sem, contudo, exceder o limite de um ângulo de 40 graus, na direção norte-sul. Baudin e Tomel preferem a orientação sul-oeste que permite um ensolejamento normal. Na Alemanha se aconselha a orientação de sueste.

As nossas condições sub e semitropicais impõem um critério diferente, talvez, daquele adotado na Europa. Sabe-se que a intensidade dos raios solares é tanto maior quanto o ângulo de incidência se aproxima da normal, ou por outra, tanto maior a espessura da atmosfera terrestre quanto menor será a ação dos raios solares sobre a superfície da terra. Assim, quando o sol está em pleno zênite os raios solares atravessam uma camada atmosférica menor e, conseqüentemente, a sua ação é mais intensa. Tanto mais curta a travessia atmosférica, maiores os efeitos dos raios solares. Entre os raios ao zênite e os a 10° acima do horizonte (sol nascente) há uma distância sete vezes maior como caminho percorrido através a atmosfera, entre os raios tangenciais e os verticais. A luminosidade solar, todos o sabem, é mais fraca nos países temperados que nos tropicais.

Mensurações feitas sobre essa intensidade da luz solar demonstram, realmente, que ela decresce a partir do equador.

Dada a grande extensão territorial do Brasil, é natural que a média actinométrica seja muito variável; dêsse fato decorre a necessidade de estudos especiais, quanto às condições de iluminação solar, toda vez que se tiver de escolher para construir edifícios destinados a escolas.

Dessas considerações se deduz que não é possível manter um critério único e intangível em matéria de orientação das construções escolares, quanto à penetração do sol. Tudo depende da situação topográfica, condicionada, num sentido mais geral, às condições acima aludidas. Assim, por exemplo, não resiste à crítica sensata a situação local de várias das escolas do Distrito Federal, onde as condições de iluminação natural em certas horas do dia são evidentemente más. Ora a luz não penetra pela circunstância de existir a poucos passos de distância grandes construções que lhe servem de obstáculo, ora ela se projeta diretamente sobre paredes lisas ou grandes envidraçamentos transparentes, propiciando *ofuscamento refletido*, sem dúvida alguma de grandes inconvenientes para o conforto visual das crianças.

Obedecidas as exigências de ordem geográfica, de modo geral o melhor critério a seguir em matéria de orientação do eixo de edifício escolar será o que permita mais perfeito iluminamento das salas de aulas em um maior número de compartimentos e em maior espaço de tempo possível.

O iluminamento não deverá ser insuficiente nem também excessivo, de modo a perturbar a visão normal dos escolares.

A distribuição da luz deve ser uniforme, guardando a variação de iluminamento uma relação entre o máximo e o mínimo que seja inferior a 4 —, como preconizam os técnicos.

No que toca à iluminação artificial, existe grande divergência a respeito das condições em que ela deve ser feita.

Alguns, como Cohn, Trêlat, Ganiel adotam a iluminação unilateral, outros, entre os quais se inscrevem Gabriel e Javal, são partidários decididos da iluminação bilateral. Legislando para suas escolas, a Suíça e a Alemanha instituíram a obrigatoriedade da iluminação unilateral. A Áustria adotou também a unilateral esquerda, tendo as janelas 2,70 de altura por 1,40 de largura. A Inglaterra, ao contrário das anteriores, preferiu o método bilateral. A França, depois de vários inquéritos, por técnicos experimentados, decidiu-se pela iluminação bilateral, recomendando para as suas escolas a forma parabólica dos tetos, de modo que se torne o mais possível uniforme a luz de todas as partes da classe. Há, todavia, no mesmo país, escolas onde a iluminação

se faz unilateralmente. A nós nos parece que a iluminação unilateral deve merecer a preferência, sobretudo pela uniformidade que proporciona, excetuados os casos em que se faz absolutamente necessária a bilateral.

Como se vê, do mesmo passo que a natural, as preferências de alguns são pela iluminação unilateral, variando consideravelmente a maneira de localizar os focos luminosos. Enquanto em algumas escolas se colocam focos luminosos revestidos de vidro esfumado, nos vãos das janelas, a regular altura, em outras se constroem tetos resplandescentes de superfície plana. A iluminação bilateral diferencial tem larga aplicação em alguns países. Estatísticas têm-se feito no propósito de estabelecer a relação entre a miopia dos escolares e a deficiência de iluminação. — Por elas se prova que as escolas que possuem valores fotométricos baixos oferecem um coeficiente maior de míopes. Em abono dessas observações está o fato, sobejamente conhecido por todos os oftalmólogos, de que a miopia é muito menos freqüente entre as populações que vivem boa parte da vida ao ar livre. Tendo de recorrer-se à iluminação artificial, é claro que a preferência será para a energia elétrica, entre todas a melhor. De fato, ninguém preferiria, hoje, a luz bruxoleante do gás acetileno ou do gás carbônico, para só falar das mais modernas relativamente à que nos é assegurada pela electricidade, dadas as qualidades de firmeza, intensidade, economia e de higiene que esta possui.

A luz elétrica, permitindo uma iluminação de grande intensidade, sem as desvantagens de impurificação do ar, além do seu custo relativamente pequeno, sobretudo nas regiões que dispõem de grandes reservas de hulha branca, tornou-se de uso corrente, substituindo, quase totalmente, as antigas fontes de luz baseadas no princípio da incandescência.

A dificuldade, se porventura ainda pode existir, seria com referência à escolha de um tipo de lâmpada entre os que a indústria constantemente aperfeiçoa com o fim de melhor ajustá-los às exigências da higiene e conforto visual, particularmente para o uso da leitura. Para o uso dos escolares a observância de um tipo de lâmpada adequada é condição essencial, devendo ter-se muito em conta as suas características do ponto de vista das propriedades fotobioquímicas.

A lâmpada de arco sódico, uma das últimas aquisições da indústria, e que veio pôr em evidência certos aspectos interessantes da visão humana, deveria ser a preferida. Com efeito, a lâmpada sódica irradia

cêrca de 95% de sua luz na parte amarela do espectro, sendo por isso mesmo uma das mais puras. A lâmpada que emite essa luz, e que é construída para uso geral, contém um gás impulsor, além do sódio. Dada a grande percentagem com que a cor amarela figura na luz sódica, quase que se poderia considerar como uma fonte mono-cromática, isto é, de uma única cor. Fácil é avaliar-se a importância que para a visão têm semelhante fato, conhecido o mecanismo do fenômeno visual de instantâneo captor de tôdas as cores e de tôdas as distâncias. O olho humano, em que pese a maravilha de perfeição que ele encerra, têm falhas, e uma delas consiste na impossibilidade de colher, a um só tempo, imagens precisas de coloridos vários. Assim, por exemplo, os raios azuis surgem em foco um pouco para diante da retina e os vermelhos um pouco para traz, razão essencial por que nunca pode o olho formar uma imagem nítida, real, rigorosamente autêntica, de um objeto ou de uma tela de impressões policrômicas. Vivemos na ilusão de que possuímos uma visão exata na claridade que nos fornece a luz comum, mas a verdade é que não a temos. Dêste engano, entretanto, só nos apercebemos quando nos utilizamos de uma fonte de luz monocromática.

Por isso é que a lâmpada sódica oferece vantagens excepcionais jamais sonhadas. A sua irradiação monocromática torna visíveis os objetos pequenos em tôdas as minúcias, e em condições que outras fontes de luz não o permitiriam. Com a lâmpada sódica monocromática não há necessidade de forçar a acomodação num trabalho constante e atento, tal a exatidão da visibilidade que ela proporciona. O esforço exagerado de acomodação torna-se, assim, desnecessário com o auxílio da luz do arco sódico, podendo trabalhar-se continuamente em matéria de grande aplicação, tanto no ponto próximo como no remoto. Infelizmente, êsse tipo de lâmpada ainda não tem emprêgo corrente como seria para de-sejar.

Uma vez que a lâmpada sódica não entrou ainda na prática corrente para uso da leitura, resta em foco a *mono-watt*, sem dúvida alguma aquela cuja luz é mais compatível com as necessidades da visão. É, pelo menos, a melhor tolerada pelos tecidos nobres do delicado órgão, por isso que, de par com a maior riqueza em radiações luminosas, o infravermelho que ela emite é suficientemente compensado por uma regular produção das radiações violetas, suas naturais antagonistas físico-fisiológicas.

Ademais, nela rareiam as radiações ultra-violetas, tão nocivas também aos elementos nobres do órgão visual.

A luz fornecida pela lâmpada tipo *mono-watt*, em particular a fôsea internamente, de uso largamente difundida à hora presente, é, portanto, aquela que mais se aproxima da natural, conseqüentemente a mais higiênica. Ela realiza, assim, mais aproximadamente, as condições da luz solar, em que as radiações infravermelhas superiores a 5 m são absorvidas pelas altas camadas da atmosfera, bem como as extremas do ultra-violeta, que gozam de grande atividade como agente ao mesmo tempo estimulante e dissociador da matéria orgânica.

Vale mencionar que, na luz artificial, as pálpebras e os meios transparentes oculares colaboram na proteção do órgão, impedindo parcialmente a ação dos raios ultravioletas e a quase totalidade das radiações caloríficas obscuras sobre o nervo óptico, para consentir apenas na passagem das radiações capazes de produzir a visão, excluindo aquelas que o alterariam e destruiriam a ação dos raios iluminadores.

A despeito, entretanto, dessa ação providencial, que, incontestavelmente, fala em favor da infalível sabedoria da natureza, é justo que envidemos esforços na prevenção de males para um tão delicado e útil sentido como é a visão, máxime na criança, por ser mais desprotegida que o adulto contra a ação nefasta de certas radiações da luz artificial.

Basta considerar que o poder absorvente dos meios oculares *vis-à-vis* dos raios ultravioletas é, na criança, acentuadamente menor do que no adulto, variando conforme a idade e a estrutura do órgão.

De todos os meios oculares, o *crystalino* é, incontestavelmente, o que tem poder absorvente mais elevado.

Esta faculdade aumenta com a idade. Assim é que, enquanto num indivíduo de cêrca de 60 anos o cristalino pode absorver abaixo de 4.187 A., numa criança de 5 anos não absorve senão 3.060 A. Para isso concorre o aumento que se verifica na sua constituição albuminóide, alterando o índice de refrangência, especialmente na zona nuclear.

São, realmente, as proteínas de grandes moléculas, as substâncias mais absorventes da luz e, destarte, a transmissibilidade dos diferentes *meios oculares* há de variar com o seu conteúdo protéico.

Examinando-se o quadro espectrográfico referente aos *meios oculares*, vê-se que as radiações infravermelhas são as que chegam em maior quantidade à retina, e estas são, naturalmente, invisíveis. A

absorção e a transmissibilidade do cristalino na zona do infravermelho acentuam-se acima de 25.000 A.U.

Para as radiações ultravioletas largas, a absorção começa nas proximidades das 4.000, aliás de modo muito apreciável, a julgar-se pelas medidas com a fluorescência. Nos cristalinos cataratados, a absorção é muito pronunciada no campo do violeta visível e o seu limite é frequentemente 4.500 A. U., pouco superior, como se vê, ao que se verifica nos indivíduos adultos, como acima aludimos.

As alterações que se passam na estrutura do cristalino, com o avançar da idade, acarretam modificações no seu poder de absorção para as radiações ultravioletas.

Vale de outra parte acentuar, também, que os vícios de refração podem, pelas alterações da constituição do órgão, influir, ainda que de maneira pouco sensível, para modificar esse poder de absorção dos meios oculares, em relação particularmente às radiações ultra-violetas.

De qualquer maneira, a nocividade de certas radiações, sobretudo na luz artificial, para o órgão da visão, embora desenvolvido como é o seu aparelho de proteção, exige cuidados especiais, principalmente quando se desenvolve, dia a dia, o uso das lâmpadas elétricas, cada qual mais variada e complexa, do ponto de vista bioquímico.

Outra questão, ainda relacionada com o iluminamento, é a que se refere ao material escolar. Com efeito, a começar pelo mobiliário, tudo deve assentar em bases fisiológicas. Os antigos tipos de mesa escolar para muitos alunos acarretava numerosos casos de *escoliose* e agravavam manifestamente a miopia incipiente de inúmeros outros. Demasiadamente afastados os bancos das mesinhas de escrever, os alunos menores viam-se obrigados a uma curvatura dorsal pronunciada, além da compressão dos órgãos abdominais, o que determinava certo embaraço da circulação com repercussão no trabalho cerebral. O distúrbio levado à circulação central trazia, por sua vez, outras conseqüências más, entre as quais a fadiga nervosa e visual. Além disso, a necessidade de os alunos inclinarem o corpo e a cabeça para diante, nessas mesas escolares defeituosas, a fim de aproximar os olhos do livro e do caderno de escrita, perturba, não raro, o bom iluminamento do campo de trabalho.

A conseqüência dessas condições desfavoráveis são as constantes variações e excessos de convergência, o cansaço dos músculos oblíquos, a congestão das membranas profundas do olho, a dilatação ânteroposterior do globo ocular e, em última fase, a progressão da miopia em muitas crianças e a astenopia de acomodação em outras tantas.

A mesa escolar deve ter largura suficiente para que a criança possa movimentar-se francamente, bem assim ter altura necessária para que não seja ela obrigada a tomar atitudes viciosas. Assim, para uma criança de cerca de 1,30 m de altura, a mesa deverá ter pelo menos 0,60 m de largura, com uma inclinação de 15° a 20°, de maneira a facilitar a leitura e proporcionar um campo aberto ao iluminamento. A disposição das mesas deve ser tal que permita um iluminamento sem ofuscamento direto ou refletido e suficiente para qualquer trabalho de leitura e escrita, até com certa liberdade de deslocamento do corpo da criança. O quadro negro despolido e os mapas murais devem estar colocados em posição que possam ser vistos facilmente pelos alunos à distância de 4 metros, para o que os dizeres explicativos devem ser perfeitamente legíveis a essa distância.

Dependendo a visibilidade desses caracteres, antes da sua espessura que da sua altura, devem eles ser espessos ou gordos e convenientemente separados. A interlinha deve ter 5 milímetros ou mais, conforme o corpo do tipo. Fazendo-se o trabalho fisiológico da leitura por surtos breves e sucessivos dos olhos, é evidente que as linhas tipográficas muito extensas fatigam mais a visão; daí aconselhar-se que elas não excedam de 8 centímetros, nos livros destinados às crianças.

Normalmente podemos ler cerca de 100 linhas por minuto, o que ocasiona numerosas variações de acomodação, contraindo-se o músculo ciliar cerca de 6.000 vezes por minuto. O problema dos livros escolares merece, por isso mesmo, tôdas as atenções dos higienistas pedagogos, a começar pela cor do papel e do corpo do tipo a ser adotado na sua impressão. Os caracteres finos e, portanto, sem a nitidez conveniente, e o papel colorido e brilhante devem ser proscritos. Os caracteres variam naturalmente de dimensão, mas de modo geral é aconselhável o de 0,4 mm de altura. Abaixo de 0,32 (corpo 8) devem ser desaconselhados para os livros escolares.

Se a distância dos olhos ao livro deve ser regulada de maneira expressa, é claro que a dimensão dos caracteres da escrita e da tipografia escolar, fator essencial desta distância, deve também merecer cuidados especiais. A impressão dos livros escolares deve ser tal que com um iluminamento relativamente fraco (50 mililamberts), a leitura corrente seja fácil a 35 centímetros de distância.

Para os mapas murais é sempre conveniente que as legendas sejam impressas em letras gordas e negras, de sorte a se tornarem bem legíveis. A cor do papel preferida para a impressão dos livros e ca-

dernos de escrita é a branca e sem brilho, para evitar-se os reflexos fatigantes que determina. A tinta de impressão deve ser preta. Ter-se-á com a observância dessas condições favoráveis um fundo de *contraste* mais conveniente ao conforto da visão.

JAVAL opõe-se ao uso do papel branco e letras negras por entender demasiado o contraste obtido e em substituição propõe a adoção do papel amarelo para a impressão dos livros. Explicando a sua preferência diz aquêl autor que "não sendo o olho acromático, a visão deve ser mais nítida quando se suprime uma das extremidades do espectro fornecido pela cor do papel". Esta opinião não é, entretanto, aceita por todos ou mesmo por muitos.

Assim, por exemplo, TEULON, contrariando essa opinião, diz que "o olho funcionando fisiologicamente é acromático. Seus tecidos não o são, na verdade; eles obedecem nisto à lei que rege todos os corpos transparentes ou refrangentes, mas no mecanismo da refração ocular, as aberrações de refrangibilidade num sentido são neutralizadas no foco pelas aberrações simétricas e contrárias. Suprimindo-se os raios de uma das extremidades do espectro na luz branca, longe de remediar o pretendido acromatismo do olho, como pensava JAVAL, se poria em evidência seus componentes cromáticos naturalmente equilibrados".

Diante dessa razão lógica nenhuma indicação parece haver para desaconselhar-se o uso do papel branco. A nós sempre nos pareceu vantajoso o contraste por oposição do preto ao branco nos livros escolares. Salvo no caso de índices muito altos de iluminamento, verdadeiro deslumbramento, o que geralmente não ocorre nos estabelecimentos de ensino, poder-se-ia admitir discussão em torno dessa questão.

Êsses detalhes pouco importantes à primeira vista realizam, na realidade, uma série de condições necessárias para que as crianças não sejam obrigadas a continuos esforços de acomodação na leitura, fatigando o órgão da visão. Demais, o poder de atenção sendo pouco elevado na criança, tudo o que dificulte a leitura concorre para aumentar a tensão nervosa que vai insensivelmente conduzindo à fadiga visual.

Dêsse dispêndio de energia nervosa e dessa fadiga visual lenta mas progressiva decorre a necessidade do aumento do iluminamento para o dobro e mais, e como isso nem sempre é possível, a consequência será a visão operar-se em condições cada vez mais desfavoráveis, estabelecendo-se, por tal maneira, um verdadeiro círculo vicioso.

Vale a pena insistir nesses fatos, porquanto a particularidade mais notável do trabalho que executa o aparelho visual ao entregar-se à lei-

tura consiste na variação constante que se verifica na distância do olho do leitor ao ponto de fixação, por mais próximo que esteja do livro. O percurso feito pelos olhos acompanhando as linhas tipográficas e a brusca mutação do olhar de um extremo a outro para recomendar a leitura na linha seguinte e abaixo exige do leitor um certo jôgo de acomodação em alternâncias que se repetem. A lei de variações da acomodação é mais complicada do que parece, bastando ver que enquanto, durante certo tempo, um dos olhos aumenta a sua acomodação, o outro acomoda fracamente.

O estudo geométrico dessas variações mostra que estas crescem rapidamente, à medida que a leitura se faz mais de perto e que as linhas de caracteres são mais longas. Do ponto de vista patológico é preciso considerar os distúrbios de natureza trófica que se operam no fundo do olho por excesso de mutação de funcionamento provocados e entretidos em progressão crescente pelos excessos de transformação da matéria circulante, que exige a elaboração de cerca de 6.000 plaquetas sensíveis por hora de leitura.

Há a considerar, ainda, o trabalho cerebral (atenção, memorização), recepção e desenvolvimento dos optogramas retinianos.

São fatores êsses que fazem da leitura o ato mais fatigante entre os demais impostos aos nossos olhos, por isso mesmo todos os cuidados são necessários para mantê-los nas melhores condições de funcionamento. Desde o início da vida escolar devem os oftalmólogos-higienistas intervir nos estabelecimentos de ensino para corrigir os vícios de leitura, os defeitos orgânicos e funcionais, enfim tudo o que possa comprometer a perfeita função do órgão.

Em particular, vigiar atentamente o uso da visão no *pontum proximum*, causa de tantos males, sobretudo para os predispostos à miopia.

Tudo o que fizermos nesse sentido relaciona-se diretamente com o problema da instrução, que não é só do presente mas principalmente do futuro. Sua influência no porvir social, político e econômico da nação impõe uma ação constante e eficiente por parte dos responsáveis pela preparação dos nossos homens de amanhã. Não precisa ser sociólogo, higienista e pedagogo para compreender que nos países onde a escola não evolui e não se integra no destino da nacionalidade, em função de suas mais sagradas aspirações, sobejam razões e temores para a sua desorganização e declínio inevitável.

No desenvolvimento da ação conjunta dos higienistas e pedagogos casam-se numa perfeita harmonia os problemas da saúde e da instru-

ção, encontrando assim os que abnegadamente se empenham em tornar a Pátria grande e feliz, um campo sadio onde florescem tôdas as virtudes cívicas e morais.

Protegendo a criança no que ela possui de melhor na vida — a visão — supremo e incomparável bem que nos dá a alegria de viver — preparamo-la para bem servir à Sociedade e à Pátria, na fôrça imarcescível dos seus grandes destinos.

## A COLETA DA ESTATÍSTICA EDUCACIONAL

GERMANO JARDIM  
Do Serviço de Estatística da  
Educação e Saúde

O CONVÊNIO DE 1931

“Se em qualquer ramo da administração” — para lembrarmos de início as palavras do educador que, em 1931, dirigia o ensino no Estado de São Paulo — “o cotejo e a interpretação dos dados numéricos oferecem subsídio de valor para o conveniente estudo do desenvolvimento e reorganização dos serviços, no que concerne ao trabalho das escolas, êsses dados se reputam, de todo em todo, imprescindíveis não já para o estudo de reformas, mas para o próprio equilíbrio do sistema em vigor”.

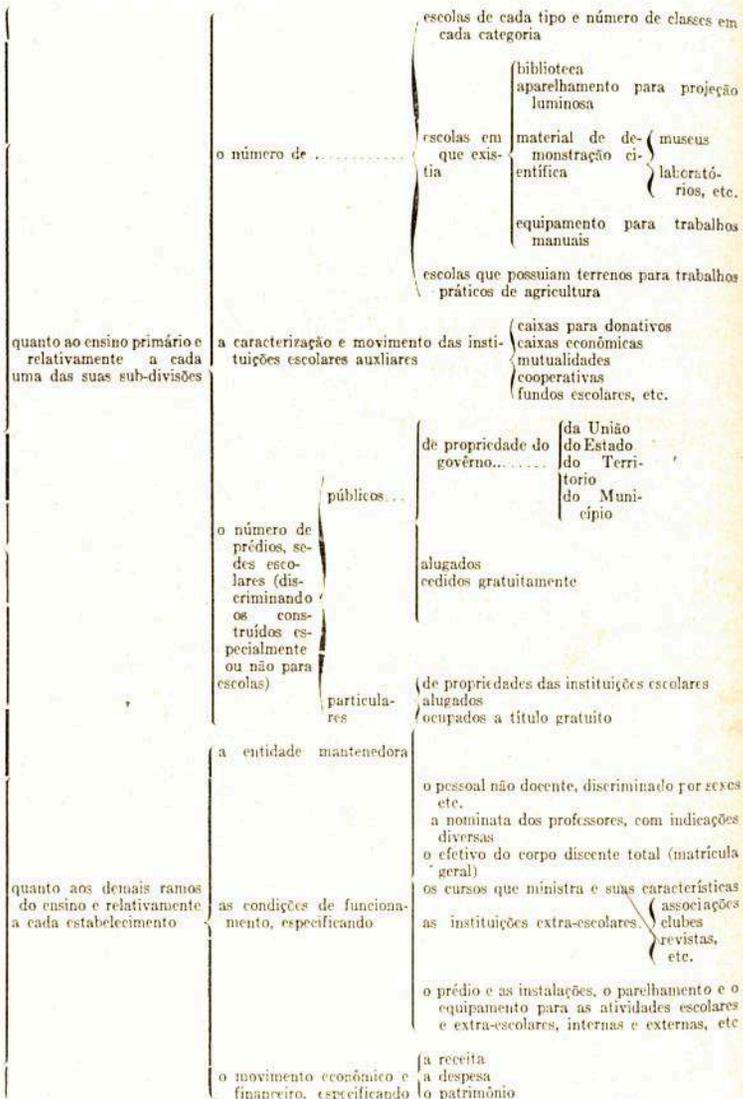
Naquele ano, homens de espírito sistematizador já vinham formulando o novo corpo de princípios a que se subordinariam definitivamente os trabalhos da coleta estatística (compreendida a expressão no sentido amplo da colheita, elaboração e divulgação dos dados) do movimento escolar em todo o país. Os elementos fornecidos pela experiência de uns, a adjunção de materiais já preparados por outros e as aspirações de muitos no setor estatístico, a que tanto se haviam dedicado profissionais, como OZIEL BORDEAUX RÊGO e BULHÕES CARVALHO, determinaram a diretriz suprema para a instituição de um serviço homogêneo e convergente, mediante o qual se pudesse verificar, em tôda a extensão e profundidade, a obra realizada no Brasil em matéria educacional.

E a semente, germinada, floresceu em vigorosos debates no seio da IV Conferência Nacional de Educação, convocada pela A.B.E., sob o patrocínio do Governo Federal e com a participação da totalidade dos Governos regionais da República, refletindo-se, por último, na realização de um convênio consubstanciado em atos do Executivo: Decretos n.ºs 20.772, de 11 de dezembro de 1931 e 20.826, de 20 do mesmo mês.



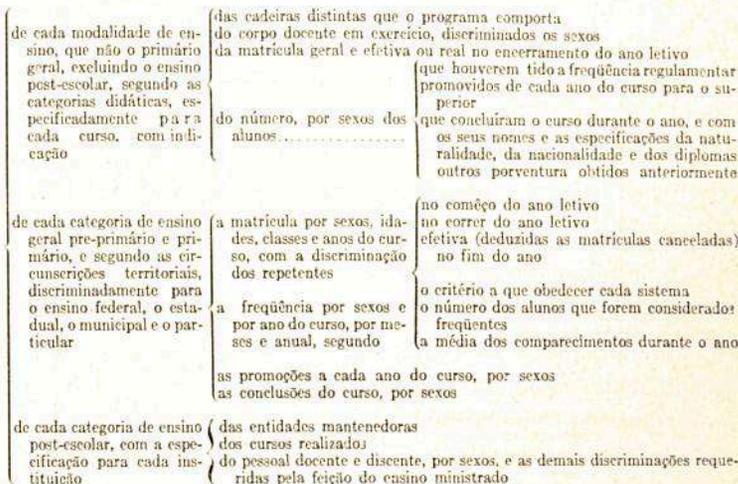
B) ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E RESPECTIVO APARELHAMENTO

AS ESTATÍSTICAS ESPECÍFICAS



C) MOVIMENTO DIDÁTICO

A ESTATÍSTICA FORNECE INFORMAÇÕES



CLASSIFICAÇÃO DO ENSINO

Em 1938, a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, considerando que a classificação do ensino adotada pelo Ministério da Educação e Saúde, para fins da estatística geral brasileira, se demonstrou, na prática, perfeitamente satisfatória, permitindo fornecer matéria-prima para elaborações extensas e sínteses periódicas necessárias à administração dos serviços de educação e a numerosas instituições do país e do estrangeiro, deliberou pela sua Resolução n.º 76, de 18 de julho daquele ano, aprovar e adotar, para todos os efeitos, a classificação aludida, em que o ensino se divide fundamentalmente em COMUM, SUPLETIVO e EMENDATIVO. Os dois últimos termos constituem o grande ramo do "ensino especial" que, contraposto ao "ensino comum", é o que se oferece a categorias de discentes particularizadas por circunstâncias individuais ou sociais, dentro do grupo de população a que se destinam as modalidades fundamentais do ensino comum. Esse ensino especial, como as respectivas designações bem o exprimem, ou visa a suprir deficiências eventuais da obra educacional comum, ou tem por fim corrigir ou emendar, quanto possível, por uma feição particular da educação ministrada, determinadas anormalidades do físico, da inteligência e do proceder.

Com essa divisão fundamental se combina, a seguir, a divisão segundo o tipo do ensino, isto é, conforme tenha êle por fim ministrar uma cultura — geral, semi-especializada ou especializada, relativamente aos campos de aplicação a que se destinam as atividades dos educandos tendo em vista as aptidões de que estas se revistam.

Confirmando a distribuição dos cursos, que já vinha sendo feita conforme os termos dessa segunda divisão, a Resolução do CNE fixou a seguinte conceituação:

I. *Ensino geral* é aquêle que desenvolve uma cultura enriquecedora do espírito, independentemente de objetivos profissionais;

II. *Ensino semi-especializado* é o que torna o discente apto a um grupo mais ou menos amplo de atividades profissionais, ou, então, o que ministra, simultaneamente com a cultura geral, uma determinada cultura especializada;

III. *Ensino especializado* é o que, sem fins de cultura geral, só tenha por objeto os conhecimentos e o tirocínio necessários a uma especialização profissional nitidamente marcada.

Com essas duas distribuições fundamentais se combina a subdivisão cabível consoante os graus, distinguindo-se o "ensino primário ou elementar", o "secundário ou médio" e o "ensino superior", seguindo-se as categorias específicas.

Observando as regras gerais da classificação oficial, a Estatística brasileira adotou, ainda, amplas discriminações que se condicionam também a formas lógicas, para que tôdas as indicações a serem fornecidas se resumam, de maneira prática, nas seguintes ramificações do ensino:

I. Segundo a *dependência administrativa*, em

- a) ensino federal;
- b) ensino estadual;
- c) ensino municipal;
- d) ensino particular.

II. Segundo a *padronização do ensino*, em

- a) ensino oficial ou oficializado;
- b) ensino livre.

III. Segundo o *destino do ensino*, em

- a) ensino civil;
- b) ensino militar.

IV. Segundo as *categorias do ensino* (sòmente as tipicamente consagradas pela linguagem comum), em

- a) ensino primário;
- b) ensino secundário;
- c) ensino doméstico;
- d) ensino industrial;
- e) ensino comercial;
- f) ensino artístico;
- g) ensino pedagógico;
- h) ensino superior;
- i) outros ensinos.

A estatística do ensino primário geral, que é posta em relêvo no conjunto tabular da estatística educacional de acôrdo com o plano especial que lhe traçou o Convênio, apresenta o movimento escolar nos seus aspectos mais gerais, de maneira que possa ser classificado conforme os seguintes grupamentos dos cursos:

I. Segundo o *sexo* a que se destinam, em

- a) masculinos;
- b) femininos;
- c) mistos.

II. Segundo as *dependências administrativas*, em

- a) federais;
- b) estaduais;
- c) municipais;
- d) particulares.

III. Segundo a *localização*, em

- a) urbanos (nas sedes municipais);
- b) distritais (nas sedes dos distritos);
- c) rurais (nas demais localizações).

IV. Segundo a *natureza do ensino*, em

- a) pré-primários:
  1. maternas;
  2. infantis.
- b) fundamentais:
  1. comuns;
  2. supletivos.

- c) complementares:
1. pré-vocacionais;
  2. vocacionais.

Chama-se ENSINO-PRÉ-PRIMÁRIO — “maternal” o que se destina às crianças, em regra, até aos 3 ou 4 anos de idade (cursos de Puericultura), e “infantil”, o que se ministra, em regra, dos 4 aos 7 anos de idade (jardins de infância); ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL — “comum”, o que se destina, de modo geral, sem visar simultaneamente à especialização profissional, às crianças *em idade escolar*, isto é, em regra, as de 7 a 14 anos, e “supletivo”, o que se destina a determinadas categorias de alunos, tais como menores abandonados, adultos analfabetos, detentos, imigrantes, operários, soldados; ENSINO PRIMÁRIO COMPLEMENTAR — “pré-vocacional” ou “vocacional” é o que se ministra geralmente a crianças de 12 a 16 anos, para lhes melhorar a instrução adquirida no curso primário fundamental; no primeiro caso, quando não há objetivo de orientação vocacional, e no segundo, quando há mister de adaptação a cursos especializados, como o normal, o técnico, o agrônômico, etc.

O ENSINO SECUNDÁRIO, considerado comum e complementar na classificação da Estatística, é aquêle que se destina a ministrar educação geral aos adolescentes, em continuação do ensino primário, e a iniciar a especialização da cultura geral. Compreende atualmente dois ciclos: primeiro, o ginásial, que consta de um só curso de quatro anos; segundo, o que se desenvolve em dois cursos paralelos: o clássico e o científico, cada um com a duração de três anos.

O ENSINO DOMÉSTICO abrange todos os cursos de artes domésticas em geral bem como os de corte e costura, chapéus, flores, rendas e bordados, dietética etc., que a Estatística registra nos graus elementar ou médio e nos tipos semi-especializado ou especializado.

O ENSINO INDUSTRIAL é representado na classificação estatística por todos os cursos que dizem respeito aos serviços de aprendizagem comum e os profissionais ou de profissão, destinados à indústria nacional, não só nos centros de trabalho já formados, mas ainda em estabelecimentos de ensino organizado de grau elementar e médio e nos de tipo semiespecializado e especializado, ministrados nas escolas técnicas, industriais, artesanais e de simples aprendizagem.

O ENSINO COMERCIAL é o que se destina a formar auxiliares e profissionais aptos ao exercício de atividade específicas no comércio, bem como ao de funções de caráter administrativo e de aperfeiçoamento técnico.

O ENSINO ARTÍSTICO é incluído na Estatística como representativo das modalidades de educação artística comum (plástica, musical, coreográfica e dramática), nos graus elementar, médio ou superior do tipo especializado.

O ENSINO PEDAGÓGICO compreende todos os cursos de ensino comum para formação, aperfeiçoamento ou especialização de professores, nos graus elementar, médio ou superior e nos tipos semi-especializados ou especializados, em cuja apuração total é apreciável o contingente fornecido pelo ensino normal.

O ENSINO SUPERIOR comum não especializado ou geral é o de ciências, de letras, de filosofia e de teologia. Integrados com o ensino geral superior, para efeitos da Estatística, figuram, ainda, o ensino comum semi-especializado e especializado de grau superior (o profissional e o preponderantemente teórico) que não estejam abrangidos nas classificações específicas dos demais ensinos.

Em OUTROS ENSINOS se incluem todos os cursos de ensino comum e supletivo não compreendidos nas demais categorias, bem como a totalidade dos cursos de ensino militar e de ensino emendativo.

Esta, em rápidos traços, a extensa classificação do ensino que se vê hoje nos trabalhos estatísticos já publicados e em andamento, e que o C.N.E., pela Resolução n.º 76, se dispõe a consagrar, sem prejuízo, porém, da regulamentação definitiva que será dada à matéria na 2.ª reunião do Convênio interadministrativo de Estatísticas Educacionais, a ser oportunamente convocado.

Em 1939, a Assembléia Geral do Conselho volve a tratar do Convênio das estatísticas educacionais e conexas, por ela reputada a primeira tentativa, coroada de pleno êxito, para a adoção do sistema de cooperação interadministrativa, que permitiu a criação e o desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Na resolução n.º 115, de 14 de julho daquele ano, assinala-se que a prática de oito anos já admite a possibilidade de se aperfeiçoarem não só os planos, mas também os processos de coleta e apuração daqueles serviços, e recomenda-se aos funcionários de Estatística o estudo do texto do do-

cumento convencional, impresso e distribuído em separata pelo Instituto, e que se encontra à disposição dos interessados que diretamente lha solicitarem.

Em próximos números desta revista, completaremos a nossa exposição, com breves noções definidoras de alguns quesitos básicos dos formulários em uso de acordo com o Convênio, e resumiremos a estrutura e funcionamento do mecanismo coletor regional e suas contribuições e relações com o órgão central federal — o Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Examinaremos, então, as atividades práticas da estatística educacional desde as fases primárias da coleta à apresentação final dos resultados para todo o país, abrangendo generalizações totais e parciais, que vêm servindo à análise interpretativa e conclusiva do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

## A ESCOLA SECUNDÁRIA E A FORMAÇÃO DE ATITUDES DEMOCRÁTICAS

ÁLVARO NEIVA

Do Instituto Nacional de  
Estudos Pedagógicos

O conceito de democracia, síntese que é dum ideal e dum experiência, sofre constante redefinição. Aos educadores, talvez mais que aos políticos e aos economistas, cumpre fazê-lo, ajustando-lhe os tipos de educação que, imunes do formalismo dum escola sem justificação social, satisfaçam a essa redefinição.

Problema de aquisição e não de herança, sua solução é uma conquista. Pressupõe um processo de práticas educativas, no exercício das quais, fixando o ideal e desdobrando a experiência, o indivíduo seja conduzido normalmente à formação de atitudes democráticas.

A escola secundária, que é a escola do adolescente, proporciona o material humano mais adequado e o clima social mais propício. O educando já não tem aí a plasticidade da criança e ainda não conta com a irredutibilidade do adulto: perdeu a mobilidade do ambiente infantil, sem ter recebido as limitações da maturidade. Cabe-lhe melhor definir os hábitos democráticos, quiçá trazidos do ciclo primário, e preparar a personalidade para as responsabilidades maiores do ciclo superior, vincando-a com essa consciência de autodeterminação, que é a marca inconfundível do homem livre.

HELENA ANTIPOFF, no primeiro número desta Revista, com a autoridade que todos lhe reconhecemos, versou o assunto sob o prisma da escola primária, referindo observações pessoais bem demonstrativas do quanto o ciclo elementar pode contribuir para a formação de atitudes democráticas. Interessados no tema, tão relevante quanto oportuno, aqui oferecemos a nossa contribuição ao debate do assunto, versando-o sob o prisma da escola secundária. E o fazemos ainda recém-saídos dum experimentação que, por doze anos seguidos, realizamos no Instituto Cruzeiro, em Cruzeiro — Estado de São Paulo, e a que LOURENÇO FILHO,

na última edição de sua *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, às páginas 127 e seguintes, empresta generoso relêvo, apresentando-a como "a primeira tentativa de educação ativa no ensino secundário brasileiro".

A democratização da escola secundária é, principalmente, um problema de método. Só pelo trabalho em cooperação, onde a ação e a reação se exercitam na plenitude de suas possibilidades socializadoras, pode o adolescente modelar a própria personalidade no amplo sentido de vida que a escola nova preconiza. Num ambiente humano assim caracterizado, a inserção de disciplinas de vida social globalizada, confundindo num só o currículo da vida e o currículo escolar, não só conjuga o método e as disciplinas de maneira altamente sugestiva, como também imprime às atividades educacionais uma fisionomia social que explica a formação das mais puras atitudes democráticas.

Esse tipo de escola secundária proporciona o ambiente necessário à efetivação dos princípios democráticos, que passam a ser compreendidos mais como normas de vida digna do que como estruturação de regimes políticos. E o mais característico desses princípios, o da *igualdade de oportunidades*, aí encontra a sua melhor aplicação, estabelecendo salutar equilíbrio entre o pensamento e a ação, de maneira a permitir que a personalidade se realize sem as restrições impostas pelos sistemas escolares rígidos.

No nosso caso, é importante considerar o ambiente social brasileiro, ao qual deve estar condicionado qualquer programa educacional que lealmente se proponha servi-lo. Estruturar sistemas, sem ter em conta as realidades dos nossos grupamentos sociais, é desprezar fatores de significação primordial.

Assim, a convicção que alimentamos quanto à importância do método não deve ser levada à conta de menosprezo à nossa paisagem social e sim entendida como uma discordância relativa quanto ao tipo de administração escolar vigente, por não ter ainda assumido um aspecto de integração social suficientemente amplo para que contenha todos os processos duma democratização mais efetiva da escola.

Que se anule gradualmente o estaticismo ainda acentuado na escola secundária brasileira, pela adoção sensata dum processo social mais flexível. Que se impeça a fixação dum complexo de divindade em nosso meio escolar secundário, pela intensificação da cordialidade de relações entre administradores escolares, mestres e alunos. Que se ensine o adolescente a acreditar mais no Brasil e a confiar mais no esforço

solidário, pela abolição dos convencionalismos obsoletos e das práticas coercitivas, tão deformadores são da alma do moço. Que se demonstre todo o respeito que nos merece a juventude, pela renovação do currículo em termos de situação social, passando a ter os nossos ginásios e colégios um ambiente escolar mais natural, mais dinâmico, mais criador. Que assim se vá transformando a nossa escola secundária, no que, aliás, no atual momento brasileiro, estamos todos de acordo, governantes e governados.

Nada contra-indica uma intensificação da campanha de renovação já iniciada. É oportuna e necessária. Basta ler-se a exposição de motivos com que o Ministro Gustavo Capanema apresenta a ainda recente lei orgânica do ensino secundário.

Para que a velha escola rejuvenesça, num milagre de floração nova, é só dotá-la de formas práticas de ensino socializado, o que será suficiente para desarticular-lhe as antigas idéias, para desnudar-lhe os defeitos na concepção tradicional do ensino e para esclarecer-lhe os objetivos democráticos. E tudo isso ocorrerá, por força da concepção, sem prejuízo dos planos de ensino propostos nem das normas oficiais vigentes.

Em nossa experimentação de Cruzeiro, a que chamamos "Escola Ativa Direta", a idéia fundamental foi a de que as instituições de vida social não devem ser apenas justapostas ao trabalho didático, mas sim constituir seus próprios órgãos, estruturas e formas de vida.

Se o plano duma educação democrática, e não há outra educação, só pode ser o social, o que a escola secundária tradicional vem conservando é a negação dessa realidade. E a mesma lei orgânica do nosso ensino secundário entendeu o problema sob esse aspecto, ao determinar, em seu art. 46, a organização de *instituições escolares*, e ao referir-se, em seu art. 82, à *orientação educacional*.

Os dispositivos oficiais, afinando com os mais legítimos intuídos democráticos, oferecem-nos assim, de maneira expressa, a oportunidade para o alargamento da experiência, em extensão e em intensidade. Cumpre não desprezar o convite da lei, procedendo-se à introdução das instituições como núcleo mesmo das nossas escolas secundárias, estabelecendo-se nelas, pelo trabalho em cooperação, o ensino funcional, as boas práticas ativistas e um ambiente capaz da formação de atitudes democráticas.

Um sistema assim praticado vale por um quadro natural da educação segundo os mais novos princípios pedagógicos. Orientado num largo sentido social, o é tanto no seu destino quanto no seu processo, cons-

tituindo um instrumento de formação pessoal inteiramente acorde com as exigências da vida nacional brasileira, senão mesmo com as exigências do mundo, nesta hora em que a prática da cooperação e da solidariedade constitui a garantia única de sobrevivência da liberdade, da honra e da felicidade entre os homens.

Sempre nos pareceu que a escola secundária vem resistindo, mais que a primária, à adoção dos processos ativistas por ser "indireta" em relação à solução dos seus problemas, principalmente os de natureza social. Foi por isso que, em nossa experimentação de Cruzeiro, procuramos criar um ambiente que permitisse aos nossos alunos viverem na escola uma vida tão parecida quanto possível com a vida que viverão fora da escola. Não isolando a escola dentro da vida, buscando mesmo anulá-la como entidade autônoma, esforçamo-nos em realizar o aprendizado da vida em sua plenitude, servindo-nos de entidades reais perfeitamente vitalizadas.

Em sua monografia *A Escola Ativa Direta*, publicada em 1941, LOURENÇO FILHO estuda o sistema. A definição que oferece vale por uma síntese do mesmo: "É, sem dúvida, uma *escola ativa* mas também, no verdadeiro sentido social, uma *escola ativa direta*. Isto é, entre o trabalho, que é o seu instrumento, e a vida social, que é o seu destino, não há uma separação, não há um obstáculo, não há um plano de passagem. Vida escolar e vida social são uma e a mesma coisa. A escola é uma pequena, mas sadia e operosa comunidade. Uma comunidade com a sua vida própria, mas em nada distante da vida ambiente, a da localidade, a da região, a do país, em todos os seus aspectos de economia, de civismo, de cultura. Vinte instituições diversas dão forma e direção à vida comunitária, cada qual com os seus objetivos, mas todas entre si relacionadas, reagindo umas sobre as outras, sofrendo todas a ação da comunidade geral e a do ambiente mais largo da vida social, propriamente dita".

JOHN DEWEY, o filósofo da democracia, a sua voz mais alta, fixou na mutabilidade inerente à educação sua única coluna definitiva e seu único roteiro imutável. Este século, o século de DEWEY, demarcará um momento na História, e esse marco terá sua mais expressiva característica na convicção de que só a escola socializada emprestará à alma coletiva da humanidade essa atitude democrática por que os séculos tanto ansiaram e cuja fórmula só agora se achou.

No Brasil, onde nenhum aspecto social se contrapõe à mais ampla aplicação das normas democráticas, onde nem os preconceitos raciais sombreiam a ampla projeção dos ideais de DEWEY, é possível efetivar

um sistema educacional inteiramente acorde com tais ideais, principalmente no ciclo secundário, desde que se adote um tipo corajoso de administração escolar.

A "Escola Ativa Direta", por doze anos vigorante num estabelecimento particular oficializado do país, comprova essa exequibilidade. Fácil é concluir o que resultaria duma transposição mais ampla da idéia para o quadro oficial, com a ampliação de suas possibilidades, a formação adequada do pessoal docente e a extensão de sua influência sobre o meio nacional. Nossas escolas secundárias, com salutar reflexo sobre as escolas dos outros ciclos, se constituiriam em poderosos núcleos de irradiação democrática, atendendo às mais legítimas aspirações do nosso povo e facilitando a consecução dos planos de reconstrução do país, apenas as condições do mundo deixem de sobrepor as dolorosas contingências do momento aos sagrados reclamos da consciência humana.

Não se transmite uma atitude. Muito menos uma atitude democrática. "Ela exige treino organizado para formar no homem adulto sua segunda natureza, tecida de atitudes e de hábitos de agir *democraticamente*, de acordo com um *ideal democrático*", como afirma HELENA ANTIPOFF, no artigo já referido. Só num ambiente social, onde o trabalho educativo se proceda à base de efetiva cooperação e em que o indivíduo realmente participe das atividades conjuntas do meio, pode formar-se essa atitude. Não há dois caminhos, mas um apenas: o da educação secundária ministrada em ambiente social permanente.

É bem essa a filosofia de vida em que se fundamentou a experimentação, que realizamos, para fazer viver atitudes democráticas numa escola secundária. Essa filosofia é a que supomos ser a de todos quantos agora meditam sobre os destinos do mundo e que vêem na *compreensão social da escola* a fórmula democratizadora do ambiente educativo.

Noutra oportunidade, minudenciando o papel de cada *instituição* na vida escolar, trataremos da forma prática do sistema a que denominamos "Escola Ativa Direta" e a cuja experimentação nos dedicamos inteiramente, dos inícios de 1932 aos fins de 1943, no Instituto Cruzeiro — o estabelecimento que fundamos e mantivemos para a realização desse trabalho experimental.

## ASSUNTOS PREDOMINANTES NA LINGUAGEM DO PRÉ-ESCOLAR

HELOISA MARINHO  
Do Instituto de Educação  
do Rio de Janeiro.

A linguagem no período de 1 a 6 anos, nitidamente *funcional*, atende aos maiores interesses da criança.

Para comprová-lo, classificamos aqui as palavras usadas pelos assuntos dominantes. Assim, reunimos separadamente todos os termos relativos a *pessoas*, a *animais*, a *plantas*, etc

Escolhemos de entre numerosas observações as que representam os principais assuntos do interesse infantil. Como a linguagem da criança, melhor do que o comentário teórico, reflete a sua feição peculiar, transcrevemos citações típicas representativas das várias fases do seu desenvolvimento. Daremos, por fim, as indicações numéricas.

### PESSOAS E RELAÇÕES SOCIAIS

A formação da personalidade inicia-se ao influxo do meio familiar. Aos dois meses de idade, a criança já esboça resposta à expressão que lhe dirija o adulto, em movimentos de *conversão* (sorriso) ou de *aversão* (prenúncio de choro). Inibe o choro ao ouvir a voz humana. A linguagem, como os hábitos em geral, evoluem debaixo da influência contínua do ambiente em que vive.

Pela imitação, são adquiridos os termos referentes ao convívio social. Diz a menina ao deitar a boneca e lhe oferecer a mamadeira: *deita, toma a mamadeira* (1 ; 9). A criança não só atribui à boneca suas próprias reações habituais, como também tenta reproduzir os gestos de sua mãe.

(\*) V. o estudo "A linguagem no pré-escolar", publicado no n.º 1 desta Revista.

Por meio dessa atividade, aprende a interpretar atitudes alheias. Tôdas as formas da comunicabilidade social requerem o entendimento de reações recíprocas. Quem pergunta, espera a resposta; quem pede, espera receber. Na capacidade de antecipar as reações de outrem é que se fundamenta a compreensão social. Sem o entendimento por meio de gestos e palavras não seria possível a cooperação, e sem a cooperação não seria possível a intercomunicação social.

No brinquedo dramatizado, repete a criança expressões de atividade e sentimentos aprendidos. Ao retirar a boneca da cama, diz: *Mamãe vai brincar com a filhinha*. Carinhosamente faz construções com blocos de madeira para divertir a boneca: *Viu nêne, o que mamãezinha está fazendo?*



Fig. 1 — O clichê reduz o desenho original à metade (5;11).

*E' para você brincar de nenêzinha. Agora mamãezinha está fazendo* (3 ; 2).

Também ralha com a boneca: *Agora a filhinha vai dormir, sim? Já é muito tarde. Fica quieta, senão eu zango!* Fecha o rosto com expressão de zanga, afasta-se na ponta dos pés, passa a mão pela cabeça e suspira: *Estou cansada* (5 ; 1).

O comportamento da criança de cinco anos já inclui, como se vê, reprodução de atitudes emocionais. A expressão *eu zango* denota que aprendeu não somente a expressão de atos como também de sentimentos.

Dessa idade em diante, amplia-se o conhecimento das relações de família. Eis como uma criança comenta um desenho (fig. 1): *um pai*

vai tomando conta do filho e a mãe vai tomando conta da filhinha. Estão subindo a escada da casa. A mãe está dizendo: sobe meu filho. A filha quando fôr grande vai trabalhar para a mãe e o filho vai trabalhar para dar dinheiro (5;11).

Vocábulos relativos a *profissões* aparecem dos três anos em diante. Pela imitação, transforma-se a menina em cozinheira, ou professora; o menino, em soldado ou condutor de bondes. Concentra-se, no entanto, na família, o principal interesse da criança entre 1 e 6 anos.

Entre os substantivos que designam pessoas preponderam *papai* e *mamãe*; *vovô* e *titia* seguem-se de perto. Dada a maior convivência com

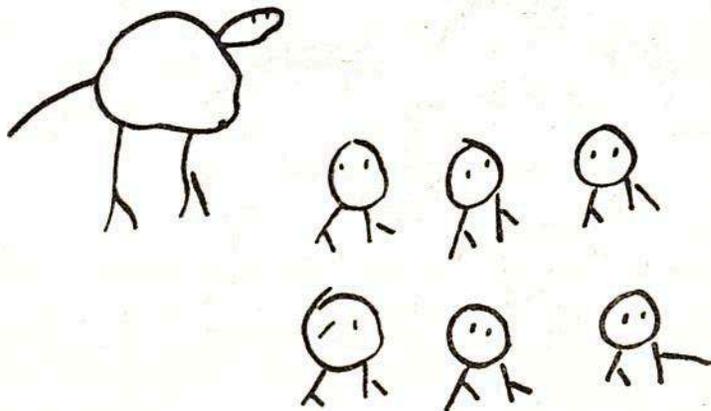


Fig. 2 — A criança pretendeu representar uma galinha e pintos (2;8).

mulheres, referem-se as crianças mais a estas do que aos homens, nos primeiros anos.

Manifesta-se a sociabilidade da criança não só nas atitudes como nas palavras. Entre os verbos, *dar* é dos primeiros a se ouvir. Até aos três anos, inculca o termo, na maioria dos casos, a intimativa para receber algum objeto. No fim da idade pré-escolar, já notamos porém, o uso próprio do termo: *Arlete você escreve com tinta, logo mais vou te dar um mata-borrão. Eu tenho um monte assim... Não preciso de tudo aquilo* (6 ; 9).

*Chamar, dizer, falar* já aparecem aos dois e três anos. E esta diferenciação rápida dos vocábulo relativos à comunicabilidade demonstra

a influência dos contatos sociais. O atraso mental de crianças educadas em asilos é, sobretudo, atribuída à convivência com poucas pessoas (1).

*Animais* — Cães, gatos, aves, interessam a toda idade pré-escolar. Predominam aves e mamíferos no vocabulário da criança.

No circo, no jardim zoológico, com particularidade nos livros, aprendem a conhecer os que não lhes são familiares. Desenhando: *Vou fazer uma onça, também. Quer vêr uma onça? Eu sei mesmo. Eu vi num livro, agora já sei* (6 ; 7).

A criança de dois a três anos de idade trata os animais caseiros como se fôssem seres humanos. Com solicitude maternal, a menina acalenta um gatinho: *Meu filhinho, meu querido da mamãe, dorme lulu, filhinho da mamãe. Dorme, dorme, dorme, lá, lá, lá, lá,* (2 ; 8). Parece documentar esse fato a fig. 2: os pintos são aí desenhados com rostos humanos.

Ao desenvolver-se o pensamento, decai a tendência para personificar os animais. Já a inteligência se interessa pelo objetivo. Uma criança, à proporção que desenhava, assim dizia: *Aqui tem uma galinha. O bico não sai direito porque a galinha outro dia não deixou eu ver quando fui espiar no quintal* (5 ; 11). Aos seis anos, uma criança normal já procura observar com exatidão fatos da natureza pelos quais tenha especial interesse.

Também se manifesta o progresso na descrição das minúcias. Enquanto desenha, diz um menino: *Eu sei fazer pato, um laguinho... as ondinhas... Ele está nadando. Vou pintar de que cor a peninha? Também pode ser pena azul, também pode ser pena verde, não pode? Vou fazer o rabinho assim em pé, pretinho. A cabeça toda branquinha...* (5 ; 11).

Não só pela significação dos termos, como pela meiguice do diminutivo, descreve a criança o amor a seus patinhos. Apesar do lirismo das suas palavras, não foge à realidade. Pinta com exatidão, descendo a pormenores do colorido das penas. Caracteriza esta fase de transição o misto de lógica naturalista e inspiração poética. Já na idade escolar quase desaparece essa poesia espontânea da criança.

#### VESTUÁRIO

O vestir-se para dar um passeio, ou acompanhar a mãe em compras na cidade, figuram entre as atividades de importância na vida infan-

(1) BUHLER, Charlotte, *Kindheit und Jugend*, Verlag von S. Hirzel in Leipzig, 1931, pág. 160.

til. Reflete êsse interêsse a solicitude com que as meninas cuidam do vestuário de seus bonecos: *Agora vou vestir o Lili, coitado, êle está nu. Vou vestir pra êle não ficar com frio* (6 ; 9).

O vocabulário da criança de dois a três anos já contém os muitos termos relativos à indumentária: o vestido, a calça, a fita do cabelo... Com a idade, avoluma-se a propriedade crescente dos vocábulos. A criança vai aos poucos aprendendo a discriminar: *capa*, de *casquinho*; *sapato*, de *alpercata*.

Quando a criança fala de baianas, ou índios, refere-se a fantasias de carnaval. Diz, por exemplo, a menina ao pôr uma pulseira: *Pulseira de baiana. Mamãe se fantasiou de baiana rica. Botou ruço, batão, pintou o rosto, botou aquilo amarelo no pé. Como é que se chama aquilo amarelo no pé?... — Sandália, não é? — Ah! é... Botou cestinho na cabeça, botou luvas e dançou.* (5 ; 2).

E termina dançando o samba. Caracteriza a idade esta viva imaginação dramática: a linguagem ligada à ação. Um único objeto, a pulseira lembra à criança toda uma situação: a fantasia, a maquiagem, a dança da baiana.

Manifesta a criança preferência por certo vestuário ou penteado. O menino demonstra desagrado quando a mãe lhe quer encachear os cabelos; satisfação, quando lhe põe uma gravata como a do papai.

#### OS OBJETOS

Como seria natural, são muito freqüentes, na linguagem da criança, os objetos de uso caseiro.

Diante da mesa posta, exclama alegre o menino: *Botou a mesa, botou a mesa. Eu vou almoçar aqui. Didí, você quer almoçar comigo?* (2 ; 10).

A criança considera a colherinha ou o cobertor como seus amigos. Chora quando seu prato se quebra, o que denuncia claramente o pendor feiticista da idade; e durante anos, ainda faz questão de dormir no travesseiro em que se deitou no berço.

Dos cinco aos seis anos, diminui muito esta atitude afetiva em relação aos objetos inanimados. Sua linguagem torna-se mais objetiva. Desenha e vai comentando o que está fazendo: *Isto é uma caneca; isto é um copo; aqui é uma xícara, mas eu quebrei o pires; isto é um prato e uma colher. Como se faz mesmo uma faca? O cabo da faca é preto. Do lado está uma garrafa com chapinha. Um sapôleo; aqui uma toalha*

*com renda, e isto? isto aqui não sei o nome, como é aquela coisa que bota na banheira para tapar? — Será rôlha? — É' isso mesmo* (6 ; 1).

Pela pergunta, pode-se notar como define os objetos pelo uso, o que figura na escala de BINET e SIMON como prova adequada dos seis anos (1).

Na linguagem infantil, as dependências da casa representam um como que segundo plano das preocupações da criança, nas quais os objetos de utilidade doméstica ocupam o primeiro. A cozinha, por exemplo, é menos o compartimento onde se faz a comida, que o fogão e as panelas. É que pratos e panelas, por sua utilidade, absorvem o interêsse da criança.

#### ALIMENTAÇÃO

Durante as refeições o ato de mastigar e o de engulir abreviam a expressão oral de ordens lacônicas, em que falta, embora já aprendido, o complemento do "faz favor": *Mais pão, mamãe... mais arroz* (5 ; 2).

Aprecia-se o vocabulário referente a alimentos no brinqueado da "comidinha": *Agora vou fazer a comidinha. Vai ficar boa mesmo! Olha aqui! é a panelinha.* (Mostra a panela). *Mamãe posso fazer a cadeira de fogão? e o fogo, mamãe? Ah! sim* (balança a cabeça) *é de mentira, não é? E, rindo, coloca as panelinhas na cadeira: Vou fazer picadinho, batatinha frita, bife. O arroz já tá pronto. Tá bom mesmo, você quer provar? E apresenta a panelinha à mãe: Só um pinguinho. Bom!... Gostou?* (5 ; 1).

Denuncia a linguagem da criança a lamentável falta de variedade em nossa alimentação. Pouco vai além da triade monótona de feijão, arroz e carne. Raros os termos referentes a legumes. Quanto a frutas, de comum, só a banana e a laranja.

#### PLANTAS

Nos primeiros anos, os termos referentes a plantas limitam-se quase que exclusivamente aos que entram na alimentação. O arroz da criança, de um a dois anos, não passa de uma comidinha gostosa.

(1) BINET e SIMON. Testes para medida da inteligência, trad. do prof. Lourenço Filho, Ed. Melhoramentos, 1928.

Mais tarde, as plantas começam a interessá-la. Desenha uma penca de bananas, e já o simples fruto a preocupa: *Espera um pouco, deixa eu fazer uma penca de bananas. Bem amarelinhas com uns pedacinhos pretos, para dizer que estão maduras.* (5 ; 5).

Com que minúcia não analisa este pequeno desenhista as folhas do coqueiro: *A fôlha do coqueiro é verde, não ? quando ela está sêquinha, ela é marronzinha.* Referindo-se aos folíolos: *Cada coisinha que cai é uma fôlhinha? Olha como estou fazendo, assim.*

Explica-se que não. E a criança prossegue: *Ah! isto tudo é uma fôlha só!* (5 ; 10).

O prazer do menino em descobrir por si a fôlha composta está a indicar o método de ensino da história natural no jardim de infância e na escola primária. Serve de fundamento a toda aprendizagem o interesse genuíno, desenvolvido no contato direto com a natureza.

Aparecem as flores, no vocabulário infantil, em regra como ornamento da casa de moradia: *Uma florzinha está ao lado da casa. Essa flor chama rosa. Isso é outra flor no quintal... Vou fazer uma flor em cima da mesa* (5 ; 6).

#### A RUA E A CASA

Aspectos vários do local em que vive, como ruas, praças, figuram no vocabulário em menor número do que os do próprio lar.

No seguinte exemplo aparecem as dependências da casa: *Esta casa é limpinha e o quintal é limpinho. O telhado é vermelho. Ainda não acabei, falta a cosinha, a copa, dispensa, sala de jantar. Aqui em cima são os quartos. A mamãe dorme aqui. Eu aqui. A Helena, aqui* (5 ; 10).

#### VEÍCULOS

No vocabulário infantil, ruas, pontes e túneis figuram apenas como cenário para os veículos. Bondes e automóveis em movimento têm para a criança maior atração do que postes e calçadas.

E' manifesta a tendência de reproduzir o movimento e o barulho próprio de cada veículo. Rabiscando: *Vou fazer uma assistência.*

Pergunta-se-lhe: *Que é uma "assistência", Sérgio? E' onde leva dodói... Depois, a assistência vai brum... um... um... lá pra casalú (casa de saúde). Aqui é a porta, aqui a roda e ela vai brum u... u...*

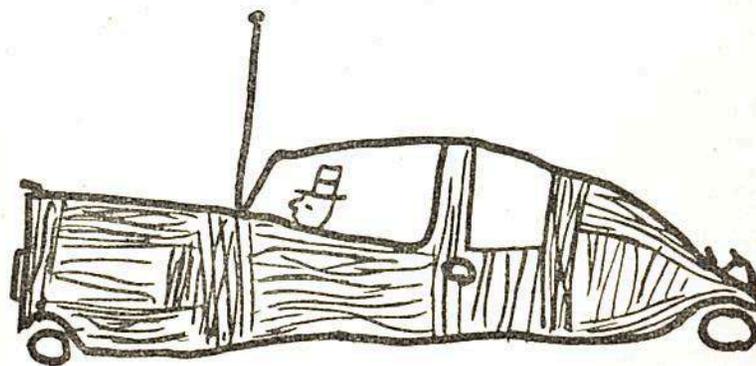


Fig. 3 — O automóvel do papai (4;6).

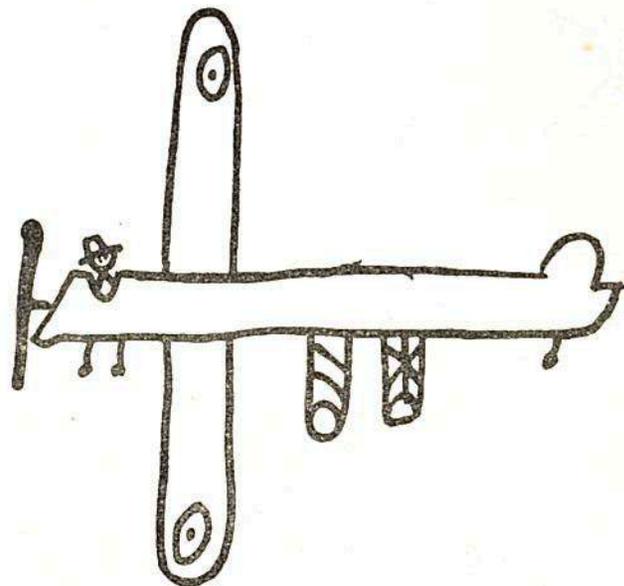


Fig. 4 — Avião (6;9).

*lá... e... a... a... a... prá casalú* (3 ; 0). O menino não desenha o veículo, apenas representa o percurso da assistência por um traço contínuo. Na criança de um a três anos, os gestos completam as palavras. Assim como imitam pessoas e animais também personificam automóveis, bondes e aviões.

A criança de cinco a seis anos mostra interesse menos dramático, mais objetivo ou técnico, portanto: *Vou fazer um carro. E' prêto o carro,*

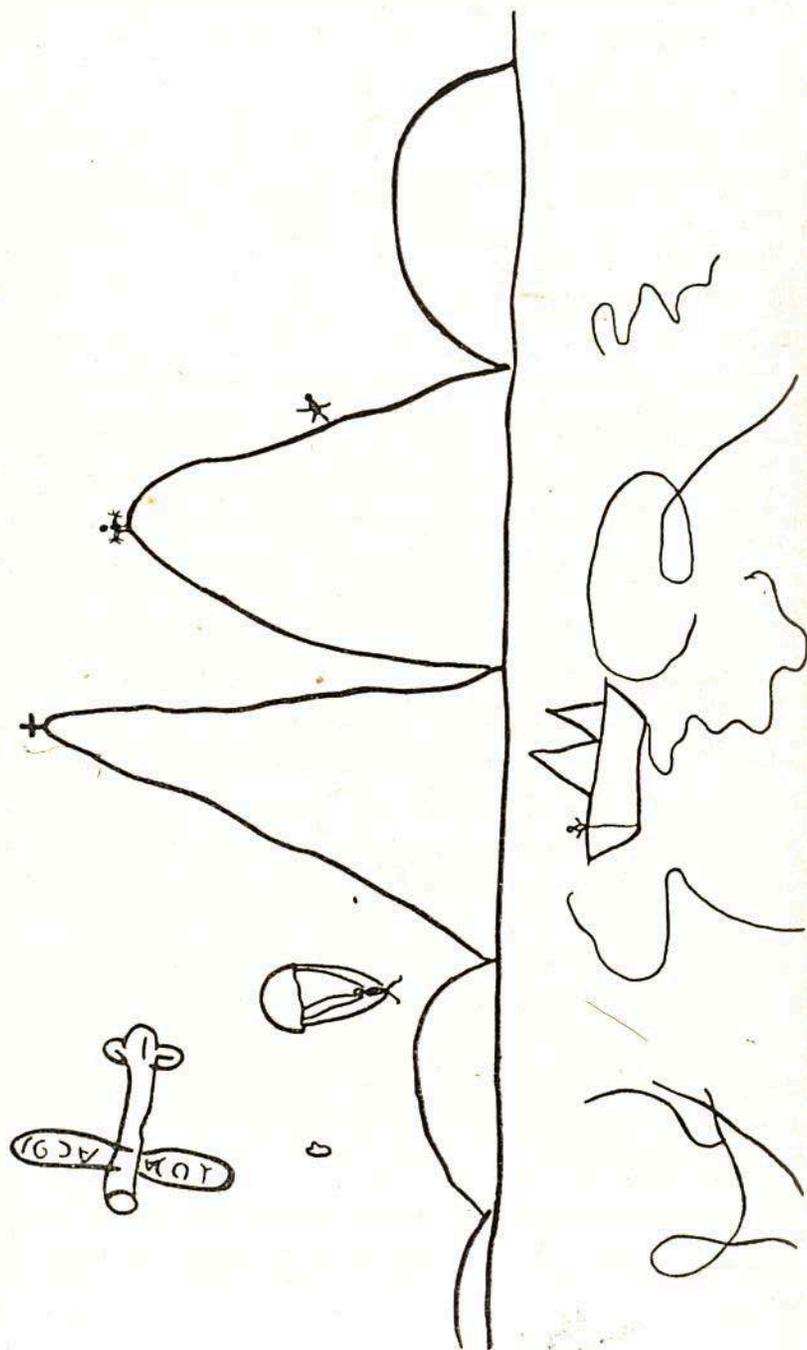


Fig. 5 — Composição espontânea (6;11).

heim? E' um V-8 igual ao do papai. Aqui é onde se bota a gasolina, aqui é o farolete. Já acabei, não falta mais nada aqui. Ah! falta a placa dos números (fig. 3, idade 6 : 8).

Gabam-se os meninos de seu conhecimento de aviões. Referindo-se ao desenho: Isso é a asa, aqui, a hélice. Tá gostando, heim? Depois diz que eu não sei. Está ficando bonito... Isto é o aviador. Aviador usa capacete. Isto é um pedacinho da direção do avião. Pronto, está pronto. Cola na parede que fica bonito. Está bonito, não está? (fig. 4, idade 6 ; 9).

## A PAISAGEM

Alarga-se a pouco e pouco o horizonte da criança. Aos quatro anos, a praia limita-se ao lugar onde apanha conchas e toma banho. Desenhando: Aqui vou fazer uma praia. Aqui está a agüinha. Aqui são as conchas, aqui outra concha, uma porção de conchas. O menino está tomando banho (4 ; 6).

Em idade pouco mais avançada, já lhe aparece a visão panorâmica. Comenta a criança o desenho: Vou fazer uma ilha com roqueiros, barquinho, avião. Isto é o mar, as ondas, chó... chó... chó... Um avião aqui. Aqui as asas grandes. Brr... brr... brr... (Canta). Aqui vai um barquinho. Vai o barquinho. Um homem está pescando. Em cima do Pão de Açúcar também tem um homem. Quer outro subindo aqui? (Fig. 5, idade 6 ; 11).

Reunem-se no desenho os vários assuntos do interesse infantil num todo harmonioso. O barulho das ondas e do avião animam céu e mar. No centro deste cenário mais amplo, o pescador e as figuras, subindo a montanha, bem mostram que o ser humano e suas atividades nunca deixam de interessar a criança durante todo o período de um a seis anos.

## RESUMO

Resumamos, agora, as observações descritas, indicando os números colhidos em diferentes observações, e que se vêem no quadro a seguir:

### Assuntos predominantes na linguagem do pré-escolar (em percentagem)

ESPECIFICAÇÃO	IDADE EM MESES					
	(12-23)	(24-35)	(36-47)	(48-59)	(60-71)	(72-83)
Pessoas.....	52	45	46	40	34	34
Casa e objetos.....	30	26	31	27	30	34
Animais e plantas.....	3	12	10	18	15	12
Veículos, rua.....	3	8	9	10	13	11
Alimentos.....	12	9	4	5	8	9

As referências às pessoas, descritas agora com a percentagem média, nas idades que aqui consideramos, dão-nos indicação dos interesses sociais da criança:

Mãe e pai .....	39 %
Parentes .....	28 %
Domésticos .....	18 %
Outras pessoas .....	15 %

A observação das percentagens médias nas referências a classes de animais parece também muito expressiva:

Aves .....	40 %
Mamíferos .....	29 %
Peixes .....	13 %
Insetos .....	9 %
Réptis .....	9 %

Como se vê, predominam as aves e mamíferos. As referências a animais domésticos atingem quase 80%; a outros animais, apenas 20%.

Por fim, deve ser notado que as referências a coisas do lar sobrepõem as da vizinhança, cenas da rua e seus veículos. Assim:

A própria casa e cenas domésticas .....	49 %
Vizinhanças e cenas da rua .....	27 %
Veículos .....	24 %

## A ESCOLA PRIMÁRIA E A ARITMÉTICA

ALCIMAR TERRA

Do Dep. de Educação do Estado do  
Rio de Janeiro

### O PROBLEMA GERAL DOS PROGRAMAS DE ENSINO

Os programas escolares exprimem o progresso educacional de uma comunidade. Nos seus objetivos finais, está a sua política; na caracterização dos fins imediatos e respectiva articulação com os interesses e aptidões da criança, sua compreensão científica do problema. O entendimento claro dessa entrosagem supõe, todavia, estudo perfeitamente controlado da personalidade infantil e das técnicas de vida da sociedade. À falta de análise científica desses termos, a escola, organismo especializado de transmissão da cultura, é levada a cuidar de atitudes sem conteúdo biológico ou social evidente, afastando-se da vida. Daí o formalismo cultural, a desmoralização da escola, pelo menos de seu currículo, como não-lo evidencia o êxodo existente nas séries subsequentes à inicial do curso primário.

Entre nós, como alhures, a escola primária, cuja função política e nacionalizadora há de ser básica, tem sacrificado a educação social e da própria personalidade (consciência política, hábitos de solidariedade e cooperação, conhecimento da economia nacional, iniciativa, autonomia mental), atendendo, porém, aos mais diversos assuntos das matérias do ensino. O zelo pela cultura formal não raro classifica no programa das escolas primárias temas das secundárias, justificáveis só aqui como condições de futura especialização vocacional, zelo fornecido pela descentralização do ensino primário, sem conceituação precisa, que lhe garanta a unidade.

Escoimadas as escolas comuns, isto é, primárias, dos pruridos da organização "lógica" dos programas, ter-se-á restabelecido nelas a expressão social que lhes é da própria essência e, por conseguinte, sua

função social. Certamente, "o programa pode preparar para a vida social desde que ofereça à criança um ambiente real de experiências capazes de identificá-la com os objetivos e atividades derivadas de uma análise social". Ou mais claramente: "Os materiais dos programas das escolas primárias, pelo menos, serão organizados de sorte que provoquem o conhecimento, as habilidades e as apreciações necessárias à vida comum do nosso povo", pois "o estudo científico da sociedade torna desejável assegurar, mediante a educação pública, o domínio das significações, relações e técnicas usadas ordinariamente", conforme fixaram, em notável conclave, W. C. BAGLEY, WILLIAM KILPATRICK, H. RUGG, F. BOBBIT, C. WASHBURN e outros, após dois anos de estudo (1).

#### O PROBLEMA ESPECIAL DA ARITMÉTICA

Ciência abstrata, a matemática proporciona excelente campo para a cultura formal. "Não há matéria que venha oferecendo maiores dificuldades aos alunos que a matemática", acentua JUDD (2). E' natural. Há, de um lado, o problema da maturidade para a aquisição de diversas operações. Maturidade, aliás, de importância especial, pois, como vem mostrando TÆURSTONE, é uma das funções básicas. Há, de outro, a falta de significação vital de certos assuntos. Quais são eles?...

Propusemo-nos esta mesma questão, ao estudar o programa de ensino primário do Estado do Rio, atualmente em revisão. Dos temas programados, quais os inúteis para o advogado, o médico, o negociante, a dona de casa, enfim para o cidadão?... Desde logo, selecionamos alguns assuntos, com os quais foi organizada uma prova-inquérito, a que se submeteram 10 cidadãos notáveis, 10 médicos, 10 advogados e 10 negociantes. Nos três primeiros grupos, contam-se jornalistas, altos funcionários e professores universitários. Os componentes de todos os grupos são indivíduos que, indubitavelmente, possuem, o "domínio das significações, relações e técnicas usadas ordinariamente..." Tratando-se de pessoas com cultura universitária, o esquecimento ocorrido na maioria dos casos é uma prova do desuso e, este, da falta de valor vital do material.

A prova em apreço foi a seguinte:

(1) Comissão organizada pela National Society for the Study of Education para o estudo dos problemas relativos à elaboração dos programas. V. 25 *Year-book*, dessa Associação.

(2) C. H. JUDD, *Educational Psychology*, 1939, Houghton Mifflin Co.

#### DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DIVISÃO DE ESTATÍSTICA E PESQUISAS EDUCACIONAIS

Pesquisa sobre conhecimentos matemáticos necessários à vida social.

- I Escreva em romanos: 522..... 25 ..... 389.....  
60 ..... 1.000 ..... 400: Já sentiu necessidade de aplicar esse conhecimento? ..... Em que circunstâncias da vida profissional? .....
- II Decomponha o número 753 em seus fatores primos.  
Já sentiu necessidade de aplicar esse conhecimento? ..... Em que circunstâncias? .....
- III Calcule o menor múltiplo comum dos números 12, 25 e 21.  
Já sentiu necessidade de aplicar esse conhecimento? ..... Em que circunstâncias? .....
- IV Resolva:
- $$\frac{2}{4} \div \frac{3}{9} =$$
- $$\frac{4}{8} - \frac{2}{6} =$$
- $$\frac{1}{5} \times \frac{4}{7} =$$
- $$\frac{8}{16} \div \frac{3}{10} =$$
- Já sentiu necessidade de aplicar qualquer desses conhecimentos? .....  
Em que circunstância da vida profissional? .....  
E da vida comum? .....
- V A fração  $\frac{4}{5}$  é irredutível? ..... E  $\frac{2}{3}$ ? .....  
Já sentiu necessidade de aplicar esse conhecimento? .....
- VI As frações ordinárias irredutíveis cujo denominador é primo com 10 podem converter-se em dízima periódica simples? Outras frações geram dízimas periódicas compostas?  
Já sentiu necessidade de aplicar esse conhecimento? .....  
Em que circunstâncias? .....
- VII Determine a geratriz da dízima periódica 41, 77 .....  
Já sentiu necessidade de aplicar esse conhecimento? ..... Em que circunstâncias? .....

O quadro seguinte mostra o número de acertos obtidos em cada questão, discriminados os grupos:

Questões	Cidadãos notáveis	Advogados	Médicos	Negociantes	Total	%
I	2	4	9	5	20	50,0%
II	1	1	3	—	5	12,5%
III	1	1	4	—	6	15,0%
IV	—	2	5	—	7	17,5%
V	2	2	6	2	12	30,0%
VI	—	—	—	—	—	0,0%
VII	—	—	—	—	—	0,0%
	—	—	—	—	—	
	—	—	—	—	—	
Total	6	10	27	7	50	

A numeração romana está hoje limitada à indicação de casas em ruas particulares, mostruários de relógios, à ordenação de capítulos de livros ou relatórios. Em qualquer caso, raramente vai além de 100. Vejamos, todavia, o resultado da prova. Das 40 pessoas examinadas, apenas 50% souberam a numeração romana, principalmente os números *XXV* e *LX*. Dos cidadãos notáveis, nenhum indicou quaisquer circunstâncias em que houvesse aplicado tal conhecimento.

Os médicos indicaram o uso dos algarismos romanos no receituário e, apenas dois, quando da leitura de certos livros; um aludiu a casas de avenida. Dos negociantes, nenhum reconheceu necessidade de aplicar tais conhecimentos, embora 5 os tivessem bem adquiridos. Dos advogados, 2 se referiram ao uso nos arrazoados e a nenhum ocorreu qualquer outro uso na vida comum. Nota-se pobreza de referências ao uso: nem todos se referem a avenidas ou enumeração de capítulos. Isso mesmo, porém, revela a menor significação, ainda em relação aos pequenos números, dos romanos em face dos arábicos.

Assim, a pesquisa parece justificar o ensino dos romanos apenas até C. Os números superiores não constituem, é certo, conhecimento usado ordinariamente.

A decomposição dos números em seus fatores primos é outra atividade clássica das nossas escolas primárias. Todo ano, centenas de milhares de alunos-hora a ela se entregam pelo Brasil a fora, enquanto medram doenças e se não exploram riquezas, à falta de aquisição de há-

bitos sadios... Entretanto, apenas 1 em 8 das pessoas examinadas pôde lembrar-se da decomposição... E nenhuma só sentira necessidade de aplicar tal conhecimento, quer na vida profissional, quer na comum.

O mesmo poderá dizer-se do menor múltiplo comum, resolvido por 6 em 40. Dos 4 médicos que obtiveram o resultado correto, apenas 1 tivera necessidade de tal conhecimento na vida comum: "ensinar minhas filhas na resolução de problemas, há quatro dias passados". Também os advogados, cidadãos notáveis e negociantes não souberam indicar o uso dessa técnica.

Dos assuntos examinados, as frações ordinárias constituem, talvez, o objeto de maior carinho e respeito dos velhos mestres, que a elas vêm dedicando horas a fio de seu mister escolar. Entretanto, adotada a unidade decimal para o nosso sistema de medidas, a fração ordinária é de aplicação reduzidíssima. Usamô-la, apenas, em atitudes como as seguintes: "2/3 dêsse terreno", "1/4 da ampola", "2/5 do saco", "8/10 de tal quantia". A exemplos como êstes se reportaram 4 médicos, 1 advogado e 1 cidadão notável. Certamente, a vida social comum exige o conhecimento de conceitos e operações da natureza apontada. E', assim, um objetivo corretamente programado para as nossas escolas primárias.

As operações entre frações ordinárias estão, contudo, à margem das relações sociais comuns. Nenhuma das quarenta pessoas examinadas pôde indicar em que circunstâncias da vida profissional, ou comum, poderia ter necessidade de resolver divisões, somas, multiplicações ou subtrações de frações ordinárias. Além disso, 10 negociantes e 10 cidadãos notáveis (jornalistas de projeção, administradores de valor, etc.), não houve um só que conservasse ainda memória do aprendido nas escolas.

Entretanto, são pessoas cujo equipamento em atitudes e conhecimentos está acima da média. Evidencia-se, pois, não estarem as operações entre tais fracionários incluídas entre os conhecimentos de "uso ordinário" e, portanto, a inconveniência de mantê-los nos programas, prejudicando a aquisição de experiências de valor fundamental para o ajustamento adequado da criança ao meio social.

Relêvo especial é devido às dízimas periódicas, simples ou compostas, e às frações geratrizes, estudadas nas questões *VI* e *VII* da prova. Não houve uma só pessoa capaz de vencer o problema proposto. Ocorreram dúvidas sobre os próprios vocábulos ali empregados.

Sem exagero, o assunto pode ser qualificado de "estranho" à comunidade, examinada através de um grupo já selecionado.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise social assim realizada será ainda completada com outro estudo sobre os conhecimentos necessários à vida social comum. Todavia, o trabalho exposto já nos autoriza à exclusão de vários temas do programa de ensino primário do Estado do Rio. Análises sucessivas nos irão habilitando a restabelecer a função social da escola comum, libertando-a de preocupações formais, cuja existência tem diminuído consideravelmente o acervo de experiências realmente desejáveis. Para observarmos a intensidade do fenômeno, comparemos alguns dos resultados das provas objetivas realizadas naquele Estado em 1943. A amostra de 634 provas da 4.<sup>a</sup> série nos mostra 355 acertos na escrita, em romanos, do número 5.347; 397, na multiplicação, e 282 na divisão de frações ordinárias. Entretanto, houve somente 165 e 44 acertos em questões sobre "impaludismo e saneamento" e "execução de leis e poder executivo", respectivamente (3). Fato equivalente sucede na amostra de 5.<sup>a</sup> série, composta de 505 provas. Houve 258 acertos para o problema: "A geratriz da dízima periódica 0,144... é ....". E 215, para a seguinte questão: "A mais importante via fluvial do Brasil, empregada para o escoamento dos produtos da Amazônia, é....." O Barão do Rio Branco ("o estadista brasileiro que mais concorreu para a demarcação das nossas fronteiras foi.....") teve as mesmas honras que a geratriz da dízima periódica 0,144...: 261 acertos.

Urge, pois, encaminhar para melhor solução o problema de nossos programas escolares, organizados sob formalismo realmente perigoso. Urge fazê-lo em nome da nossa consciência nacional — cadinho dos nossos maiores, das nossas glórias, da nossa terra, dos nossos costumes, da nossa vida econômica, da nossa organização. E' inadmissível imprimir à escola primária sentido real de "nacionalizar" de fato, através da educação bem orientada, atenta às necessidades biológicas (aproveitamento e proteção dos interesses e aptidões) e às técnicas da vida social. Urge torná-la forja da cidadania efetiva, livrando-a da cultura formal, e consolidando nela as condições de verdadeira *expressão social*.

(3) A primeira questão era: "Sublinhe, no parêntese, a expressão que melhor complete a frase. Para impedir a propagação do impaludismo devemos fazer (hortas, jardins, saneamento, higiene das casas). A segunda era: "Complete a frase. A execução das leis cabe ao poder.....".

## PROGRAMA MÍNIMO

LOURENÇO FILHO  
Do Instituto Nacional de  
Estudos Pedagógicos

*Qual a exata significação do programa num bem organizado sistema de educação primária? qual a função do programa mínimo? (1).*

Para boa compreensão do assunto, exigem-se aqui algumas considerações de ordem geral. Vamos tomá-las, tal qual as apresentamos, em março de 1936, ao Sr. Secretário Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, que nos incumbiu, nessa época, de presidir a uma Comissão Especial, para a elaboração de novos programas destinados às escolas primárias da capital do país (2).

#### IMPORTÂNCIA DO PROBLEMA

Não será necessário insistir sobre a importância do programa de ensino, como recurso de organização do trabalho escolar. Representa ele, a um tempo, fonte de inspiração, norma geral do trabalho docente e pedra de toque da atividade do mestre.

Convenientemente organizado, deve indicar os propósitos e objetivos que dêem direção e sentido à obra educativa da escola, em seu conjunto; e, nessas condições, expõe uma filosofia e uma política. Por outro lado, deve fixar a gradação do ensino e o seu modo de ser. De modo expresso, ou tácito, propõe um método, e significa o compromisso, de parte do pessoal administrativo e docente, em compreendê-lo e executá-lo.

O programa deve existir para ser cumprido. E se existe, para ser cumprido, tudo o mais, no sistema escolar, lhe estará, de certo modo, su-

(1) Consulta apresentada ao Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, por um inspetor escolar de ensino primário.

(2) Cf. *Pesquisa sobre programa mínimo*, in "Boletim de Educação Pública", Ano V, ns. 3 e 4, 1936.

bordinado: os fins regem os meios. As medidas fundamentais *de organização* (planejamento, construções escolares, organização das classes, formação do professorado, escolha de material didático) e as *de contrôle*, geral ou especial (fiscalização do trabalho docente, verificação do rendimento do ensino, inspeção escolar, adoção de processos e normas), sempre estarão, direta ou indiretamente, ligadas à questão do programa.

#### COMPLEXIDADE DO PROBLEMA

Bem situado, o programa não pode representar, assim, providência isolada. Nem d'ele deverá haver compreensão demasiado estreita e rígida.

E' de observar, a êste propósito, que, em qualquer escola — mais particularmente ainda, em cada classe — há sempre um programa *formal* e um programa *real*, aquêle que se escreveu e aquêle que realmente se executa, em função mesma das condições gerais já mencionadas. Aquêle é o que a administração concebeu como imperativo; êste resulta da situação da escola, das condições de cada grupo de crianças, dos elementos de que cada mestre possa dispor, nestes compreendidos o seu preparo, a sua cultura geral e técnica. *A rigor, cada professor só realiza o seu programa*, aquêle de que é capaz, iludindo a administração e iludindo-se a si próprio, muitas vêzes, na intenção de cumprir os programas que lhe tenham sido determinados.

Nenhum programa, por si mesmo, poderá reformar o espírito e a técnica do ensino, se os mestres não estiverem preparados para a compreensão e a honesta execução daquilo que se lhes pede.

E não é tudo. Para que seja executado, como convém, o programa não depende apenas da intenção comum e do bom entendimento que se estabeleça entre o professorado e a administração. Ele carece de atender às necessidades sociais, à média dos desejos e dos reclamos dos pais, que entregam seus filhos à escola na esperança de um rendimento certo, nem sempre claramente definido no pensamento público, mas pressentido em suas linhas essenciais. A gradação das utilidades e dos valores que o ensino escolar possa ministrar às crianças, é feita pelos pais, as mais das vêzes, pela aplicação direta e imediata dessas utilidades e desses valores, segundo a situação social e as necessidades e interêsses próximos de cada um. E como essas necessidades e êsses interêsses variam em cada caso concreto, bem se vê que cada pai desejaria um programa especial, para seu filho.

Acrescentemos, agora, a necessidade de não esquecer a própria criança, no que diga respeito às capacidades gerais de sua idade, às diferenças individuais, tão patentes, à diversidade de aptidões e temperamento. O ensino que não procure atender a essas variadas condições de aprendizagem será improdutivo, ou de resultados aparentes e efêmeros.

Como, pois, regular-se o ensino por um só programa, para todos os mestres, para tôdas as escolas e para tôdas as crianças?

#### TRÊS PONTOS DE VISTA EM CONFLITO

Do que ficou dito, e não deixa de corresponder à realidade, verifica-se que a questão do programa pode ser encarada de três pontos de vista diversos:

a) O ponto de vista *meramente administrativo*, o qual, em sua aplicação extrema, concebe a escola como alheia a um meio social determinado, imperativo em suas exigências e necessidades; e que imagina também as classes povoadas de crianças representativas do tipo do aluno médio, inexistente na realidade;

b) o ponto de vista *sociológico*, pelo qual, as mais das vêzes, se sobrestima o valor da educação escolar, por si só, na reforma dos costumes ou na inspiração de novas formas de vida social, pelo esquecimento de que a escola é apenas um dos muitos órgãos e forças educativas da sociedade;

c) o ponto de vista *psicológico*, o qual acarreta exagêro na preocupação da adaptação do ensino aos tipos individuais, muitas vêzes por conclusões apressadas de pesquisas nem sempre completas e seguras, e respeito místico ao que se convencionou chamar de auto-expressão e auto-realização.

As conseqüências de cada um dêstes três pontos de vista, quando isoladamente considerados, são claras na maneira de conceber o programa:

a) o ponto de vista *meramente administrativo* leva à formulação de um programa rígido e taxativo, desenvolvido quase sempre sob a forma de itens relativos a conhecimentos formais, discriminados por meses e até por semanas;

b) o ponto de vista *sociológico*, baseado na crença de que a escola possa, por si só, reformar a sociedade, e que insiste na adaptação do pro-

grama a uma direção ideal, e de tal modo que a vida das crianças, na escola, seja tão próxima desse ideal quanto possível;

c) o ponto de vista *psicológico*, que, no caso de aplicação extremada, chega a propugnar pela abolição completa dos programas, deixando que as necessidades e possibilidades das crianças, para exercício da auto-expressão e formação livre da personalidade, sejam as inspiradoras da própria seqüência de atividades e lições.

O primeiro desses pontos de vista corresponde ao da escola tradicional, perfeitamente caracterizada. Os outros dois são representativos de fases unilaterais da evolução verificada no movimento de renovação escolar de nossos dias.

#### POSSÍVEL RESOLUÇÃO DO CONFLITO

Convenhamos em que cada uma dessas soluções está rigorosamente certa, desde que admitido como exclusivo o ponto de vista de onde cada uma se origina. E isto explica o ardor dos defensores das três tendências em conflito, cujo espírito terá sido empolgado por uma ou outra delas. Análise mais demorada do problema, só possível ao contato real das escolas e em face das questões gerais da administração, demonstramos, porém, que cada um dos pontos de vista referidos, embora exatos, são insuficientes para cabal solução.

A solução administrativa, que repousa na necessidade de sistematização e controle do trabalho, de mestres e alunos; a de orientação social, que decorre da compreensão da possível influência sobre os costumes, para melhoria ou transformação; e a que chamamos de psicológica, porque decorrente da necessidade de adaptação do ensino aos vários tipos de educandos, seus interesses e necessidades, não devem ser concebidas como círculos tangentes, que mutuamente se excluem, mas como círculos concêntricos, que reforcem o esquema comum de trabalho.

Nem se diga, também, que estas duas últimas soluções sejam as únicas rigorosamente técnicas, em desfavor das medidas gerais de administração. Cada qual encara *problemas técnicos particulares*, e à administração, justamente, é que caberá encarar os *problemas técnicos de ordem geral*, ou já não será administração eficiente.

Tem-se ligado, no Brasil, a idéia de administração às de empirismo e arbitrio (talvez com alguma razão, digamos de passagem), e ela tem sido freqüentemente oposta à idéia de técnica. Quando consideramos,

porém, que o objetivo da técnica é o de planejar meios idôneos para a consecução de fins determinados, e que à administração, em geral, se define como a disposição dos meios pessoais e materiais para a obtenção, com a maior economia e segurança, de certo resultado ou de certo rendimento, verifica-se que não há nenhuma antinomia real nos dois conceitos. A técnica existe para servir à administração, e a administração que nela não se apoie será imperfeita.

No caso que apreciamos, do programa de ensino, a solução administrativa também pode e deve ser técnica. O primeiro problema a considerar é o de obter um rendimento certo, ao fim do curso, por parte dos alunos que o percorram, rendimento esse que será verificado pela aquisição de determinados conhecimentos, técnicas e capacidades, compreendidos como necessários, pelo meio social, na idade em que seja possível a conclusão do curso.

Tais conhecimentos, técnicas e capacidades, muito variados em espécie e número, para cada época e para cada povo, constituem os objetivos gerais e últimos do curso primário. Sua fixação geral pode ser obra de filosofia e política. Mas a graduação e verificação do rendimento possível, em cada idade, segundo a extensão do curso, preparo do professorado, extensão do ano letivo, duração do dia escolar, etc. — é obra da experiência. À administração caberá conciliar uma e outra coisa, tomando as providências que a boa técnica possa aconselhar.

Em relação aos objetivos gerais, a que nos referimos, uns se acham implícita ou explicitamente expostos na Constituição da República. São objetivos nacionais, que a educação de todo o país, e em todos os seus graus, deve esforçar-se por alcançar. Outros são imperativos sociais, referentes ao respeito às instituições e valores morais permanentes. Outros, ainda, relativos à conservação e defesa da saúde, à necessidade de intercomunicação social, pela aquisição e desenvolvimento da linguagem e do número, aos conhecimentos elementares de ciências, e às habilidades que preparem a criança para o ingresso em geral, no domínio das atividades profissionais.

Considerados todos esses objetivos, verifica-se imediatamente que há interdependência entre eles, e ordem gradativa para a sua aquisição. Por sua complexidade, certos conhecimentos, técnicas e capacidades supõem outros conhecimentos e técnicas que lhes sejam auxiliares ou propiciatórios. E a experiência demonstra também que nem tudo pode ser aprendido numa mesma idade, com o mesmo resultado.

Não nos iludamos em supor que essa gradação seja obra só possível em face da lógica do adulto e que, para a criança, nenhuma gradação possa ser concebida de antemão. Os estudos de psicologia da infância demonstram, à saciedade, que há também uma ordem necessária para o espírito da criança, na qual a aquisição dos quadros lógicos da vida do adulto, para a necessária assimilação social e normalidade das funções do pensamento, aparece também como uma das fases bem marcadas, ainda dentro da idade escolar primária.

Não só em atenção às condições de organização administrativa mas, também, como se vê, em atenção aos imperativos de organização psicológica, para os quais os problemas de adaptação social não podem, nem devem ser estranhos — surge a necessidade da divisão do ensino em séries, anos ou graus.

A idéia de um sistema, para que os objetivos finais possam ser conseguidos, com economia e segurança, em tempo e hora, impõe-se, indubitavelmente. E a sua expressão prática é o programa. Que espécie de programa, porém? Aquêlê que só atenda às necessidades formais dessa sistematização pela discriminação exaustiva dos fatos, conhecimentos ou princípios a serem dominados pelos alunos? Claro que não.

Desde que se admitam como necessários também os pontos de vista de adaptação social, relativos ao meio próximo dos alunos, e o de adaptação individual, a cada um dêles, segundo suas capacidades, o programa deve ser estabelecido de modo a cobrir um mínimo essencial, pelo qual se oriente a ação educativa, prevista pela administração, mas com largas margens para a ação própria de cada escola e de cada professor.

A elaboração de um programa mínimo, assim concebido e interpretado, permitirá aquela desejável sistematização de ensino, com definição das responsabilidades do corpo docente e seguro critério de promoção dos alunos, sem prejudicar as atividades, exercícios e ensaios que possam enriquecer a vida escolar, acrescentando-a em seu valor.

#### COMPREENSÃO DE "PROGRAMA MÍNIMO"

Verificado que é de conveniência a fixação de um programa mínimo, para ser cumprido em tôdas as escolas, sem prejuízo de maior extensão ou desenvolvimento do trabalho escolar, convém precisar-lhe a compreensão e definir-lhe as funções.

Deve êsse programa reduzir-se a uma lista formal de itens, para verificação fácil e cômoda, por exames ou testes?... Não nos parece que essa seja a boa solução.

Considerado o desenvolvimento a que já chegaram as nossas escolas, o programa mínimo deverá insistir sôbre os objetivos gerais de cada matéria, em relação a todo o curso, e especificar os objetivos particulares a serem obtidos, em cada ano ou grau. Só depois disso, deverá indicar, sob a forma de *unidades didáticas* e de exercícios convenientes, a lista da matéria a ser vencida, em cada uma das referidas etapas. E a ser vencida, note-se claramente, para o efeito *daqueles objetivos* que são os fins para os quais a matéria foi escolhida e seriada, como conveniente.

Por essa forma, o professor terá, desde logo, um rumo, ou norte, a seguir, e compreenderá que um programa de adaptação e de desenvolvimento poderá também ser pôsto em prática — sem prejuízo do programa mínimo, é evidente — mas para servi-lo e reafirmá-lo, dentro dos objetivos assentados.

As funções do programa mínimo são, pois, muito claras:

a) deverá indicar o ponto de partida e o ponto de chegada, em relação a cada grau de ensino; êsses pontos não significarão matéria formal a ser vencida, mas a matéria indispensável a ser vivida, para a consecução dos objetivos fixados, junto dos quais cada item ou exercício proposto ganha relêvo e sentido;

b) por isso que é *mínimo*, êsse programa não significará *todo o programa*; significa programa básico, sem a conquista do qual não se considerará completo o ensino do grau a que cada uma de suas partes se refira;

c) por isso mesmo, representará êle *critério eliminatório de promoção*, ou seja critério para segura classificação dos alunos;

d) admitido como válido, êsse critério definirá de modo inequívoco as responsabilidades de cada docente; considerada a organização qualitativa e quantitativa da classe, permitirá julgamento anual do trabalho do professor, pela taxa de promoção, e julgamento total da escola, pela média de promoção geral.

Em relação a êstes últimos pontos, outras indicações deverão ser levadas em conta; mas, assim como será básico o programa mínimo para o aluno, êle o será também para o professor e para a escola. Nenhuma qualidade poderá suprir em cada professor a deficiência de ensino daqui-

lo que haja sido considerado *mínimo*; nem no diretor da escola, a fiscalização para que esse programa, razão de ser da escola, venha a ser honradamente cumprido.

#### COMO FIXAR O PROGRAMA MÍNIMO

A compreensão e funções do programa mínimo evidenciam a grande responsabilidade da administração em fixá-lo.

Esse programa não poderá ser composto, como vimos antes, pela simples consideração das necessidades de ordem administrativa, julgadas em abstrato. Para estabelecer *o que deva ser feito*, a administração carece de saber, exatamente, *o que possa ser feito*, nas condições reais de funcionamento das escolas, da capacidade dos mestres, da idade dos alunos, do efetivo médio das classes, da extensão do ano letivo, da duração do dia escolar.

Acrescente-se a esses dados, de verificação mais rápida e simples, a indagação do valor social atribuído aos vários conhecimentos e técnicas sobre os quais o programa deverá versar; a eficiência dos processos de ensino mais generalizados; a existência da possibilidade de melhoria das instalações e do material escolar; a capacidade real de nossas crianças, de modo especial quanto à aprendizagem das técnicas fundamentais.

É evidente que estes problemas estão aqui apenas a florados, sem indicação precisa dos pontos a serem imediatamente aclarados e sem classificação ou ordenação por sua importância relativa. Claro também que, para muitos deles, tornam-se necessárias pesquisas sistemáticas, bem conduzidas e bem interpretadas, levadas a efeito com a colaboração do corpo docente, diretores e inspetores de ensino.

O ideal, pois, para a fixação de um programa mínimo, com as funções propostas, seria a obtenção de todo esse material de pesquisa e de sua pronta elaboração e interpretação.

A organização de pesquisas de educação, onde quer que elas tenham sido levadas a cabo, com a eficiência que é para desejar-se, tem demonstrado que tendem sempre à melhoria da execução do programa; por outro lado, têm partido sempre da análise dos resultados de um *programa fixado*, ponto de referência sem o qual as investigações pouco significam.

Para pesquisas de importância e significação tecnológica que visem, imediata e diretamente, crescer a eficiência de um aparelho escolar, o ponto de partida parece-nos, pois que é justamente o estabelecimento de um programa mínimo, sujeito a revisões e acréscimos, desde que investi-

ções posteriores, levadas a efeito com o devido critério, assim o aconselhem.

Os polos, entre os quais as pesquisas relativas ao ensino oscilam, são sempre programas. Pesquisar sobre o rendimento de um aparelho escolar, sem que este tenha programa fixado, levará a concluir ao acaso, à falta de dados comparativos. E pesquisar, para nada concluir sobre o modo de ser do ensino, de sua gradação, seriação e eficiência — isto é, para nada concluir sobre o programa — será dispêndio inútil.

#### PESQUISAS E PROGRAMA MÍNIMO

Creemos ter salientado a importância recíproca entre pesquisas e programa de ensino, o que poderá justificar o alongamento destas considerações.

Será preciso ter em conta, igualmente, que o termo *pesquisa* não é aqui aplicado com um sentido esotérico, em que só iniciados possam penetrar, mas com referência a todas aquelas investigações que nos permitam julgar, com discernimento, do valor e eficiência do ensino e de suas condições favoráveis ou desfavoráveis. Cada circunscrição, cada escola, e a rigor, cada classe poderá e deverá fazer as suas pesquisas. Havendo controle e medida do trabalho, com anotação das condições em que é feito, há possibilidade de estabelecer relações entre essas condições e os resultados. Portanto, possibilidade de pesquisa.

E' certo, no entanto, que para perfeita validade e generalização de suas conclusões, a pesquisa sobre o trabalho escolar demanda número e variedade de observações, o que justifica que a administração mantenha órgãos especializados destinados a traçar o plano geral dessas investigações, reunir os dados obtidos, compará-los e interpretá-los, de acordo com a mais apurada técnica.

Essas investigações podem ser, no caso dos programas, de variados tipos: junto aos alunos (*apreciação das capacidades médias, nas diferentes idades, e eficiência relativa do ensino*); junto aos professores (*dificuldade de interpretação e execução do programa*); junto aos diretores e inspetores (*dificuldades da coordenação do ensino das várias disciplinas, da uniformidade de interpretação; de adaptação do pessoal e material, nas diferentes escolas; valor do ensino global e especializado*); junto aos pais e junto aos diretores de empresas comerciais e industriais (*verificação do valor social e prático do que se ensina*); junto aos institutos de preparação dos professores, para análise dos problemas que a

interpretação e execução do programa deve propor à formação dos mestres e, em consequência, à prática de ensino.

E' certo, porém, que aos professores, diretores e inspetores caberá julgar, com maior e melhor conhecimento de causa, da exequibilidade do programa, de sua marcha e execução, e das medidas que a administração deverá tomar para afastar certos embaraços ou suprir certas deficiências, como a proposição de cursos especiais ou serviços de orientação.

#### RESPOSTA À CONSULTA

(1) A exata significação do programa de ensino, em bem organizado sistema de educação primaria, é a de inspirar o trabalho do mestre, quanto aos objetivos de sua tarefa; de propor, de modo claro, os limites de graduação, nas várias etapas do sistema escolar que se haja traçado; de estabelecer critérios para a verificação do rendimento da aprendizagem, considerados sempre, de uma parte, os recursos de organização, de outra, as idades e capacidade média dos alunos.

2) A função do *programa mínimo* será sempre a de fazer conciliar os pontos de vista puramente administrativos, ou de controle do rendimento formal do ensino, com os de sua menos imperfeita adaptação social, ou finalidade educativa real; e, ainda, com os de menos imperfeita adaptação psicológica aos recursos, capacidades, tipos e interesses dos alunos.

## O CONGRESSO DE INSTRUÇÃO SUPERIOR E SECUNDÁRIA, EM 1922 (\*)

Em setembro e outubro de 1922, em comemoração do centenário da Independência, reuniu-se, no Rio de Janeiro, o Congresso Brasileiro de Instrução Superior e Secundária, presidido pelo Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, Professor Ramiz Galvão.

Compôs-se o Congresso de representantes de institutos de ensino secundário e superior, oficiais e equiparados, dos membros dos corpos docentes desses institutos e dos delegados dos Estados.

Em seu discurso inaugural o Ministro do Interior, Ferreira Chaves, disse o seguinte: "Trareis a esta reunião uma grande soma de saber e experiência adquirida no exercício constante do magistério. Para remodelar o que existe, adaptando os progressos da ciência pedagógica às necessidades atuais do Brasil, é indispensável a vossa colaboração no sentido de indicar aos poderes públicos os meios mais eficazes para esse fim. Quer-me parecer que as dificuldades encontradas na execução das reformas do ensino superior e secundário entre nós provêm exatamente do esquecimento em que se têm deixado os técnicos, a quem se deverão unir de preferência, desde que se trate de assunto, no qual sua opinião é sempre de maior proveito. Somente assim o ensino secundário teria desde muito perdido a feição que o assinala quase que única e exclusivamente como um meio de acesso dos adolescentes às faculdades, quando o seu fim é mais de natureza educativa e o seu intuito deveria ser o de dar aos que o recebem, cultura e individualidade própria para proveitosa aplicação na escolha consciente das profissões. Base indispensável não somente aos que se encarreiram nas profissões liberais, mas também em tantas outras abertas à atividade humana, o ensino secundário não pode escapar ao progresso dos métodos a adotar e das disciplinas correspondentes às necessidades da vida

(\*) Notas preparadas pelo saudoso Dr. Primitivo Moacir, autor de vários trabalhos sobre a história da educação brasileira.

científica e econômica do momento. Este duplo aspecto da questão leva-nos naturalmente a refletir na conveniência de melhorar esse ensino e torná-lo tanto quanto possível ao alcance pelo menos dos jovens que hajam concluído com aproveitamento e apreciável inteligência o curso elementar, abolindo desta sorte, em parte, o privilégio que só aos relativamente abastados permite fazer o curso secundário, para não falar nas dificuldades maiores e quase insuperáveis do acesso dos desfavorecidos da fortuna às nossas escolas superiores. Bem longe estamos da aspiração de termos o ensino secundário e superior equiparado ao ensino elementar, no que respeita à sua gratuidade, mas penso que devemos antes de tudo, congregando esforços para o suprimento de meios materiais que facilitem aos adolescentes, verdadeiramente capazes, completar os estudos dos cursos especializados. O patrimônio intelectual do Brasil é consideravelmente desfalcado pela impossibilidade vulgar de poderem atingir o destino de sua vocação, devido à míngua de tais recursos quando entretanto outros evidentemente inferiores, só por acaso da fortuna, chegam muitas vezes a um fim imerecido e quiçá prejudicial aos interesses gerais do país. A unidade do espírito nacional depende em grande parte da formação da mentalidade dos jovens. Cumpre, pois, orientar a cultura que lhes haja de ser ministrada no sentido do conhecimento mais perfeito das cousas e dos fatos do Brasil para melhor compreensão das questões que um dia sejam chamados a resolver na vida prática... Inaugurando este Congresso tenho a satisfação de congratular-me com o país pelo acerto das medidas que ides estudar e propor, no início do segundo século da nossa Independência, em prol do ensino secundário e superior do Brasil".

#### TESES GERAIS

Pelo regulamento do Congresso deviam ser debatidas as seguintes *teses gerais*:

a) Deve-se restabelecer o ministério da Instrução Pública, criado em 1890, com as modificações aconselhadas pela experiência, muitas das quais constantes de projetos pendentes do poder legislativo?

b) Deve-se criar, na Capital, um Conselho de Educação, incumbido de estudar o problema do ensino em todo o país, propondo as reformas e melhoramentos necessários?

c) Deve a União promover e estimular o ensino primário, secundário e profissional em todo o Brasil, mediante acôrdo com os Governos estaduais ou municipais e mediante subsídios às escolas fundadas por particulares ou associações?

d) Como devem ser constituídas as universidades?

e) Devem ser fundadas universidades, análogas à da Capital, em São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco?

Qual o verdadeiro conceito da universidade moderna?

g) Em qualquer seriação de estudos, deve ser negado ao candidato ao exame, prestar, numa época, maior número de exames, desde que se submeta a provas especiais para merecer aprovação?

h) O estudo da filosofia, da lógica e moral deve ser considerado obrigatório em todos os ramos do ensino secundário?

i) Convêm dar ao ensino secundário o caráter clássico que outrora teve, e com o qual se formaram as grandes mentalidades que têm honrado a pátria brasileira?

j) Como completar o curso do Colégio Pedro II, reconstituindo o bacharelato em letras, e assim satisfazendo as aspirações da congregação do mesmo Colégio, e os votos do presidente do Conselho Superior de Ensino?

#### RECOMENDAÇÕES GERAIS APROVADAS

As recomendações aprovadas pelo Congresso foram as seguintes:

I) A União deve promover e estimular o ensino primário, secundário e profissional em todo o Brasil, mediante acordos com os Governos estaduais e municipais, e subsídios a escolas fundadas por particulares ou associações.

II) Recomenda que seja reconstituído no Colégio Pedro II o curso de bacharelato em letras.

III) Recomenda que se dê ao ensino secundário o caráter clássico, de par com o desenvolvimento científico exigido pelas necessidades dos modernos tempos.

IV) Recomenda o regime de ampla liberdade de ensino particular, do curso secundário, devendo os exames, para que produzam efeitos le-

gais, ser prestados nos estabelecimentos oficiais ou, na falta destes, nos próprios estabelecimentos, perante comissões nomeadas pelo presidente do Conselho Superior de Ensino.

V) Recomenda se modifiquem os programas, especialmente nos institutos de ensino secundário, no sentido de simplificá-los, de modo que a teoria seja dada não esquecendo as atividades da vida, e que os métodos de ensino, em tôdas as disciplinas, sejam tais que se parta sempre do concreto para atingir o abstrato.

VI) Recomenda a criação de um Conselho Nacional de Educação, órgão incumbido de estudar tôdas as questões que entendem com o ensino primário e normal, e de sugerir as medidas que reputar convenientes à ampla difusão de um e de outro que são as mais fundamentais exigências do regime democrático.

VII) Aplauda as medidas tendentes à organização definitiva do ensino comercial, tais como a oficialização, sem ônus para o Estado, de estabelecimentos que possam servir de padrão?

VIII) Faz votos para que o Governo promova o intercâmbio de professores dos cursos secundários e superiores das escolas do país.

IX) Julga de utilidade enviar anualmente ao estrangeiro, a expensas do Estado, um certo número de jovens professores escolhidos com critério pedagógico e destinados a trabalhar durante tempo suficiente nas mais adiantadas instituições de ensino norte-americanas e européias.

X) Propõe a criação do Ministério da Educação Nacional, órgão administrativo necessário à direção e coordenação de esforços por uma cultura pública cada vez mais disseminada, mais ampla e mais profunda.

Além dessas recomendações, aprovadas pelo Conselho, outras propostas houve, que convém aqui assinalar: a do professor Afrânio Peixoto, relativa à supressão de exames; a do Professor Mozart Monteiro, sobre a uniformização da grafia oficial; a do Professor Heitor Lira, sobre a necessidade de virem professores estrangeiros ao Brasil para ministrar metodologia de ensino primário e secundário; a do Dr. Moraes Andrade, pedindo fôsse extensivo ao ensino superior o regime de liberdade que vigorava no ensino secundário; a do Dr. Francisco de Sá Filho, sugerindo ficasse estabelecida a competência da União,

para criar escolas primárias em todo o território nacional, quando da revisão da Constituição.

#### TESES SÔBRE O ENSINO SECUNDÁRIO

Eram estas as teses sôbre o ensino secundário:

- a) qual a seriação preferível no ensino de humanidades?
- b) não será de vantagem a divisão em ciclo-ciências e ciclo-letras?
- c) é urgente a criação, no Colégio Pedro II, de uma escola normal superior, em que se ministre preparo profissional aos professores de humanidades?
- d) deve ser exigida a obrigatoriedade do latim no ensino secundário?
- e) é conveniente restaurar o ensino de literatura geral no curso de humanidades?
- f) o método direto no ensino de uma língua viva dispensa de modo absoluto a cooperação da teoria?
- g) qual o melhor método para o ensino das línguas clássicas?
- h) é necessária a uniformização da técnica gramatical no ensino das línguas vivas e mortas?
- i) qual a limitação que se deve conceder ao ensino da cartografia no curso de humanidades?
- j) a que critério deve obedecer nas humanidades o ensino da fisiografia e da geologia brasileira?
- k) que caráter deve assumir o estudo da história no ensino de humanidades?
- l) é conveniente dar maior desenvolvimento ao estudo da história contemporânea?
- m) será vantajoso o estudo da história do Brasil sob um ponto de vista regional?
- n) devem ser ministradas noções de geometria descritiva, geometria analítica, análise e mecânica nas humanidades?
- o) qual o melhor plano de ensino da história natural compatível com o caráter das humanidades?

p) qual a índole a ser dada ao ensino da filosofia no curso de humanidades?

q) há vantagem em se restaurar o estudo do helenismo no curso secundário?

r) há vantagem na criação de uma cadeira de filologia românica no Colégio Pedro II?

s) é vantajosa a substituição do atual sistema de seriação forçada pelo de cursos graduados independentes, ao menos para certas matérias?

t) haverá conveniência para elevação do ensino nacional em se franquearem ao sexo feminino os estabelecimentos oficiais de humanidades?

u) será vantajosa a existência no curso de humanidades de matérias facultativas, ou antes convirá torná-las obrigatórias?

v) qual o desenvolvimento que devem ter nas humanidades as teorias modernas da física?

#### RECOMENDAÇÕES APROVADAS SÔBRE O ENSINO SECUNDÁRIO

O Congresso fêz as seguintes recomendações:

I) que o ensino do desenho se tornasse obrigatório, e que se estendesse do 1.º ano do curso ginásial até o último;

II) que o ensino da física, nas humanidades, deveria ser sobretudo experimental, dando visão integral das leis físicas da natureza, com aplicações científicas e práticas;

III) que o ensino da história do Brasil deveria ser feito por um ponto de vista geral, sem contudo esquecer o estudo de fatos históricos de ordem regional;

IV) que o melhor para o ensino da história natural seria colocá-lo num curso seriado, e aliar ao estudo teórico-elementar da matéria o estudo prático, dirigindo a atenção do estudante para as nossas riquezas naturais.

V) que seria inconveniente, no ensino de humanidades, o curso de matérias facultativas;

VI) que o método direto no ensino das línguas vivas não prescindisse da cooperação da teoria;

VII) que o ensino da filosofia, no curso de humanidades, deveria ser de índole a propiciar aos discentes a inteligência das leis que presidem às relações entre o homem e a natureza e condicionam as faculdades físiopsíquicas;

VIII) que seria conveniente restaurar o ensino da literatura brasileira e portuguesa nos estabelecimentos de ensino secundário, ensino esse ilustrado com as teorias sobre a formação das literaturas e com as noções gerais concernentes às literaturas estrangeiras;

IX) que o ensino da história deveria ser essencialmente narrativo e, sobretudo, atraente;

X) que o ensino do latim deveria ser obrigatório;

XI) que no ensino da história se desse sempre o maior desenvolvimento possível ao estudo da história contemporânea;

XII) que os institutos particulares de ensino secundário deveriam fazer a sua inscrição na Secretaria do Conselho Superior de Ensino, bem como o registro dos seus diretores e professores;

XIII) que deveria ser revogado o dispositivo legal que vedava aos professores oficiais de ensino secundário e superior lecionar particularmente, e participar ao mesmo tempo das bancas examinadoras;

XIV) que deveria ser desdobrado da cadeira de física o estudo de química, dando-se-lhe caráter experimental;

XV) que não deveriam ser ministradas no curso secundário as noções de geometria descritiva, geometria analítica e mecânica;

XVI) que seria de necessidade a uniformização da técnica gramatical para o ensino e estudo do vernáculo;

XVII) que a educação moral e cívica fôsse dada, sempre que for oportuno, em todas as cadeiras do curso secundário, e sob a orientação do diretor do estabelecimento, que se encarregaria de lições gerais a todos os alunos;

XVIII) que as noções de música prática e canto fôsssem dadas por professores também auxiliares da educação cívica durante todo o curso, e que os exercícios de ginástica fôsssem dados metódicamente durante todo o curso por profissionais contratados;

XIX) que a Capital Federal deveria ser dotada de três externatos bem localizados;

XX) que não seria de vantagem a divisão do curso secundário em ciclo-letras e ciclo-ciências.

Depois, em seu último parecer, a Comissão de Ensino Secundário declarou que tinha prazer em levar ao conhecimento do plenário do Congresso a excelente impressão que lhe tem sido dada pelas contribuições da "Liga Pedagógica do Ensino Secundário", à qual pertenciam os professores Edgar Sussekind de Mendonça, Francisco Venâncio Filho, Carlos Delgado de Carvalho e Antônio Figueira de Almeida.

#### TESES SÔBRE O ENSINO JURÍDICO

Eram estas as teses relativas ao ensino jurídico:

a) Sociologia jurídica. As sociedades como formação natural, a que o direito dá organização, segundo as necessidades de sua conservação e de seu desenvolvimento. b) Filosofia do direito. O conceito do direito reflete, necessariamente, a concepção do mundo. Confirmação da tese pela história da literatura jurídica brasileira. c) Teoria geral do direito — Metodologia do direito positivo. d) Direito Público. A liberdade do indivíduo deve ser limitada pelas necessidades de caráter geral da sociedade e, por sua vez, assegurada com energia indispensável no movimento social em suas diversas modalidades. e) Direito processual. A lide temerária é uma das formas do abuso do direito. f) Em uma reforma de estudos jurídicos convém separar as duas funções: a *docente* e a do *juízo*, confiada esta ao Estado, que nomeará as comissões de exames. g) A organização do quadro das disciplinas jurídicas deve obedecer a um critério jurídico, histórico, econômico e social? h) Os métodos de ensino jurídico exigem que as lições dogmáticas e abstratas sejam substituídas por um sistema pedagógico de concretização, compreendendo lições práticas ou dialogadas, conferências e cursos de investigação científica? i) Convém seguir no ensino das matérias do direito civil a classificação do Código, ou outra que seja mais rigorosamente científica? j) O ensino do direito romano, quer elementar (*Institutas*), quer aprofundado (*Pandectas*, Códigos e Novelas) deve ser acompanhado de noções, uma de *história*, outra de *instituições*, para serem professadas paralelamente, ou em dois anos

consecutivos? k) Será conveniente pleitear para as congregações das Faculdades jurídicas o poder colaborar na formação da legislação nacional? Como se poderá verificar essa colaboração sem infringir a Constituição? l) Convirá manter vigente a oficialização do ensino jurídico? Libertá-lo das restrições oficiais não será um serviço aos discentes e uma faculdade aos docentes? m) A liberdade do exercício das funções didáticas é ou não suprema aspiração dos mestres? Porque indicar-lhes métodos e seriações na avaliação dos méritos alheios? n) O ensino da teoria do Processo deve preceder ao da prática? Porque? o) A história do direito em geral e, particularmente, a de um povo devem ser incluídas na lista das disciplinas que, oficialmente, constituem o complexo de uma formação jurídica? Esse ensino bastará, quando feita em cada disciplina? p) A profissão de advogado deve ser consequência de um estágio efetivo de dois anos, de um serviço no fôro, como solicitador, ou pode ser permitida em seguida a um curso regular das disciplinas jurídicas?

#### RECOMENDAÇÕES APROVADAS PARA O ENSINO JURÍDICO

O Congresso, por suas comissões, aprovou as seguintes recomendações:

I) Não será conveniente pleitear o poder de colaboração das congregações das faculdades jurídicas na formação da legislação, nem seria esta possível sem infringir a Constituição.

II) O direito romano deve constituir matéria de uma cadeira e abranger seu ensino todo o direito privado justiniano, fazendo-se o de suas "instituições" juntamente com o estudo sintético da história interna de cada uma, precedido de noções gerais da história de todo o direito romano; a história geral do direito romano, bem como a particular de suas instituições, seria, com vantagem para o ensino, objeto de um curso complementar facultativo ou cadeira de um curso especial mais amplo.

III) A autonomia didática deve ser praticada com o intuito de provocar nos estudantes a formação do pensamento jurídico, habilitando-os não só para o proveito cumprimento dos deveres da profissão, como ainda para, por sua vez, se tornarem fatores do desenvolvimento da ciência.

IV) O ensino da teoria do processo deve preceder ao da prática.

V) A ausência de completa fiscalização do ensino jurídico seria um mal; mas o ensino jurídico, como todo ensino superior, precisa ser livre para produzir os seus melhores frutos.

VI) O regime vigente de ensino é baseado na série legal das disciplinas com exames de cada uma, anualmente; não há conveniência em separar as duas funções, a de docente e a de julgamento.

VII) O método dogmático e abstrato de ensino do direito não poderá ser de todo proscrito, pela própria natureza das ciências jurídicas; mas deve ser atenuado para o efeito de combiná-lo com um sistema pedagógico de concretização, praticado pelos professores e ministrado em "seminário".

VIII) O ensino das matérias do direito civil deve seguir a classificação do Código, a mais científica; convém que a distribuição das matérias no ensino não seja a adotada pelo Código enquanto perdurar a atual distribuição das outras matérias do curso jurídico.

IX) A história do direito em geral e, particularmente, a de um povo não devem ser incluídas na lista das disciplinas que constituem o curso jurídico; as noções históricas concernentes a cada uma das disciplinas devem ser ministradas por seus próprios docentes.

X) A profissão de advogado pode ser permitida em seguida a um curso regular das disciplinas jurídicas, sendo, entretanto, mister que se dê ao ensino de prática forense orientação mais eficiente do que a seguida atualmente.

#### TESES SÔBRE O ENSINO MÉDICO

Do programa do Congresso constavam as seguintes teses sôbre o ensino médico:

a) da livre docência; b) do ensino prático nas diversas disciplinas; c) do ensino das doenças tropicais; d) do ensino da cirurgia de urgência; e) do ensino da cirurgia experimental; f) do hospital de clínicas; g) do ensino de bioquímica; h) do ensino teórico das patologias; i) do ensino prático de medicina legal; j) do ensino autônomo da parasitologia; k) do ensino da higiene infantil; l) dos substitutos; m) da frequência; n) dos exames; o) das teses; p) do latim e do grego no en-

sino da medicina; q) das séries e anos de estudos; r) do exame vestibular; s) do ensino da eugenia; t) do ensino da fisioterapia; u) do ensino da patologia experimental; v) das vivisseccões; x) do ensino da farmacologia experimental; y) do ensino da embriologia, da morfologia e da morfogenia; z) do ensino da hidrologia médica.

#### RECOMENDAÇÕES APROVADAS PARA O ENSINO MÉDICO

Do estudo destas teses, o Congresso, por suas comissões, recomendou:

I) Que os exames finais fôsem suprimidos e substituídos por provas constantes de todos os pontos da disciplina feitas pelo aluno, sob a guia e fiscalização do professor;

II) Que os poderes públicos dotassem as faculdades de medicina do indispensável hospital para o ensino das clínicas, o qual, quanto possível, deveria ficar situado em lugar próximo à respectiva faculdade;

III) Que dentre as cadeiras de clínica médica e de clínica cirúrgica, uma de cada fôsse especialmente encarregada de fazer um curso de medicina e outro de cirurgia de urgência;

IV) Que o professor substituto da seção de clínica médica, ou, quando êste estiver em exercício de alguma substituição, um docente, fôsse encarregado de fazer um curso de três meses sôbre a patologia e a clínica das doenças tropicais;

V) Que um professor de clínica cirúrgica, o substituto da seção ou um docente livre, fôsse oficialmente encarregado de fazer um curso de três meses de patologia e clínica de vias urinárias e dos órgãos genitais do homem.

VI) Que o substituto da cadeira de higiene, ou docente, fôsse oficialmente encarregado de fazer um curso de três meses sôbre a eugenia;

VII) Que o docente de terapêutica fôsse encarregado oficialmente de um curso de três meses de fisioterapia (compreendendo a mecanoterapia, hidroterapia, crenoterapia, talassoterapia, fototerapia, rádio e radioterapia);

VIII) Que fôsem extintos os lugares de professôres substitutos e passassem suas funções para livres docentes;

IX) Que o provimento do lugar de catedrático fôsse feito por concurso de provas essencialmente didáticas e dos títulos que apresentassem os livres docentes, entre os quais é realizada a concorrência;

X) Que fôsse garantido o direito dos atuais substitutos até à extinção da classe e que os docentes devessem revalidar seus títulos de cinco em cinco anos;

XI) Que o curso farmacêutico deveria ser ampliado de acôrdo com o desenvolvimento das ciências e da prática, e que o seu professorado fôsse provido da mesma maneira que em outros cursos superiores;

XII) Que houvesse em uma das cadeiras do curso médico um curso especializado de antropologia;

XIII) Que o curso odontológico fôsse ampliado, de acôrdo com o desenvolvimento das ciências e da prática odontológica, e que o seu professorado fôsse provido como nos demais cursos superiores.

#### TESES SÔBRE O ENSINO DA ENGENHARIA

O programa do Congresso continha as seguintes teses sôbre o ensino da engenharia:

a) Exposição didática dos elementos de análise vectorial; b) Os métodos em geométrica analática; c) Estudo comparativo entre a mecânica escolar e a mecânica vectorial sob os aspectos filosófico, didático e prático; d) Escolha dos princípios fundamentais da física, que devem ser profundamente gravados no espírito dos estudantes, e dos meios práticos de ilustrar as teorias; e) Melhor método de ensino da física industrial e conhecimentos prévios para o seu estudo; f) Aplicação da fotografia terrestre e aérea nos levantamentos topográficos do Brasil; g) As concepções de Einstein; h) Conveniência do ensino da físico-química nas escolas superiores de medicina e engenharia; i) O melhor método físico ou químico para a determinação da grandeza molecular das substâncias orgânicas; j) Necessidade da fundação no Brasil, antes de outras indústrias químicas, de fábricas de ácidos sulfúrico e azótico, de soda e de outros produtos a tais indústrias indis-

pensáveis; k) Teoria das engrenagens e dos excêntricos; l) Combustíveis nacionais; m) Fábricas de tecidos; n) Transportes de energia elétrica a grandes distâncias; o) Unificação da tensão da freqüência e da forma das correntes elétricas a serem distribuídas no Brasil; p) A emersão do solo brasileiro; q) A siderurgia no Brasil; r) Meios de provocar e regularizar as chuvas no Nordeste do Brasil; s) Estudo e cálculo das construções de madeira; t) Ensaio dos materiais de construção e uniformização dos respectivos métodos; u) Teoria moderna da ventilação dos edifícios; v) O rendimento (*run-off*) da água das chuvas nos vales do Nordeste brasileiro; x) O problema brasileiro dos transportes: o estabelecimento de um plano geral de viação, abrangendo as estradas de ferro e de rodagem e a navegação interior, atendendo primordialmente aos grandes interesses de nossa pátria, e, acessoriamente, às ligações com as vias terrestres e fluviais dos outros países sul-americanos. Estudo do problema sob os pontos de vista técnico, econômico, legal e administrativo.; y) Estudo comparativo dos projetos apresentados e executados nos portos de Recife e Rio Grande do Sul; z) Como pode e deve a economia política tornar cada vez mais eficiente a defesa dos salários.

#### RECOMENDAÇÕES APROVADAS SÔBRE O ENSINO DA ENGENHARIA

A 4.<sup>a</sup> Comissão, a que competia o estudo do ensino de engenharia, não recebeu trabalho algum a respeito das teses do programa. Resolveu, por isso, unânimemente, estudar as principais bases sôbre as quais deveria assentar a organização geral do ensino de engenharia.

Tendo ouvido uma dissertação do Dr. Luís Catanhede, acêrca do desenvolvimento do ensino técnico e da reforma das escolas de engenharia, e em seguida examinando a memória do Dr. Everardo Backheuser relativa à organização das escolas técnicas médias, formulou, então, as seguintes conclusões:

I) O ensino de engenharia deve ter um caráter objetivo;

II) A eficiência do ensino só pode ser obtida com a realização obrigatória de repetidos trabalhos práticos;

III) E' conveniente que as escolas exijam de seus alunos a prática de trabalhos manuais relativas às profissões elementares;

IV) E' conveniente o restabelecimento de um curso geral e fundamental com tôdas as cadeiras indispensáveis à profissão em qualquer de suas especializações;

V) E' necessária a inclusão de dois cursos destinados ao ensino da química e da engenharia sanitária;

VI) Devem ser criados cursos superiores de ciências físicas, naturais e matemáticas, completando a organização universitária, e destinados aos alunos que desejam consagrar-se a estudos teóricos;

VII) Convém adotar o regime de enviar professôres ao estrangeiro a fim de aí se aperfeiçoarem nas respectivas disciplinas; e bem assim contratar, para cursos especiais, profissionais estrangeiros ou nacionais de notória competência;

VIII) Criação de escolas destinadas à formação de técnicos práticos que possam ser encarregados da subdireção de serviços; as escolas dessa natureza deverão conter um curso preparatório, de caráter prático, desdobrando-se logo em seguida o ensino com várias especialidades, conforme a profissão preferida pelo aluno, com prática em oficinas;

IX) No ensino da física experimental, o professor deverá destacar os princípios fundamentais, que serão evidenciados para que fiquem gravados no espírito dos alunos, e, no decorrer do curso, deverá mostrar como os diversos fenômenos satisfazem a êsses princípios.

#### OUTRAS RECOMENDAÇÕES E INDICAÇÕES APROVADAS

Além das recomendações aprovadas, de acôrdo com os pontos do programa estabelecido, votou o Congresso, no seio de suas comissões de estudo, numerosas outras indicações.

A maioria delas referiam-se à metodologia e à estrutura do curso secundário. Mostraram a conveniência do ensino seriado; da simplificação dos programas; da aplicação de métodos experimentais; da introdução do ensino de trabalhos manuais; da obrigatoriedade do ensino de lógica, psicologia e história da filosofia.

A propósito da admissão de alunos do sexo feminino, em qualquer estabelecimento de ensino secundário, inclusive o Colégio Pedro II, estabeleceu-se aceso debate, em que tomaram parte, além de outros, os Srs. Afrânio Peixoto, Carlos de Laet, Renato Jardim, J. Freitas Vale,

Fernando Raja Gabaglia e a Doutora Berta Lutz. A indicação foi, afinal, aprovada.

Na seção de ensino jurídico, aprovou-se, entre outras, uma recomendação no sentido de que pleiteasse o Congresso, junto do poder competente, a faculdade de colaborarem as congregações de ensino superior nas reformas e elaboração de leis sobre o ensino.

As Comissões que organizaram o programa oficial da Conferência estavam assim constituídas:

*Ensino jurídico*: Clóvis Bevilaqua, Esmeraldino Bandeira, Alfredo Bernardes, Abelardo Lôbo, Fernando Mendes; *Ensino médico*: Augusto Paulino, Nascimento Bittencourt, Bruno Lôbo, Miguel Couto e Oscar de Sousa; *Ensino de engenharia*: Licínio Cardoso, João Felipe, Daniel Henigaer, Jorge Lóssio, Luís Catanhede; *Ensino secundário*: Gastão Ruch, Floriano de Brito, Henrique Costa, Raja Gabaglia, Paula Lopes, Euclides Roxo; *Teses gerais*: Diretores de Faculdades e Universidades.

## BIBLIOGRAFIA PEDAGÓGICA BRASILEIRA (1931 a 1940)

Em os números anteriores desta Revista, publicaram-se as notas de bibliografia pedagógica brasileira, referentes ao período de 1812 a 1900, e ao de 1901 a 1930. Insere-se, a seguir, a bibliografia nos anos de 1931 a 1940, organizada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Na parte correspondente aos anos de 1931-1933, o trabalho encontrou ainda apóio no levantamento anterior procedido pela extinta Diretoria Nacional de Educação, e que se conservava inédito; para os anos de 1935 a 1938, levaram-se em conta as indicações do "Handbook of Latin-American Studies", na parte relativa ao Brasil. A partir desse último ano, porém, todo o trabalho passou a ser de exclusiva responsabilidade do I.N.E.P., que sistematicamente vem registrando a bibliografia pedagógica publicada no país, nela também incluídos os principais estudos constantes de publicações periódicas. Como em relação às anteriores, considera-se esta parte ainda como provisória. Desejando reunir toda a matéria em volume especial, o I.N.E.P. solicita, por isso a todos os estudiosos na matéria, a gentileza de sua contribuição para que as lacunas existentes possam ser supridas. Da apresentação geral da matéria aqui inserta incumbiu-se o técnico de educação Déia Veloso Barros.

### ANO DE 1931

ANTIPOFF, Hélène — As Mentiras nas Crianças. Belo Horizonte, 1931. Imp. Oficial. 12 p.

Pesquisa realizada em escolas de Belo Horizonte.

— Escolologia. Belo Horizonte, 1931. Imp. Oficial. 72 p.

Ensaio de pedagogia experimental, realizados por alunas da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, sob a orientação da autora.

— O desenvolvimento mental das crianças de Belo Horizonte segundo alguns testes de inteligência ge-

ral. Belo Horizonte, 1931. Publ. da Sec. de Educação e Saúde do Estado. 74 p.

Resultados da aplicação de testes de inteligência (Goodenough, Darborn e Ballard) em escolas de Belo Horizonte.

AZEVEDO, Fernando de — Novos Caminhos e Novos Fins. Bibliot. Pedag. Brasileira. Vol. I. São Paulo, 1931. Cia. Edit. Nacional. 268 p.

Conferências, em que o A. expõe os fundamentos da reforma do ensino, realizada sob sua direção no Distrito Federal, em 1928.

CAMPOS, T. Ferraz — Sugestões para o ensino do cálculo (1.º grau). São Paulo, 1931. Diret. Geral do Ensino. (Serv. de Assistência Técnica, pub. n. 4). 32 p.

Orientação do ensino, segundo um programa mínimo.

CARVALHO, Delgado de — A Escola como ajustamento social. Rio de Janeiro, 1931. Livr. Francisco Alves. 45 p.

A educação e a escola; história da educação; os sistemas educacionais; a educação no Brasil; a finalidade educacional.

DECROLY, O e BUYSE, R. — Prática dos Testes Mentais. (Trad. Nair Pires Ferreira). (Col. Pedagógica). Rio de Janeiro, 1931. F. Briguier & Cia. 410 p.

Apresentação de variados testes de inteligência e normas para a sua aplicação.

ESTATÍSTICA Escolar em 1930. São Paulo, 1931. Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo. 114 p.

Análise estatística do movimento escolar no Estado de São Paulo, com uma introdução relativa à importância da estatística na organização do ensino e histórico da estatística escolar nesse Estado, trabalho esse de autoria do Prof. Lourenço Filho.

FIRMO, Anibal Bruno de Oliveira — A Educação Nova. Recife, 1931. Imp. Oficial. 20 p.

Conferência sobre os princípios da Escola Nova.

FRANCA, Leonel, S. J. — Ensino Religioso e Ensino Leigo. Rio de Janeiro, 1931. Schmidt Editor. 164 p.

Principais aspectos do ensino religioso nas escolas.

FONTES, Sebastião — Política e Ensino. Rio de Janeiro, 1931. L. C. Barros & Cia. 244 p.

Coltânea de artigos sobre problemas do ensino secundário.

GONZAGA, Aprígio — Orientação do trabalho manual vocacional nas escolas públicas. São Paulo, 1931. Diret. Geral do Ensino (Serviço de Assistência Técnica, pub. n.º 3). 16 p.

As razões sociais e pedagógicas dos trabalhos manuais; programa mínimo.

JACARANDÁ, Conrado (Pe). — O aspecto moral da educação sexual coletiva. Rio de Janeiro, 1931. Fred. H. Sauer. 62 p.

Crítica a um projeto apresentado ao Congresso Nacional, no sentido de realização de conferências sobre higiene individual e sexual nas escolas.

JARDIM, Renato — Psicanálise e Educação. São Paulo, 1931. Companhia Melh. de São Paulo. 190 p.

Resumo comentado das doutrinas de Freud e veemente crítica de sua aplicabilidade à educação.

KASEFF, Leoni — Educação dos Super-normais. Rio de Janeiro, 1931. J. R. de Oliveira & Cia. 296 p.

Como formar a elite nas democracias; fundamentos da pedagogia dos super-normais.

LEITE, *Francisco E. de Aquino* — O Ensino da leitura pelo método analítico nas escolas paulistas. *Ribeirão Preto*. 1931. S/Ed. 56 p.

*Crítica ao processo global de ensino da leitura.*

LOZANO, *Fabiano* — Sugestões para o ensino da Música. *São Paulo*. 1931. Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo (*Serviço de Assistência Técnica*, pub. n.º 1) 16 p.

*Explicação de um programa mínimo.*

MACEDO, *Artur de* — Escola, Educação Moral. *São Paulo*. 1931. Emp. Editora "O pensamento". 24 p. Conferência.

MOURA, *Abner de* — Os Centros de Interesse na Escola. (Bibliot. de Educação. Vol. XV). *São Paulo*. 1931. Comp. Melhoramentos de São Paulo. 96 p.

*Decroly e sua obra educacional; plano de lições globalizadas.*

RABELO, *Silvio* — Aplicação dos Testes Decrolianos de Desenho. *Recife*. 1931. Imp. Oficial. 76 p.

*Resultados dos testes referidos, em escolas do Recife.*

ROCHA, *Celsina de Faria* e ANDRADE, *Bueno de* — Testes. Como medir a inteligência dos escolares. *Rio de Janeiro*. 1931. *Ervas de Almeida*. 200 p.

*Aplicação dos testes de desenho de Goodenough em escolas do Rio de Janeiro, técnica e resultados. Abundante documentação.*

SCARAMELLI, *José* — Escola Nova Brasileira. *São Paulo*. 1931. Livr. Zenith. 122 p.

*Divulgação de princípios da escola nova.*

— Testes. *São Paulo*. 1931. Antônio F. de Moraes. 126 p.

*Normas para aplicação de testes.*

SILVEIRA, *Noemí M. da* — Um ensaio de organização de classes seletivas de 1.º grau, com o emprêgo dos Testes ABC. *São Paulo*. 1931. Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo. 53 p.

*Descrição de uma experiência de homogeneização de classes de 1.º ano, nas escolas primárias da cidade de São Paulo, compreendendo os resultados dos exames de 15.605 alunos.*

THOMPSON, *A.* — A Educação. *Rio de Janeiro*. 1931. Redentor. 110 p.

*Considerações sobre a educação do ponto de vista das doutrinas espíritas.*

#### ANO DE 1932

ALVES, *Isaias* — Testes de inteligência nas escolas. *Rio de Janeiro*. 1932. Publ. da Dirct. Geral de Instrução Publ. do Distrito Federal. 110 p.

*Estudo sobre a classificação de alunos nas escolas primárias do Distrito Federal.*

ANTIPOFF, *Helène* — Organização das classes nos grupos escolares de Belo Horizonte e o controle dos testes. *Belo Horizonte*. 1932. Imp. Oficial. (S/n.º p.).

*A homogeneização das classes em diversos grupos escolares de Belo Horizonte.*

ANTIPOFF, *Helène* e CUNHA, *Maria Luiza de Almeida* — Teste Prime. *Belo Horizonte*. 1932. Imp. Oficial. 64 p.

*Resultados da aplicação dos testes Prime (adaptação do teste de vocabulário e inteligência do Dr. Simon), em grupos escolares de Minas Gerais.*

CAMPOS, *Maria dos Reis* — A Escola Moderna. *Rio de Janeiro*. 1932. Fernandes & Rohc. 282 p.

*Conceitos e práticas da escola renovada; a evolução da escola elementar; instituições auxiliares.*

CASTEX, *Elisa* — Uma tentativa de renovação escolar. *Rio de Janeiro*. 1932. Publ. do "Centro de Professores" do 7.º distr. 15 p.

*Exposição dos trabalhos realizados na escola dirigida pela autora.*

CONVÊNIO celebrado na cidade do Rio de Janeiro, em 20-12-1931, entre a União, os Estados e o Distrito Federal e Território do Acre, para aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas. (Ministério da Educação e Saúde). *Rio de Janeiro*. 1932. Imp. Nacional. 64 p.

*Atos oficiais de autorização, outorga de poderes e ratificação.*

FONTENELLE, *J. P.* — A Estatística em Biologia e em Educação. *Rio de Janeiro*. 1932. Canton & Reile. 222 p.

*Apresentação sistemática dos princípios da estatística e de sua aplicação à educação e à biologia.*

— Educação higiênica. *Rio de Janeiro*. 1932. Graf. Canton & Reile. 8 p.

FRAGA, *Clementino* — Ensino Médico e Medicina Social. *Rio de Janeiro*. 1932. Edit. Guanabara. 277 p.

*Discursos e conferências.*

GOULART, *Dulce* — Uma excursão pedagógica. *Rio de Janeiro*. 1932. Publ. do "Centro de Professores" do 7.º distr. (S/n.º p.).

*Organização e resultados de uma excursão escolar.*

MELO, *Judite Freitas de Almeida* — A Saúde na Escola. *Distrito Federal*. 1932. Publ. do "Centro de Professores" do 7.º distrito. 15 p.

*Comentário de trabalhos realizados por alunos de escolas primárias do Distrito Federal.*

MENEZES, *Djacir* — Diretrizes da Educação Nacional. *Fortaleza (Ceará)*. 1932. Tip. Gadelha. 82 p.

*Significação sociológica da educação; seus fundamentos biológicos.*

#### ANO DE 1933

AFILHADO, *L. Castro* — Rumos Novos. *Rio de Janeiro*. 1933. Renascença Edit. 196 p.

*O problema educacional brasileiro; a crise moral; outros problemas de educação.*

CLAPARÈDE, *Ed.* — A Educação Funcional (Trad. e anotado por Jaime

- Grabois). (Bibl. Pedagógica Brasileira. Atualidades Pedagógicas. Séries III. Vol. VI) São Paulo, 1933. *Comp. Edit. Nacional*. 254 p.
- Concepção biológica e psicológica da educação; as grandes leis do comportamento; psicologia da escola ativa.*
- DEWEY, John — Como pensamos. (Trad. de Godofredo Rangel). São Paulo, 1933. *Comp. Edit. Nacional*. 274 p.
- O problema da educação e a faculdade de pensar; considerações lógicas; educação do pensamento.*
- INFÂNCIA (A) Excepcional — Por J. Melo Teixeira, Bastos, Helène Antipoff, Aureliano Tavares Bastos e outros. Belo Horizonte, 1933. *Imp. Oficial*. 103 p.
- Publicação sobre as atividades da "Sociedade Pestalozzi", de Belo Horizonte (Minas Gerais).*
- KILPATRICK, William Heard — Educação para uma civilização em mudança. (Trad. de Noemi Silveira). (Bibliot. de Educação). São Paulo, 1932. *Comp. Melh. de São Paulo*. 122 p.
- Os deveres da educação em face da mudança da vida social e de costumes.*
- LUZ FILHO, Fábio — Cooperativas escolares. Rio de Janeiro, 1933. *Civilização Brasileira*. S. A. 168 p.
- Vantagens das cooperativas como instituições auxiliares da educação social; comentário sobre a lei das sociedades cooperativas.*
- MAGALHÃES, Lúcia de Andrade — Psicologia Pedagógica da Adolescência. Rio de Janeiro, 1933. *Renascença Editôra*. 194 p.
- Estudos da adolescência do ponto de vista educativo em seus aspectos físico, moral e mental.*
- NASCIMENTO, Alba Canizar's — Prática de Pedagogia Social. Rio de Janeiro, 1933. *Of. Graf. Alba*. 412 p.
- Experiências de Escola Nova; plano Dalton e novos sistemas escolares; formação do mestre e sociologia educacional.*
- OLINTO, Plínio — Psicologia. Rio de Janeiro, 1933. *Edit. Guanabara*. 274 p.
- Compêndio para uso em escolas normais.*
- PINTO, Estêvão — O Problema da Educação dos Bem-dotados. (Bibl. de Educação. Vol. XIX). São Paulo, 1933. *Comp. Melh. de São Paulo*. 120 p.
- Estudo geral do problema, com a apresentação de pesquisas em escolas do Recife.*
- RABELO, Sírvio — Psicologia do Desenho Infantil. (Bibl. Pedagógica Brasileira. Atualidades Pedagógicas. Séries III. Vol. XIV). São Paulo, 1933. *Comp. Edit. Nacional*. 210 p.
- O desenho como meio de pesquisa; as provas de Decroly e seus resultados.*
- SENA, Costa — Palestras de educação. Rio de Janeiro, 1933. *Edit. "Alba" Ltda*. 108 p.
- O ensino ativo da linguagem; a escola única; círculo de pais.*

- Sousa, Joaquim Silvério de — A Educação na Escola. São Paulo, 1933. *Comp. Melh. de São Paulo*. 60 p.
- A educação em face das doutrinas católicas.*
- VENÂNCIO FILHO, Francisco — Notas de Educação. Rio de Janeiro, 1933. *Calvíno Filho*. 172 p.
- Estudos vários sobre a renovação escolar; indicações bibliográficas.*
- VIOTTI, Júlia de Magalhães — Contribuição à Antropologia da Moça Mineira. Belo Horizonte, 1933. *Imp. Oficial*. 72 p.
- Resultado de estudos realizados na Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte.*
- ANO DE 1934
- ALMEIDA JÚNIOR, A. — A Escola Pitoresca. (Bibl. Pedagógica Brasileira. Série III. Atualidades Pedagógicas. Vol. IX). São Paulo, 1934. *Comp. Edit. Nacional*. 267 p.
- Flagrantes da vida escolar; os problemas da formação do professor primário.*
- ANTIPOFF, Helène e REZENDE, N. — Ortopedia mental. Belo Horizonte, 1934. *Imp. Oficial*. 106 p.
- A seleção das crianças em classes homogêneas; e ensino especial das crianças retardadas.*
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Educação — O Problema Educacional e a Nova Constituição. São Paulo, 1934. *Comp. Edit. Nacional*. 141 p.
- Texto e justificação de anteprojetos para capítulo da Constituição referente à educação, redigidos pela 3.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Educação.*
- AUSTRÉGESILO, A. — Conduta sexual. Rio de Janeiro, 1934. *Editôra Guanabara*. 232 p.
- Estudos sobre educação social e vida sexual na infância e adolescência.*
- BACKEUSER, Ezequiel — Técnica de Pedagogia Moderna. (Teoria e prática da Escola Nova). Rio de Janeiro, 1934. *Civilização Brasileira S. A.* 312 p.
- As doutrinas e as aplicações práticas na Escola Nova; a educação integral; iniciativa; cooperação; educar "para a vida e pela vida; o papel do mestre na Escola Nova.*
- BERNA, Ariosto — A Universidade do Trabalho e a ação do Centro Carioca. Rio de Janeiro, 1934. *Of. Graf. do "O Globo"*. 20 p.
- Memorial apresentado ao Chefe do Governo sobre a organização de uma Universidade do Trabalho.*
- CLAPARÈDE, Eduardo — Psicologia da Criança. (Trad. de Turiano Peireira e Aires da Mata Machado Filho). Belo Horizonte, 1934. *Imp. Oficial*. 556 p.
- Histórico; problemas; métodos; o desenvolvimento mental da criança.*
- CURSOS Técnicos Complementares. Belo Horizonte, 1934. *Imp. Oficial*.
- Instruções e programas.*

- ESPINHEIRA, *Ariosto* — Rádio e Educação. (Bibliot. de Educação, Vol. 23). São Paulo. 1934. *Comp. Melh. de São Paulo*. 118 p.
- Apresentação das principais questões da rádio-cultura; os resultados obtidos em diferentes países.*
- FONTENELLE, J. P. e BARRETO, J. de Barros — Educação Sanitária. Rio de Janeiro. 1934. Dep. Educ. do D. F. 43 p.
- Estudos sobre a importância social da alimentação, a higiene mental e a educação.*
- FREITAS, M. A. Teixeira de — Educação Rural. Rio de Janeiro. 1934. Museu Nacional. 26 p.
- Sugestões para a criação de colônias-escolas.*
- O ensino primário no Brasil. (Bibl. Educação, Vol. XXI). São Paulo. 1934. *Comp. Melhoramentos*. 199 p.
- Exposição geral da organização do ensino no país.*
- JOGOS Infantis. Por Elisa Campos, Rute Gouveia, e Maria Augusta A. da Cunha. Rio de Janeiro. 1934. Companhia Edit. Nacional. (Publ. do Departamento de Educação do Distrito Federal). Série C. Prog. Guias de Ensino n.º 3.
- Descrição, regras e instruções para realização de numerosos jogos para uso das escolas.*
- KASEFF, *Leoni* — Educação Rural. Rio de Janeiro. 1934. *Jornal do Comércio*, de Rodrigues & Cia. 11 p.
- Necessidade da diferenciação do ensino rural.*
- KELLY, *Celso* — Educação Social. (Bibl. Pedag. Bras. Atualidades Pedagógicas. Série III. Vol. X). São Paulo. 1934. *Comp. Edit. Nacional* 214 p.
- A civilização atual; a educação e seu âmbito; a educação e o tempo; a educação e o espaço; a educação e o trabalho; a educação e a moral.*
- KERSCHENSTEINER, *George* — A alma do educador e o problema da formação do professor. (Trad. Dr. Zoram Nimitch). Rio de Janeiro. 1934. Atlântida Edit. 147 p.
- Atributos do professor e sua formação moral.*
- LACERDA, *Armando* — Pedagogia Eminentiva do Surdo-mudo. Rio de Janeiro. 1934. Pimenta de Melo & Cia. 28 p.
- Princípios e aplicações.*
- LEÃO, *A. Carneiro* — L'Enseignement des Langues Vivantes. Rio de Janeiro. 1934. *Tip. do Jornal do Comércio*. 122 p.
- O ensino das línguas vivas no Colégio Pedro II, a partir de 1931.*
- LIMA, *Noraldino* — O Momento Pedagógico. Belo Horizonte. 1934. (S. Edit.). 253 p.
- Estudos vários sobre organização escolar.*
- LOURENÇO FILHO — Testes A.B.C. para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita (Bibl. de Educação. Vol. XX). São Paulo. 1934. Companhia Melh. de S. Paulo. 152 p.

- Noções gerais sobre a organização, a aferição, aplicação e técnica do emprego dos referidos testes, organizados pelo autor.*
- A Escola de Professores do Instituto de Educação. In "Arquivos do Instituto de Educação". Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 1, junho, 1934. p. 16-26.
- Histórico, organização geral e atividades da escola referida em 1933 e 1934.*
- LUZURIAGA, *Lorenzo* — A Escola única. (Trad. de J. B. Damasco Pena). (Bibl. de Educação. Vol. XXII). São Paulo. 1934. *Comp. Melh. São Paulo*. 106 p.
- Conceito da Escola Única; concepção da Escola Única; problemas e soluções.*
- MARQUES, *Ormindá Isabel* — Contribuição para o ensino da escrita nas escolas primárias. In "Arquivos do Instituto de Educação" Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 1, junho, 1934. p. 57-89.
- Resultado de várias pesquisas.*
- MATOS, *Pedro* — Desenvolvimento do Sistema Escolar do Distrito Federal. Rio de Janeiro. 1934. Serviço de Publ. do Inst. Pesq. Eduacionais. (S/n.º p.).
- Situação estatística do ensino no Distrito Federal no 1.º semestre de 1934.*
- MENUCCI, *Sud* — Crise brasileira de educação. São Paulo. 1934. Edit. Piratininga. 294 p.
- As deficiências da educação, do ponto de vista social, especialmente nas zonas rurais.*
- MEIRELES, *Cecília* — Leituras infantis. Rio de Janeiro. 1934. Publicação do Instituto de Pesquisas Eduacionais. (Dep. Educ. do D. F.). 96 p.
- Resultados de inquérito realizado sobre as preferências de leitura de 1387 escolares no Distrito Federal.*
- PEDRO, *Anísio* — Tratado de Pedagogia. Rio de Janeiro. 1934. *Tip. Civilização Brasileira S. A.* (S/n.º p.).
- Compêndio para uso das escolas normais.*
- PENHA, *Manuel* — Trabalhos manuais escolares. Belo Horizonte. 1934. *Imp. Oficial*, 170 p.
- Vantagens dos trabalhos manuais na escola primária.*
- PIRES, *Washington Ferreira* — O Ministério da Educação e Saúde Pública em 1932. Rio de Janeiro. *Imp. Nacional*. 1934. 110 p.
- Relatório apresentado ao Chefe do Governo, contendo o resumo das atividades do Ministério no ano de 1932.*
- PROGRAMAS de Ciências Sociais. (Dep. de Educ. do D. F.). Rio de Janeiro. 1934. *Comp. Edit. Nacional*. 2 vols. 136 e 239 p.
- Instrução e orientação metodológica, para as escolas primárias.*
- PROGRAMAS de Linguagem (Dep. de Educ. do D. F.). Rio de Janeiro. 1934. *Comp. Edit. Nacional*. 190 p.
- Instruções e orientação metodológica.*

PROGRAMAS de Matemática (Dep. de Educ. do D. F.) Rio de Janeiro. 1934. *Comp. Edit. Nacional*. 211 p.

*Instruções e orientação metodológica.*

PROGRAMAS de Educação Primária. (Dir. Tec. de Educ. do Est. de Pernambuco). 1934. *Recife*. 28 p.

*Programas e orientação metodológica.*

RAMOS, Artur — Educação e Psicanálise. (Bibl. Pedag. Bras. Atualidades Pedagógicas. Séries III. Vol. VII). São Paulo. 1934. *Companhia Edit. Nacional*. 184 p.

*A Escola Nova e a psicanálise; noções fundamentais, psicologia individual e pedagogia; o ponto de vista analítico-causal.*

RÊGO, Luís — Questões de educação. São Luís do Maranhão. 1934. *Tip. M. Silva*. 100 p.

*A situação do ensino no Maranhão, e sugestões para sua melhoria.*

RESUMO da Estatística do ensino primário geral no Brasil, em 1932. (Secretaria do Estado de Educação e Saúde Pública). Rio de Janeiro. *Imp. Nacional*. 1934. 34 p.

*Apresentação dos primeiros levantamentos estatísticos, segundo o Convênio Inter-stadual celebrado em 1931.*

SANTOS, Arquitecto — Educação renovada. São Paulo. 1934. *Cia. Melh. de São Paulo*. 32 p.

*Discurso.*

SOARES, Adolfo — Família e Educação. 1934. *Rio de Janeiro*. 96 p.

*Parcer e substitutivo do relator às emendas apresentadas em 1.ª discussão ao capítulo intitulado "Da Educação e Família", do Ant-projeto da Constituição.*

SOUSA, J. Moreira — Por uma escola melhor. Ceará — Fortaleza. 1934. *Imp. Oficial*, 148 p.

*Relatório dos trabalhos da Diretoria de Instrução Pública no Estado do Ceará.*

THOMPSON, A. — A educação. Rio de Janeiro. 1934. S/Edit. 109 p.

*Conferências.*

WATSON, John B. — Educação psicológica da primeira infância. (Trad. de M. B. Lee). Rio de Janeiro. 1934. *Emiel*. 135 p.

*Aspectos da educação das primeiras idades com fundamentos na psicologia do comportamento.*

#### ANO DE 1935

AGUAYO, A. M. — Didática da Escola Nova. (Trad. de J. B. Damasco e Pena, e Antônio d'Ávila). São Paulo. 1935. *Cia. Edit. Nacional*. 407 p.

*Conceito e divisão da didática; funções de aprendizagem; motivação; métodos e processos.*

ANÁIS do VII Congresso Nacional de Educação. (Associação Brasileira de Educação). Rio de Janeiro. 1935. S/Edit. 198 p.

*Atas das sessões e conferências realizadas neste Congresso, cujo programa versou a educação física.*

AZEVEDO, Fernando de — A missão da Universidade. In "Arquivos do Instituto de Educação". (Univ. de São Paulo). São Paulo, Ano 7, n.º 1, setembro, 1935, p. 7-33.

*O papel das universidades no mundo moderno.*

BUSCH, Reinaldo Kuntz — O ensino normal em São Paulo. São Paulo. 1935. *Livr. Record*. 132 p.

*Legislação, evolução, organização e administração do ensino normal.*

CAMARGO, João Silvestre de — Ensino Ativo. São Paulo. 1935. *Tip. Gráf. Cruzeiro do Sul*. 164 p.

*O ensino ativo, princípios e técnicas.*

CASTRO, Maria Angélica de — Idéias e interesses das crianças de Belo Horizonte, no intervalo de cinco anos. 1929-1934). *Belo Horizonte*. 1935. (Ed. da Revista do Ensino). 57 p.

*Estudo dos interesses dos escolares, quanto à profissão, leituras, jogos e emprego do dinheiro.*

PENNEL, M. E. e CUSAK, A. M. — Como se ensina a leitura (Trad. de Anadir Coelho). *Pôrto Alegre*. 1935. *Livr. do Globo*. 266 p.

*A leitura eficiente; métodos e processos que podem auxiliar a criança a ler com eficiência.*

RODRIGUES, Milton da Silva — A educação através dos países. In "Arquivos do Instituto de Educação". (Universidade de São Paulo). São Paulo. Ano I, n.º 1. Setembro. 1935. p. 53-71.

*A educação na Inglaterra, França, Alemanha e Japão.*

RUDOLFER, Noemi Silveira — A aferição dos Testes Dearbon, pelo Laboratório de Psicologia do Instituto de Educação. In "Arquivos do Instituto de Educação". (Universidade de São Paulo). Ano I, número 1. Setembro. 1935. p. 74-159.

*Exposição dos trabalhos de aplicação e revisão brasileira dos testes referidos.*

SILVEIRA, Horácio A. da — O ensino técnico, profissional e doméstico em São Paulo. (Superintendência da Educação Profissional e Doméstica). 1935. *Emp. "Revista dos Tribunais"*. 254 p.

*Histórico e atividades do ano.*

TEIXEIRA, Anísio S. — Educação Pública, sua organização e administração. Rio de Janeiro. 1935. Of. do Departamento de Educação. 295 p.

*O problema brasileiro da educação; governo da educação; medidas para implantação da escola progressiva no sistema escolar do Distrito Federal; o problema do financiamento; as construções escolares; a formação do professorado.*

Teoria e prática de ensino secundário. Trabalho das Inspetorias Regionais do Ensino Secundário do Distrito Federal. Rio de Janeiro. 1935. *Tip. Almanaque Laemmert*. 350 p.

*O ensino do português, do latim, das línguas vivas, da história e geografia, da matemática, do desenho, expostos por V. Cortes de Lacerda, Joaquim Ribeiro, Lúcia Magalhães, A. G. Paula Fonseca, Antônio Figueira de Andrade, Artur Gaspar, Viana.*

*Ofélia Guimarães e Estela Fonseca.*

VIEIRA, P. Arlindo — A decadência do ensino no Brasil. Suas causas e seus remédios. *Rio de Janeiro*. 1935. *Brigniet & Cia.* 172 p.

*Críticas à organização do ensino secundário.*

#### ANO DE 1936

Algumas sugestões ao Plano Nacional de Educação. *São Paulo*. 1936. Centro D. Vital de São Paulo. 108 p.

*Contribuição para o referido plano, indicado na Constituição de 1934.*

ALMEIDA, A. Figueira de — História do Ensino Secundário no Brasil. *Rio de Janeiro*. *Livraria Jacinto*. 1936. 175 p.

*Desenvolvimento do ensino secundário no país.*

ALVES, Isaias — Estudos objetivos da Educação. *Rio de Janeiro*. 1936. 248 p.

*Estudos sobre vários problemas de política e administração escolar.*

ALVES, Isaias — O ensino normal no plano nacional de educação. In "Revista brasileira de pedagogia". *Rio de Janeiro*. Julho e agosto. 1936. 24-42 p.

*Considerações sobre a formação do professorado primário.*

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo: 1935-1936. *Edit. por A. Almeida Júnior*. *São Paulo*. *Tip. Siqueira*. 575 p.

*Relatório dos trabalhos da Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo, nos anos referidos; abundante documentação.*

Contribuição Mineira ao Plano Nacional de Educação. *Belo Horizonte*. 1936. *Imp. Oficial*. 63 p.

*Relatório de uma comissão de educadores incumbida pelo governo do Estado de Minas Gerais para dar resposta ao questionário que o Ministério da Educação fez distribuir, sobre o plano nacional de educação.*

CUNHA, Raul Leitão da — Educação e Assistência. *Rio de Janeiro*. *J. R. de Oliveira & Cia.* 1936. In 8°. 103 p.

FRAGA, Cristiano — A ação da S.A.A.T. no movimento educacional brasileiro. In "Revista de Educação". *Vitória*. Julho-agosto. 1936. 20-25 p.

*Atividades da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.*

FREITAS, Olímpio Lemos — O problema da assistência a menores abandonados, delinquentes e anormais, em São Paulo. *São Paulo*. 1936. (S/Edit.). 168 p.

*Estudo da situação da infância abandonada.*

JARDIM, Renato — Escola Nova. Coletivismo e individualismo. *Pôrto Alegre*. 1936. *Livr. do Globo*. 181 p.

*E educação e os problemas sociais; ensino ativo e socialização.*

KASEFF, Leonil — Introdução à Filosofia da Educação. *Rio de Janeiro*. 1936. S/Edit. 250 p.

*Os conceitos de liberdade e de educação.*

LEÃO, A. Carneiro — Tendências e diretrizes da Escola Secundária. *Rio de Janeiro*. 1936. *Tip. Jornal do Comércio*. 293 p.

*Estudo de educação comparada e sugestões para a organização do ensino secundário no país.*

LOURENÇO FILHO M. B. — Pesquisa sobre programa mínimo. In *Bol. Educ. Públ.*, Secretaria Geral de Educação e Cultura. *Rio*, 1936. 20 p.

*Apresentação dos resultados de um inquérito feito entre professores, diretores de escolas e superintendentes escolares sobre os programas de ensino primário.*

MAGALHÃES, Fernando de — A Educação e a Democracia. *Rio de Janeiro*. 1936. *Of. Gráf. de Renato Americano*. 16 p.

*Conferência.*

MAMER, Mary Helen e FITZPATRICK, Ed. A. — A Filosofia de Educação de S. Tomás de Aquino. (Trad. de Maria Inês de Moraes Cardim e L. Van Acker). *São Paulo*. 1936. *Livr. Editora Odeon*. 230 p.

*Introdução à filosofia educacional de São Tomás de Aquino; o "De Magistro"; comentário da filosofia tomista; São Tomás e a educação moderna.*

MARQUES, Orminda Isabel — A escrita na escola primária. (Bibliot. de de Educação. Vol. XXVI). *São Paulo*. 1936. *Cia. Melhoramentos de São Paulo*. 176 p.

*Estudos dos fundamentos da escrita e de seus processos didáticos.*

MOACH, Primitivo — A Instrução e o Império. (Subsídios para a História da Educação Brasileira). 1823-1853. 1.º Vol. *São Paulo*. 1936. *Cia. Editora Nacional*. 614 p.

*Depois de um cap. preliminar sobre o ensino dos jesuítas e as escolas régias, contém o volume a seguinte matéria: O ensino na Constituinte de 1823; Reforma Januário Cunha Barbosa (1826); Lei de 15 de outubro de 1827; Projetos Legislativos; Ensino secundário; Ensino jurídico; Ensino médico; Projetos de Universidade; Ensino profissional; Ensino artístico; Instituições científicas; Ensino militar; Estatística da instrução.*

NASCENTES, Antenor — O Idioma nacional na escola secundária. (Biblioteca Ed. Vol. XXIV). *São Paulo*. (1936). *Cia. Melh. de São Paulo*. 140 p.

*Metodologia do idioma nacional para uso de professores das escolas secundárias.*

PAIVA E SOUSA, Alfredina — O ensino da matemática no curso primário. Adição e subtração. In "Arquivos do Instituto de Educação". *Rio de Janeiro*. Vol. I, n.º 2. Junho. 1936. 181-222 p.

*Investigação sobre as dificuldades encontradas na aprendizagem do cálculo elementar por escolares de 7 a 13 anos.*

Plano Nacional de Educação — Questionário para um inquérito (Ministério da Educação e Saúde Pública). Rio, 1936. Imp. Nacional. 42 p.

*A constituição de 1934 estabelecia que a União organizasse um plano nacional de educação: como medida preparatória, o Ministério da Educação organizou e fez publicar este questionário.*

RICARDO, Aristides — Biologia aplicada à educação. São Paulo, 1936. Ed. Nacional. 355 p.

*Fisiologia e higiene da criança; crescimento físico; crescimento mental; higiene escolar.*

SANTOS, Lúcio José dos — Filosofia, Pedagogia, Religião. São Paulo. (1936). Cia. Melhoramentos. 628 p.

*Extenso estudo sobre os fundamentos filosóficos da educação; a conclusão a que chega é a seguinte: "Os católicos podem falar de uma "pedagogia perennis", que é a de sua igreja. O pensador católico pode entrar no terreno das pesquisas em educação, sem perder de vista, porém, as verdades reveladas".*

Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública — Novos prédios para grupo escolar. São Paulo, 1936. Diretoria do Ensino. 124 p.

*Estudos da Diretoria do Ensino e da Diretoria de Obras Públicas sobre construções escolares no Estado de São Paulo.*

SERRANO, Jônatas — Como se ensina história. (Bibl. Educação. Vol. XXV). São Paulo. (1936). Cia. Melhoramentos de São Paulo. 157 p.

*Metodologia do ensino da história na escola secundária.*

TEIXEIRA, Anísio S. — Educação para a Democracia. Rio de Janeiro. 1936. Liv. José Olímpio. 286 p.

*Os problemas sociais e a educação; fundamentos da administração escolar.*

VIEIRA, Arlindo (Pe.) — O problema do ensino secundário. Rio. 1936. Livr. Jacinto. 384 p.

*Combate à orientação dos programas oficiais do ensino secundário, que considera de "encicloidismo absurdo".*

#### ANO DE 1937

ALMEIDA JÚNIOR, A. — Anuário do Ensino do Estado de São Paulo. 1936-1937. São Paulo, 1937. Secretaria de Educação e Saúde Pública. 654 p.

*Documentos das atividades do ensino público no Estado de São Paulo nos anos de 1936 e 1937: administração regional, distrital e local do ensino; problemas gerais do ensino primário; as atividades da escola primária; ensino secundário e normal; despesas e vencimentos; estatística escolar de 1936.*

AQUÍLLES, Paula — Uma escola para o Estado do Rio de Janeiro e para o Brasil. Rio. 1937. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. 330 p.

*Ensaio de pedagogia nacionalista para o Brasil; o livro compreende duas partes: O Brasil; A escola e o método*

AZEVEDO, Fernando de — A educação e seus problemas. São Paulo. 1937. Ed. Nacional. 359 p.

*Estudos sobre os grandes problemas da educação brasileira.*

AZEVEDO, Fernando de — O magistério secundário. São Paulo, 1937. Secretaria de Educação e Saúde. Bol. n.º 13. 21 p.

*Análise dos problemas da formação do ensino secundário nas universidades.*

BACKHEUSER, Alcina — O método de projetos e sua aplicação ao ensino religioso. Rev. Brasileira Pedag., novembro. 1937.

*Fundamentos e exemplificação de aplicação ao ensino religioso, no curso primário.*

BACKHEUSER, Everardo — Os testes no ensino religioso In "Rev. Brasileira Pedag. Setembro-outubro. 1937.

*Pesquisas relativas ao emprêgo dos testes no ensino religioso.*

BASTIDE, Paulo Arbousse — O ensino da sociologia nas escolas secundárias. (Arq. Inst. Educ. Univ. São Paulo) São Paulo. 1937. 36 p.

*O ensino da sociologia nos cursos secundários, para os fins de observação, descrição e aplicação de princípios gerais ao "serviço social".*

CLARK, Oscar — O século da criança Rio, 1937. Canton & Reille. 187 p.

*O problema das escolas ao ar livre e da merenda escolar.*

Departamento de Cultura, São Paulo. Parques infantis. São Paulo. 1937.

*Seção Gráfica da Prefeitura. S/n.º p.*

*Documentação sobre os parques públicos e centros de recreação da cidade de São Paulo.*

Educação (A) Pública em São Paulo. Edit. por Fernando de Azevedo. São Paulo. 1937. Ed. Nacional. 457 p.

*Reunem-se neste volume as respostas dadas por vinte educadores, cientistas e intelectuais, a um inquérito aberto pelo jornal "O Estado de São Paulo", no ano de 1926, sobre o ensino primário e normal, o ensino técnico-profissional e ensino secundário e superior. Introdução do prof. Fernando de Azevedo.*

Enciclopédia das coisas do ensino. 1937. Edit. por Oscar de Almeida. Rio. 270 p.

*Coletânea da legislação federal referente ao ensino secundário, comercial e superior.*

FARIAS, Gelásio de Abreu e MENEZES, Francisco da Conceição — Memória histórica do ensino secundário oficial na Bahia durante o primeiro século, 1837-1937. Bahia. 1937. Imp. Oficial do Estado. 434 p.

FREITAS, M. A. Teixeira de — O que dizem os números sobre o ensino primário. São Paulo. 1937. Cia. Melhoramentos. 174 p.

*A situação real do ensino primário brasileiro, em sua extensão e em sua qualidade, à luz dos dados estatísticos colhidos pelo Ministério da Educação.*

LEAL, Humberto Sousa — Prédios para escolas secundárias. São Paulo. 1937. Secretaria da Educação e Saúde. Bol. n.º 16. 46 p.

*Resultados de um inquérito.*

LOURENÇO FILHO, M. B. — A formação do professorado primário. In Arquivo Inst. Educ. Univ. Distrito Federal. 1937. 217-293 p.

*Justificação do plano de ensino no Instituto de Educação do Rio de Janeiro.*

MELO, Silva — Problemas do ensino médico e de educação. Rio. Ariel Edit. 1937. 251 p.

*Análise da organização e funcionamento das escolas de medicina no Brasil, que o autor critica por muitos aspectos.*

MOACIR, Primitivo — A instrução e o império. São Paulo. 1937. Edit. Nacional. Vol. 2.º. 614 p.

*Sistematização dos documentos históricos da educação no Brasil; compreende o movimento da educação brasileira de 1859 a 1883.*

MORAIS, Rosa Lamartine — A escola do sítio da Saudade. São Paulo. 1937. Secretaria de Educação e Saúde. Bol. n.º 14. 27 p.

*Atividades de uma escola rural experimental.*

PEETERS, Francisca e COOMAN, Maria Augusta — Educação, história da pedagogia. São Paulo. (1937). Cia. Melhoramentos. 250 p.

*Esbôço de uma história de educação.*

PEREIRA, Otacílio A. — O Colégio Pedro II nos últimos dez anos. Rio. 1937. *Jornal do Comércio*. 32 p.

*Publicação comemorativa do centenário das atividades do Colégio Pedro II.*

PIRAGIBE, Vicente — Infância abandonada e delinqüente. In Arq. Med. Legal Identificação. Rio. 1937. 218-234 p.

*A situação da infância abandonada na capital brasileira.*

Programas do ensino para um curso de formação do professorado primário. Por J. P. Fontenele, M. B. Lourenço Filho, C. Delgado de Carvalho e outros. In: Arq. Inst. Educ. Univ. Distrito Federal. 1937. 59 p.

*Planos do ensino aplicados ao curso de formação de professorado primário, em nível universitário.*

QUEIRÓS, Carlota — Serviços sociais e sua aplicação na assistência à infância. In Arquivo Med. Legal Identificação. Rio. 1937. 251-269 p.

*Plano para melhor organização de proteção à infância.*

RABELO, Sílvia — A representação do tempo na criança. São Paulo. 1937. Ed. Nacional. 182 p.

*Resultado de pesquisa sobre a noção de tempo em crianças de Recife (Pernambuco).*

RABELO, Sílvia — Psicologia de infância. São Paulo. 1937. Ed. Nacional. 454 p.

*As modernas idéias sobre a psicologia da criança.*

RÔXO, Euclides — A matemática na educação secundária. São Paulo. 1937. Edit. Nacional. 286 p.

*Metodologia da matemática; evolução do pensamento matemático e do ensino matemático; finalidades do ensino. bases psicológicas, organização e execução dos programas.*

SÁ, Carlos, e ANTUNES, Alair — Crescimento e adolescência. (Coleção IPES). Rio. 1937. Departamento Nacional de Saúde. 64 p.

*Resumo de um curso no Instituto de Educação do Rio de Janeiro.*

TEIXEIRA, Anísio — Educação para a democracia. São Paulo. 1937. Edit. Nacional. (S/n.º p.).

*Fundamentos e aplicações na administração escolar.*

VARGAS, Getúlio e CAPANEMA, Gustavo — Panorama da educação nacional. Discursos do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro Gustavo Capanema. Rio. (Ministério da Educação e Saúde. Realizações, 1). 1937. 47 p.

*Pontos de vista do governo federal quanto ao problema da educação nacional, expostas na solenidade comemorativa do I centenário da fundação do Colégio Pedro II.*

ANO DE 1938

ARRUDA, José Rodrigues — Da aprendizagem das línguas vivas e mortas. Piracicaba, 1938. *O Jornal*. 132 p.

*Bases psicológicas da aprendizagem das línguas; técnica do ensino das línguas vivas e mortas.*

BARRETO, Ceição de Barros — Côro, orfeão. São Paulo. (1938). Cia. Melhoramentos. 170 p.

*Histórico do canto coral; bases psicológicas da educação musical; organização de coros e orfeões.*

BARROS, Maria da Glória — Planos de lições pelo método de idéias associadas. Rio de Janeiro. 1938. Francisco Alves. 238 p.

*Desenvolvimento de programa segundo "centros de interesse".*

BRAGA, Murilo — Validade e fidedignidade nos testes coletivos de inteligência. Rio de Janeiro. 1938. (S/Edit.). 42 p.

*Discussão dos problemas de "coerência" das provas mentais.*

CÂMARA, Helder (Pe.) — Padronização de testes de aproveitamento. Rio de Janeiro. 1938. *Oj. R. Americano*. 50 p.

*Técnica de aferição de testes de escolaridade com exemplificação nas escolas primárias do Rio de Janeiro.*

— Vocabulário catequético. Rio de Janeiro. 1938. *Oj. A. Americano*. 26 p.

*Técnica e resultados de uma investigação, com crianças de 7 a 12 anos.*

Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba. 18 p.

*Lei estadual que reorganiza a Instrução Pública e estabelece o Departamento de Educação.*

ESPINHEIRA, Ariosto — Arte popular e educação. São Paulo, 1938. Edit. Nacional. 182 p.

*As observações do Bureau Internacional do Trabalho, sobre arte popular; resumo de outros trabalhos.*

GRISI, Rafael — O ensino do vernáculo na escola secundária. São Paulo, 1938. Imp. Cocercial. 112 p.

*Problemas e tendências.*

KEHL, Renato — A educação dos pais. Rio de Janeiro, 1938. S/Edit. 23 p.

*Conselhos aos pais sobre o respeito devido à personalidade da criança.*

LEÃO, A. Carneiro — Rural Sociology and Rural Education in Brazil. In: Educational Yearbook of the International Institute of Teachers College, 1938, p. 39-68. New York.

*Exposição geral da vida rural brasileira e seu problema de educação.*

LEITE, Sra. Sra. — História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro, 1938. Civilização Brasileira. 2 vols. 610 p. e 658 p.

*O trabalho das primeiras escolas missionárias; ciência, letras e artes.*

LEME, Pascoal — Educação de adultos. In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio, Novembro 1938, p. 277-229 e de-  
bro, 1938, p. 303-322.  
Comércio. Rio, Novembro, 1938, p. 322.

*Uma experiência de cursos de continuação e aperfeiçoamento no Distrito Federal.*

LEÔNICIO, Carlos — Pedagogia (Manual teórico-prático para uso dos educadores). Vol. 1: O educando e sua educação. São Paulo, 1938. Livr. Salesiana. 466 p.

*Problemas gerais e aplicações.*

LIMA, Alceu Amoroso — Idade, sexo e tempo. (Três aspectos da psicologia humana). Rio de Janeiro, 1938. Olímpio. 213 p.

*A infância; a adolescência; a mocidade; a maturidade; a velhice; o homem e a mulher; o homem moderno; o homem eterno.*

MAIA, Jacir — A prática da medida pelos testes. Rio de Janeiro, 1938. S/Edit. 48 p.

*Resultados da medida do aproveitamento escolar pelos testes.*

MORAIS, C. Cândido de — Trabalhos manuais em madeira. São Paulo, 1938. Ed. Brasileira. 232 p.

*Desenvolvimento de um programa de trabalhos manuais nas escolas primárias.*

PAIVA E SOUSA, Alfredina — A pesquisa em educação. Rio de Janeiro, 1938. S/Edit. 50 p.

*Pesquisas relativas às operações fundamentais da aritmética, na escola primária.*

PESSEGUIERO, João e colaboradores — A química no curso secundário. Porto Alegre, 1938. Livr. O Globo. 190 p.

*Os problemas da didática da química nas escolas de ensino secundário.*

PINTO, E. Roquete — Cinema educativo. Rio. Estud. Bras. n. 1. Julho-agosto, 1938. p. 11-35.

*A situação do cinema no Brasil, em face dos interesses culturais do país; medidas governamentais em favor do cinema educativo.*

RIBEIRO, Joaquim Brás — Da inspeção do ensino secundário em face da política e da técnica de educação. Rio de Janeiro, 1938. S/Edit. 42 p.

*A inspeção e a escola; a inspeção e o educador; a inspeção e a direção de aprendizagem.*

ROCHA FILHO — Loucos e delinquentes, 1938. Coleção de Autores Alagoanos. 110 p.

*Estudos de higiene mental, de psiquiatria e de psicanálise, com aplicações à educação.*

RODRIGUES, Chiquinha — O braço estrangeiro. São Paulo, 1938. Imp. Oficial do Estado. 187 p.

*Discursos e artigos sobre o papel da escola na assimilação de grupos imigrantes.*

RODRIGUES, Milton C. da Silva — Educação Comparada. (Tendências e organizações escolares). São Paulo, 1938. Edit. Nacional. 297 p.

*Bases e fins da educação na Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos; tendências e sistematização da educação nos mesmos países; histórico do ensino no Brasil.*

RUDOLFER, Noemi da Silveira — Introdução à psicologia educacional. São Paulo, 1938. Edit. Nacional. 459 p.

*Evolução da psicologia educacional através de um histórico da psicologia moderna.*

Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública — Estatística escolar referente a 1937. São Paulo. Dept. de Educação. 167 p.

*Ensino primário geral, estadual, municipal e particular; ensino secundário, estadual e anexo às escolas normais; ensino normal.*

SILVA, Osvaldo Brandão da — Iniciação sexual educacional. Rio de Janeiro, 1938. Ed. ABC. 123 p.

*Os problemas do sexo, e as idéias morais, sociais e religiosas que a eles se ligam.*

TOLEDO, Sílvia de Almeida — Cooperação da escola primária no combate ao tracoma. São Paulo, 1938. Revista dos Tribunais. 230 p.

*Histórico do tracoma; meios pelos quais as escolas poderão cooperar no combate a sua moléstia.*

TÔRRES, Ambrósio M. — A educação física nas escolas normais. Rio de Janeiro, 1938. Imp. da Casa dos Expostos. 28 p.

*Mémoria apresentada ao VII Congresso Nacional de Educação.*

VARGAS, Getúlio — A nova política do Brasil. Rio de Janeiro, 1938. Olímpio. 5 vols. Vol. 1, 250 p.; Vol. 2, 200 p.; Vol. 3, 206 p.; Col. 4, 232 p.; Vol. 5, 310 p.

*Nesta obra, de documentação das idéias e realizações do governo do Presidente Vargas, vários capítulos são dedicados aos*

problemas da educação: o ensino secundário e superior (vol. 1); a instrução profissional e a educação (vol. 2); o cinema nacional, elemento de aproximação dos habitantes do país (vol. 3); orientação nacional do ensino (vol. 4); as corporações militares, entidades educadoras do povo, e a Universidade do Brasil na articulação e hierarquia do ensino (vol. 5).

VASCONCELOS, J. Freire de, e SAMPAIO, SILVEIRA — Problemas médico-sociais da infância. Rio de Janeiro. 1938. Livr. Odeon, 272 p.

*A ilegitimidade, o complexo "mãe e filho", as criadeiras, a mortalidade infantil, os lactários e as creches.*

Ano de 1939

AIMEIDA, João Carlos de — Estatística Escolar de 1938. In: Boletim do Departamento Estadual de Estatística, n.º 9. Setembro. 1939. São Paulo. 18 p.

*Análise do movimento do ensino público e particular, no ano de 1938, no Estado de São Paulo.*

ALMEIDA JÚNIOR, A. — A Biologia Educacional. São Paulo. 1939. Editora Nacional, 570 p.

*Vida e evolução; genética; mesologia; atividade funcional; eugenia e eutenia; numerosas observações no meio brasileiro.*

ALVES, Isaias — Educação e brasilidade — Idéias, forças do Estado Novo. Rio de Janeiro. 1939. Livraria José Olímpio, 208 p.

*Conferências sobre a orientação educacional segundo a Constituição de 1937.*

— Educação e Saúde na Bahia. São Salvador. 1939. Bahia Gráfica e Editora. 236 p.

*Relatório das atividades da Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia, entre 11 de abril de 1938 e 30 de junho de 1939.*

ALVES, Joaquim — Estudos de Pedagogia Regional. Ceará. 1939. Editora Fortaleza. 130 p.

*Discussão de problemas de administração escolar e de técnica do ensino.*

AMARANTE, João — Assistência Social à Infância. Rio de Janeiro. 1939. Serviço Gráfico do Ministério da Educação. 18 p.

*Programa de proteção à maternidade e à infância.*

AQUINO, J. B. — Pedagogia da Educação Física. São Paulo. 1939. Empresa Brusco. 230 p.

*Fundamentos da educação física e metodologia, segundo o sistema francês.*

BARRETO, Castro — A Educação secundária e a formação das elites. In: Estudos Brasileiros. Ano II. Vol. 2. N.º 8. Setembro-outubro de 1939. 137-150 p. Rio de Janeiro.

*Orientação das "humanidades" científicas.*

BRIGOLE, A. — O Congresso Internacional dos Professores de Línguas Vivas. Rio de Janeiro. 1939. Serviço Gráfico do Ministério da Educação. 70 p.

*Relatório do delegado do Brasil ao Congresso realizado em Paris, em julho de 1937.*

BRITO, Mario de — O Problema fundamental do ensino. In: Estudos Brasileiros. Ano II. Vol. 3. n.º 8. Outubro de 1939. p. 119-129. Rio de Janeiro.

*A formação do professor como questão fundamental no ensino.*

CARVALHAL, J. P. — A educação renovada e a função social do colégio. Rio de Janeiro. 1939. In: Formação. Ano II, n.º 17. 20 p.

*Conceito de educação; papel socializador da escola.*

CASASSANTA, Guerino — Jornais escolares. São Paulo. 1939. Cia. Editora Nacional. 234 p.

*Estudo documentado da função educativa da imprensa escolar.*

CUNHA E MELO, Osmar da — Menores abandonados e delinquentes. 1939. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial. 130 p.

*Inquérito estatístico-social sobre menores abandonados no Rio Janeiro.*

Colégio Pedro II (Anuário, vol. IX, 1935-1936). Rio de Janeiro. 1939. Tip. da Misericórdia. 278 p.

*Notas e informações sobre a vida do tradicional colégio secundário; estudos vários.*

COSTA, Dante — Merendas escolares. Rio de Janeiro. 1939. Serviço Gráfico do Ministério da Educação. 20 p.

*Tipos de merenda, recomendações práticas.* 20 p.

Departamento de Cultura — Alguns casos de tuberculino-reação nos parques infantis. São Paulo. 1939.

In: Rev. do Arquivo Municipal, n.º LVII | 24 p.

*Como os parques infantis podem concorrer para o serviço de profilaxia e propaganda sanitária.*

Diretoria de Estatística — O Ensino no Brasil. (Ano I. 1939). Rio Janeiro. 1939. Imprensa Nacional. 236 p.

*Resultados do Convênio de Estatísticas Educacionais, celebrado em 1931.*

Divisão do Amparo à Maternidade e à Infância — A Semana da Criança em 1939. Rio de Janeiro. 1939. Serviço Gráfico do Ministério da Educação.

*A Semana da Criança, em 1939, como ponto de partida para vasto movimento nacional de amparo à maternidade e à infância.*

DORIA, Escragnoll: — Memória histórica comemorativa do 1.º Centenário do Colégio Pedro II (-12-1837-2-12-1937). Rio de Janeiro. 1939. Ministério da Educação. 324 p.

*Influência do Colégio Pedro II na vida cultural brasileira.*

Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Anuário. São Paulo. 1939. Revista dos Tribunais. 105 p.

*Relatório dos trabalhos do ano letivo de 1938; programas de ensino e informações gerais.*

Escola Rosa da Fonseca — (Biblioteca Militar — vol. XIX). Rio de Janeiro. 1939. Ministério da Guerra. 144 p.

*Relatório sobre obras de remodelação e orientação do ensino.*

FONSECA, Corinto da — A Escola ativa e os trabalhos manuais. São Paulo, 1939. Edições Melhoramentos. 158 p.

*Fundamentos dos trabalhos manuais; sua aplicação à pedagogia renovada.*

FREITAS, M. A. Teixeira — A Associação Brasileira de Educação e suas atividades no período de 1935 a 1938. Rio de Janeiro, 1939. Educação. 10 p.

*Relatório apresentado pelo presidente da Associação.*

FUCHS, Rodolfo — O ensino profissional na Alemanha. Rio de Janeiro, 1939. Serviço Gráfico do Ministério da Educação. 76 p.

*Relatório apresentado ao Ministro da Educação pelo representante do Brasil no V Congresso Internacional de Ensino Profissional, realizado em Berlim, em julho de 1938.*

GALAZZA, Ernesto e LOURENÇO FILHO, M. B. — Bibliografia pedagógica da América Latina. Cambridge — Massach. Separata de *Handbook of Latin — American Studies for 1938*. 24 p.

*Relação comentada das principais obras e estudos de educação publicados nos países ibero-americanos.*

GUILLAUME, P. — A formação dos hábitos. (Trad. de Ramiro de Almeida). São Paulo, 1939. Cia. Editora Nacional. 226 p.

*Fundamentos e análise.*

HANKE, Lewis — Instituições culturais dos Estados Unidos. São Paulo, 1939. Arquivo Municipal. 40 p.

*Conferência sobre a organização cultural dos Estados Unidos.*

Instituto Nacional de Cinema Educativo — Filmoteca. Rio de Janeiro, 1939. Serviço Gráfico do Ministério da Educação. 62 p.

*Catálogo de filmes produzidos pelo Instituto, com explicações dos assuntos.*

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — O Ensino no Brasil no quinquênio 1932-1936. Rio de Janeiro, 1939. Serviço Gráfico do Ministério da Educação. 84 p.

*Movimento do ensino brasileiro, em todos os graus e ramos, no período de 1932-1936.*

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Organização do ensino primário e normal. I — Estado do Amazonas. (Boletim n.º 2). Rio de Janeiro, 1939. Serviço Gráfico do Ministério da Educação. 50 p.

*Descrição das instituições de ensino primário e normal no Estado do Amazonas; princípios e normas de sua administração; formação do professorado; carreira de professor.*

KEHL, Renato — Pais, Médicos e Mestres. Rio de Janeiro, 1939. Livraria Francisco Alves. 200 p.

*Os problemas da hereditariedade, em função do trabalho educativo.*

LACERDA, José Cândido Sampaio — Esboço histórico sobre a organização dos cursos jurídicos no Brasil.

Rio de Janeiro, 1939. Canton & Reille. 42 p.

*Sumário da legislação brasileira referente ao ensino de direito, 1827 a 1937.*

LEÃO, A. Carneiro — Introdução à administração escolar. São Paulo, 1939. Cia. Editora Nacional. 426 p.

*Organização e administração; técnica, da administração escolar; inspeção escolar; flexibilidade dos cursos; articulação dos cursos; o problema do método.*

LEÃO, A. Carneiro — Sociedade Rural. Rio de Janeiro, 1939. Editora A Noite. 368 p.

*A sociedade rural e seus problemas; a área de cultura e o problema da escola; a vida rural no estrangeiro e no Brasil; a organização da educação rural.*

LESSA, Gustavo — O Departamento da Criança nos Estados Unidos. In: Revista do Serviço Público. Vol. IV, n.º 1. Rio de Janeiro, 1939.

*A estrutura do "Children's Bureau" mantido pelo governo norte-americano; histórico e atividades.*

LOURENÇO FILHO, M. B. — Educação e Segurança Nacional. In: "A Defesa Nacional n.ºs 306-307 Rio de Janeiro.

*Conferência proferida na Escola do Estado Maior do Exército.*

LOUZADA, Afonso — O Cinema e a literatura na educação da criança. Rio de Janeiro, 1939. Imprensa Oficial. 42 p.

*O cinema e a literatura na educação da criança; Melo Matos, o apóstolo da infância.*

MAGALHÃES, Lúcia — Panoramas e perspectivas. Rio de Janeiro, 1939. (S/Edit.). 62 p.

*A administração do ensino secundário; a orientação disciplinar e educacional.*

MARQUES, Orminda I. — A Psicologia Individual e a Escola. In: "Educação" — Ano I. Fasc. 2 e 3. 1939. Rio de Janeiro.

*Resumo das teorias de Alfred Adler e suas aplicações à educação.*

MENDONÇA, Edgar Sussekind de — Testes. Considerações pedagógicas. In: Estudos Brasileiros — Ano II. Vol. 3. N.º 9. Novembro-dezembro de 1939. p. 232 a 245.

*Crítica aos testes.*

MENEZES, Djacir — E educação no Ceará. Fortaleza, 1939. Editora Fortaleza. 12 p.

*Histórico do ensino no Estado do Ceará.*

MONROE, Paul — História da Educação — Tradução de Nelson Cunha Azevedo. São Paulo, 1939. Cia. Editora Nacional. 460 p.

*As instituições e as doutrinas através do tempo.*

MOTA FILHO, Cândido — Reeducação da infância abandonada. In: Estudos Brasileiros. Ano II. Vol. 3. N.º 8. Setembro-outubro de 1939. p. 197 a 209. Rio de Janeiro.

*Situação da infância abandonada; meios para corrigi-la.*

OGNIBENE, Armando — O problema educacional. *Botucatu*. 1939. *Tip. Sta. Teresinha*. 18 p.

*A organização dos cursos primário e normal.*

OLIVEIRA, Carlos Gomes de — Nacionalização do ensino. *Rio de Janeiro*. 1939. *Livraria José Olímpio*. 128 p.

*Assimilação dos colonos estrangeiros pela ação da escola.*

OLIVEIRA, Olinto de — Postos de puericultura por toda parte. *Rio de Janeiro*. 1939. Publ. da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, Ministério da Educação. 10 p.

*Apelo em favor da criança brasileira.*

PASSOS, Celina de Moraes — A organização simples e prática de cardápios racionais para internatos colegiais. (Publ. da Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo). *São Paulo*. 1939. *Revista dos Tribunais*. 22 p.

*Racionalização da alimentação dos escolares.*

PRADO, Antônio Almeida — Algumas necessidades do ensino médico. In: *Estudos Brasileiros*. Ano II. Vol. 3. N.º 7. p. 79-89; 1939. Resumo dos debates — p. 90-105. *Rio de Janeiro*.

*Problemas de ensino médico no país; soluções.*

RAMOS, Artur — A criança-problema. *São Paulo*. 1939. *Cia. Editora Nacional*. 428 p.

*Os problemas das crianças de educação difícil; causas e aspectos; orientação educativa.*

— Saúde do Espírito. *Rio de Janeiro*. 1939. (Coleção SPES). Publ. do Ministério da Educação. 92 p.

*Noções de higiene mental, especialmente destinada aos pais, educadores e trabalhadores sociais.*

Secretaria da Educação e Saúde no Estado de São Paulo — Estatística Escolar referente a 1938. *São Paulo*. 1939.

*Ensino primário geral; ensino secundário; ensino normal; ensino profissional.*

SERRANO, Jônatas — Grandes e pequenos problemas do ensino secundário. In: *Estudos Brasileiros*. Ano II. Vol. 7. N.º 7. Julho-agosto de 1939. p. 49 a 62. *Rio de Janeiro*.

*Estudo crítico e discussão de soluções.*

Serviço de Estatística da Educação e Saúde — O ensino no Brasil, em 1933. *Rio de Janeiro*. 1933. *Serviço Gráfico do Ministério da Educação*. 706 p.

*Movimento geral do ensino brasileiro no ano letivo de 1933: I — Organização geral do ensino; II — Organização didática e movimento escolar; III — Resultados regionais; IV — Resultados nacionais.*

Superintendência do Ensino Profissional — A racionalização do ensino técnico profissional no Estado de São Paulo. *São Paulo*. 1939. *Revista dos Tribunais*. 44 p.

*Métodos e processos em uso nas escolas profissionais do Estado de São Paulo.*

Superintendência de Ensino Profissional — Os cursos de dietética. (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo). *Santos*. 1939. *Inst. Escolástica Rosa*. 132 p.

*Organização, funcionamento e resultados dos cursos de nutrição, nas escolas profissionais de São Paulo.*

Universidade de Porto Alegre — Anuário de 1938. *Porto Alegre*. 1939. *Imprensa Oficial*. 814 p.

*Programas de ensino; dados bio-bibliográficos dos professores; as finalidades de nossa educação; o americanismo e a criação das elites.*

VALE, Sérgio — O grafismo no ensino da leitura. *São Paulo*. 1939. *Revista dos Tribunais*. 66 p.

*Análise da psicologia da leitura, com base nos resultados dos testes de maturidade A B C, empregados em escolas brasileiras.*

VENÂNCIO FILHO, Francisco — A função educadora dos museus. In: *Estudos Brasileiros*. Ano I. n.º 6. Maio-junho de 1939. p. 50 a 61. *Rio de Janeiro*. 11 p.

*O mundo moderno e a função educativa dos museus.*

— O problema dos trabalhos manuais em educação. In: *Estudos Brasileiros*. — Ano II, Vol. 3. N.º 8. Setembro-outubro de 1939. p. 176 a 182. *Rio de Janeiro*.

*Os trabalhos manuais como metodologia geral.*

VEIGA, Augusto Xavier da — Fundamento psico-sociológico do teste. In: *Estudos Brasileiros*. Ano II.

N.º 9 — Novembro-dezembro de 1939. p. 292 a 313. *Rio de Janeiro*.

*Fundamentos dos testes, especialmente de escolaridade.*

Ano de 1940

AIBUQUERQUE, Pedro de Alcântara Cavalcanti de — (General) — Discursos, Orações e Conferências. *Rio de Janeiro*. 1940. "Biblioteca Militar". 165 p.

*A terceira e quarta partes estudam vários pontos da organização do ensino militar e do ensino civil.*

ALMEIDA, Miguel Osório de (Prof.)... Aula inaugural em 1940. (Universidade de Minas Gerais). *Belo Horizonte*. 1940. *Of. Fôlha de Minas*. 37 p.

*Oração aos universitários.*

ALMEIDA, Rui Guimarães de — Educação e cultura na Finlândia. *Rio de Janeiro*. 1940. In: *Formação*, III. 18. 11 p.

*Os serviços gerais de educação no referido país.*

— Educação emendativa. *Rio de Janeiro*. 1940. In: *Formação*, III. 25. 11 p.

*Estudo do desenvolvimento dos métodos e das instituições.*

ALVES, Isaias — Homogeneização de classes. *Bahia*. 1940. In: *Boletim de Educação e Saúde da Bahia*. 16 p.

*Histórico e estudo atual do problema de organização de classes homogêneas.*

ANDRADE, Noemi Alcântara Bonfim de — A higiene alimentar no serviço social das escolas. *Rio de Janeiro*. 1940. *Tip. do Jornal do Comércio* 31 p.

*Importância da educação alimentar nas escolas.*

AVILA, Bastos de — Antropometria e Desenvolvimento Físico (Métodos e Pesquisas de Antropologia Física). *Rio de Janeiro*. 1940. *Vilani & Barbert*. 227 p.

*O desenvolvimento da escola brasileira segundo as observações coligidas no Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal.*

BARROS, Dora C. de — Função Didática do Plano no Ensino. (Plano de curso e plano de aula). *São Paulo*. 1940. S/ Edit. (S/n.º p.).

*Tese ao concurso para livre docência na cadeira de didática geral da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.*

BEZERRA, Aristóteles — Princípios de Educação Moral e Cívica. *Fortaleza*. 1940. *Tip. Minerva*, 36 p.

*Exposição do ponto de vista de uma filosofia cristã.*

BONFIM, Pedro Calheiros — Nacionalização do ensino. *Rio de Janeiro*. 1940. *Caton & Reille*. 60 p.

*Histórico e situação das populações "marginais" do Brasil.*

BRAGA, Odilon — A escola e a família. *Rio de Janeiro*. 1940. In: "Educação".

*A família e os característicos de sua educação; o que ela espera da escola.*

BRASIL, Francisco Sousa — Imprensa e educação. *Rio de Janeiro*. 1940. *Of. Gráf. "Jornal do Brasil"*. 48 p.

*Estudo da influência educativa dos jornais brasileiros.*

CAMPOS, Ernesto de Sousa (Prof.) — Educação superior no Brasil. *Rio de Janeiro*. 1940. *Serviço Gráfico do Ministério da Educação*. 611 p. c/ 43 grav.

*Estudo histórico, fartamente documentado; o problema da organização universitária; importância das faculdades de filosofia, ciências e letras no progresso cultural dos povos; legislação referente à organização da Universidade do Brasil.*

CAMPOS, Francisco — Educação e Cultura. *Rio de Janeiro*. 1940. *Livraria José Olímpio Editôra*. 202 p.

*O autor, que foi Secretário da Educação do Estado de Minas Gerais, e Ministro da Educação no Brasil, por duas vezes, apresenta neste volume vários estudos relativos às reformas que empreendeu, bem como discursos de propaganda pela renovação técnica do ensino.*

CARVALHO, Bulhões — A educação e a vida social na América do Norte. *Rio de Janeiro*. 1940. *Tip. Jornal do Comércio*. 92 p.

*Observações e comentários a propósito da Feira Mundial de — New York.*

CLAPARÊDE, Ed. — A Educação Funcional. Trad. e notas de J. B. Damasco Pena. *São Paulo*. 1940. *Companhia Editôra Nacional*. 386 p.

*Estudos diversos de psicologia, tendo por tema a concepção funcional da educação.*

CLARK, Oscar — O Século da Criança. 2.ª Ed. *Rio de Janeiro*. 1940. *Est. Gráf. Canton & Reille*. 203 p. com 8 gravuras.

*Estudos de medicina social; a função médico-social da escola primária; escolas ao ar livre; a merenda escolar.*

Departamento de Educação — Instruções às autoridades escolares. *São Paulo*. 1940. *Imprensa Oficial do Estado de São Paulo*. 36 p.

*Disposições legais e instruções, vigentes em setembro de 1939.*

Departamento de Educação do Estado de Minas Gerais — A homogeneização das classes e os resultados escolares em quatro anos (1935-1938). *Belo Horizonte*. 1940. In: *Revista do Ensino*, XIII, 73 p.

*Relatório de uma experimentação de classificação dos alunos por testes mentais, e dos resultados dessa classificação.*

DUARTE, Manuel — Palestras educativas. *Rio de Janeiro*. 1940. *Tip. Jornal do Comércio*. 135 p.

*Temas de educação cívica e moral.*

Escola Paulo de Frontin — O Externato de Educação Técnico-Profissional "Paulo de Frontin", no seu 22.º aniversário. *Rio de Janeiro*. 1940. *Tip. B. de Sousa*, 60 p.

*Memória histórica.*

Expressão cultural e social da Escola Politécnica de Pernambuco. *Re-*

*cife*. 1940. *Tip. Diário da Manhã*. 43 p.

*Discursos e entrevistas à imprensa.*

FAGUNDES, Antônio — Educação e Ensino (R. G. do Norte). 1940. *Imprensa Oficial*. 120 p.

*Coletânea de artigos.*

FONSECA, Corinto da — A Escola Ativa e os Trabalhos Manuais. 2.ª Ed. *São Paulo*. 1940. *Comp. Melhoramentos de São Paulo*. 155 p.

*Fundamentos pedagógicos dos trabalhos manuais, que o Autor considera como metodologia geral, no ensino primário e na aprendizagem profissional.*

FRANCA, Antônio — Organização da "Juventude Universitária". *Rio de Janeiro*. 1940. *Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito*. 37 p.

*Plano para organização de atividades educativas da mocidade.*

FREIRE, Anibal — A atualidade e o ensino. *Rio de Janeiro*. 1940. In: *Estudos e Conferências*, n.º 1. Departamento de Imprensa e Propaganda. 28 p.

*As condições de organização e as diretrizes do ensino brasileiro nos últimos anos.*

FREIRE, Araci Muniz — A orientação Educacional na Escola Secundária. *São Paulo*. 1940. *Comp. Editôra Nacional*. 129 p.

*Experiência de orientação educacional na Escola Amaro Cavalcanti, no Rio de Janeiro, nos anos de 1935 a 1939.*

FREITAS, M. A. Teixeira de — Dispersão Demográfica e Escolaridade. Rio de Janeiro, 1940. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 31 p.

*Estudo da capacidade real e capacidade virtual da escola primária brasileira, em face da densidade da população, variável de região a região do país.*

GRANDE, Humberto — Luta pela cultura. Rio de Janeiro, 1940. Edit. A Noite. 154 p.

*A cultura e a civilização na época atual.*

GUERRA, Odilon Pereira de Sousa — A nacionalização do ensino no Brasil. Rio de Janeiro, 1940. C. Sertaneja. 20 p.

*Ensaio sobre uma política de nacionalização do ensino.*

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — Organização do Ensino primário e normal. II — Estado do Pará. Rio de Janeiro, 1940. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde. 46 p.

*Súmula da legislação vigente e situação estatística no ano de 1937.*

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — Organização do ensino primário e normal. III — Estado do Maranhão. Rio de Janeiro, 1940. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde. 54 p.

*Súmula da legislação vigente e situação estatística no ano de 1937.*

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — Organização do ensino

primário e normal. IV — Estado do Piauí. Rio de Janeiro, 1940. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde. 44 p.

*Súmula da legislação vigente e estatística em 1937.*

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — Organização do ensino primário e normal. V — Estado do Ceará. Rio de Janeiro, 1940. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde. 56 p.

*Súmula da legislação vigente e situação estatística no ano de 1937.*

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — Organização do ensino primário e normal. VI — Estado do Rio Grande Norte. Rio de Janeiro, 1940. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde. 40 p.

*Súmula da legislação vigente e situação estatística no ano de 1937.*

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — Organização do ensino primário e normal. VII — Estado da Paraíba. Rio de Janeiro, 1940. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde. 32 p.

*Súmula da legislação vigente e situação estatística no ano de 1937.*

KEHL, Renato — Psicologia da Personalidade. Rio de Janeiro, 1940. Livraria Francisco Alves. 307 p.

*Guia de orientação psicológica; o temperamento e o caráter.*

LEÃO, A. Carneiro — A educação nos Estados Unidos. (Da chegada do

*Mayflower* ao dias presentes). Rio de Janeiro, 1940. *Jornal do Comércio*. 100 p. 438 gravuras e 6 gráficos.

*A política escolar na Europa e na América do Norte; razões essenciais de suas diferenças; os pioneiros da renovação escolar européia e sua fascinação pelo experimentalismo norte-americano.*

LEITE, J. Barbosa (Major) — Evolução da educação física na Escola Militar. Rio de Janeiro, 1940. In: "Formação" III. 20. 12 p.

*Histórico da educação física.*

LEME, Pascoal — Educação Supletiva. (Educação de adultos). Rio de Janeiro, 1940. *Tip. Jornal do Comércio*. 64 p.

*Fundamentos sociais; a educação de adultos no Brasil; uma experiência no Distrito Federal.*

LOURENÇO FILHO, M. B. — Tendências da educação brasileira. São Paulo, (1940). Edições Melhoramento. 164 p.

*A evolução educacional no Brasil, nas instituições e no pensamento pedagógico; aspectos da educação primária; educação e segurança nacional.*

— Psicologia da Aprendizagem e Instrução Militar. Rio de Janeiro, 1940. *Bib. de A Defesa Nacional*. 28 p.

*As novas teorias da aprendizagem e os regulamentos de instrução militar.*

— Estatística e Educação. Rio de Janeiro, 1940. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 23 p.

*A estatística, como instrumento de organização social da educação, e método nas pesquisas de ensino.*

— Alguns aspectos da educação primária. Rio de Janeiro, 1940. In: *Revista Brasileira de Estatística*. I, 4. 18 p.

*A educação primária brasileira sob os aspectos geográficos, demográfico, político-social, administrativo e de rendimento do ensino.*

LUZ FILHO, Fábio — Cooperativas escolares. 2.<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro, 1940. *Coeditora Brasileira*. 316 p.

*Os fundamentos do cooperativismo e sua aplicação no ensino; cooperativas escolares no país e no estrangeiro; legislação brasileira.*

MAIA E ALMEIDA, Maria da Glória — Orientação educacional a serviço de um ambiente escolar. Rio de Janeiro, 1940. *Tip. Batista de Sousa*. 64 p.

*Descrição de uma experiência realizada na Escola Paulo de Frontin, no Rio de Janeiro.*

MESQUITA, José de — Professores novos para um mundo novo. Cuiabá, 1940. Esc. Prof. Salesianos. 14 p.

*Oração de paravinho.*

MAGALHÃES, Lúcia — Evolução e situação atual do ensino secundário no Brasil. Rio de Janeiro, 1940. In: *Formação* III, 22. 12 p.

*Sumário histórico e apreciação do regime brasileiro.*

MARIA, Inês — Educação Sexual. Rio de Janeiro. 1940. Círculo Brasileiro de Educação Sexual. 92 p.

*O que me ensinaram; o que estou ensinando a meu filho.*

MARINHO, Inesil Pena — Psicologia da Educação Física Aplicada à Infância. Rio de Janeiro. 1940. Tip. da Companhia Sertaneja S. A. 15 p.

*Integração da cultura física num plano de educação geral.*

— Tabela para determinação dos valores tórax e abdome superior e inferior. Rio de Janeiro. 1940. Tip. Batista de Sousa, 10 p.

*Índices para determinação do biotipo em educação física, segundo medidas colhidas em várias regiões do país.*

— Educação Física. Rio de Janeiro. 1940. Tip. da Comp. Sertaneja S.A. (16 x 23). 22 p.

*Histórico e situação estatística atual da educação física nos estabelecimentos de ensino brasileiros.*

MENDONÇA, Edgar Sussekind de — Ensino e Cultura. Rio de Janeiro. 1940. In: *Estudos Brasileiros*, II, 12. 12 p.

*A escola secundária brasileira e a falta de articulação de seus cursos com os da preparação para as profissões técnicas.*

MIRANDA, Nicanor — Técnica do jogo infantil organizado. São Paulo. In: *Revista do Arquivo Municipal*, LXVI, 77 p. c/ 12 grav.

*Guia de orientação de jogos coletivos infantis; discussão de seus fundamentos psicológicos.*

MOACIR, Primitivo — O ensino comum e as primeiras tentativas de sua nacionalização na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. (1835-1888). *Pôrto Alegre*. 1940. Livraria do Globo. 14 p.

*Memória apresentada ao III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, reunido em Pôrto Alegre.*

— A Instrução e as Províncias. (3.º vol.). São Paulo. 1940. Comp. Editora Nacional. 592 p.

*Continuando o plano dos volumes anteriores, sobre a organização do ensino nas antigas províncias do Império, apresenta-se aqui a matéria referente a Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás.*

MUNIZ, C. T. — Educação pré-escolar — I. Brinquedos. Niterói. 1940. Gráf. Vasconcelos. 22 p.

*Estudo da importância do jogo na educação infantil.*

NEVES e SILVA, Maria Helena — O papel dos museus na vida moderna. Rio de Janeiro. 1940. In: *Formação III*. 28. 15 p.

*As funções dos museus como instituições de educação popular.*

NINA, Celina Airlie — Uma experiência brasileira de educação pré-primária. Rio de Janeiro. 1940. Canton & Reille. 60 p.

*Descrição de uma experimentação de ensino ativo realizada no jardim de infância do Instituto de Educação do Rio de Janeiro.*

O'SHEA (Dr.) — Como educar meu filho (Trad. do Dr. Fernando Tude de Sousa). Rio de Janeiro. 1940. José Olímpio. Ed. 351 p.

*Fundamentos e orientação educativa no lar.*

PEIXOTO, Afrânio e outros — Um grande problema nacional (Estudos sobre ensino secundário). Rio de Janeiro. 1940. Irmãos Pongetti, Editores. 347 p.

*Simposium preparado pela Associação Brasileira de Educação, sobre o ensino secundário brasileiro; resumo histórico.*

PEREGRINO JÚNIOR — Biotipologia Pedagógica — Rio de Janeiro. 1940. Livraria Odeon. 88 p.

*As classificações biotipológicas correntes e classificação original do A.*

RESENDE, Adauto — Organização de um serviço de finalidade médico-social para menores. Rio de Janeiro. 1940. Gráf. Sauer. 10 p.

*O serviço médico-social da seção de menores da Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro; seus resultados.*

RODRIGUES, José Bonifácio Martins — Algumas características do sistema educacional dos Estados Unidos. Rio de Janeiro. 1940. In: *Formação*. III. 21.

*As duas tendências principais da educação norte-americana: o sentido pragmático e o princípio democrático.*

Serviço de Estatística da Educação e Saúde — O ensino no Brasil em 1934. Rio de Janeiro. 1940. Ser-

*viço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde. 815 p.*

*Quadros estatísticos referentes à organização geral do ensino primário, organização didática e movimento escolar, em todo o país, no ano de 1934.*

SILVEIRA, Horácio A. — A escola técnica superior. (Publ. da Super. do Ensino Profissional do Estado de São Paulo). Santos. 1940. E. Rosa. 34 p.

*Exposição de um plano para a formação de técnicos necessários à indústria e ao comércio.*

SOUSA, Fernando Tude de (Dr.) — Educação e Opinião Pública. Rio de Janeiro. 1940. S/Edit. 72 p.

*Constituição de uma interpretação social da educação, como instrumento de boa administração escolar.*

Superintendência do Ensino Profissional de São Paulo — O ensino profissional no Brasil. Santos. 1940. Instituto E. Rosa. 66 p.

*Plano de organização do ensino profissional no Brasil.*

Superintendência do Ensino Profissional de São Paulo — Realização do ensino profissional em São Paulo (1930-1940). São Paulo. 1940. *Rev. dos Tribunais*. 52 p.

*Resenha histórica do ensino profissional do Estado de São Paulo, no decênio indicado.*

TOLEDO, Odete — Consolidação das leis Educacionais do Distrito Federal. Rio de Janeiro. 1940. Serviço de Divulgação do Departamento de Difusão Cultural. 486 p.

*Leis, decretos e regulamentos municipais, relativos ao sistema escolar do Distrito Federal e sua administração, vigentes em 31 de dezembro de 1939.*

Universidade de São Paulo. Abertura dos cursos universitários de 1940. São Paulo, 1940. S/Edit. 23 p.

*Oração do Reitor Rubião Meira e do Professor J. O. Monteiro de Camargo.*

VALADÃO, Haroldo — O ensino e o estudo do direito, especialmente do direito internacional privado, no Velho e no Mundo Novo. São Paulo, 1940. *Rev. dos Tribunais*, 258 p.

*Relatório de uma viagem de estudos a vários países da Europa e da América.*

VENÂNCIO FILHO, Francisco — A evolução da educação no Brasil. *Rio de Janeiro*, 1940. In: *Formação III*, 23.

*O autor divide o histórico da educação no Brasil, em cinco períodos: 1) da chegada dos jesuítas à sua expulsão; 2) de então, à chegada de D. João VI; 3) do início do Império à República; 4) da República à reforma do ensino, no Distrito Federal, em 1928, com Fernando de Azevedo; 5) dessa data aos nossos dias.*

VEIGA, A. César — A Ideologia na educação. *Rio de Janeiro*, 1940. *Civilização Brasileira*, S/A. 255 p.

*O equipamento inato e a aquisição social; a educação intencional sob a democracia involuída; as místicas do extremismo; a aprendizagem intensiva nos climas totalizantes.*

Questão (A) educacional no Japão. *Rio de Janeiro*, 1940. S/Edit. 204 p.

*A organização do ensino no Japão e seus resultados.*

## A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO MÊS DE JUNHO

### I — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

1 — E' publicado o Decreto número 15.706, de 30-5-944, que cassa a equiparação do curso de química industrial da Escola Técnica Visconde de Cairu, com sede no Distrito Federal.

1 — E' publicado o comunicado da Secretaria da Presidência da República que recomenda a adoção oficial das instruções sobre ortografia aprovadas pela Academia Brasileira de Letras na sessão de 12-8-943 e do seu Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, até solução definitiva da matéria.

2 — E' publicada a portaria n.º 228, de 5-5-944, do Ministro da Educação, que concede reconhecimento, sob regime de inspeção preliminar, ao curso ginasial do Ginásio Auxilium, com sede em Anápolis, Estado de Goiás.

3 — E' publicado o Decreto número 15.633, de 23-5-944, que concede reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginasial do Ginásio São Gonçalo, com sede em Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

6 — E' publicada a ata de 26-5-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 2.ª sessão da 2.ª reunião extraordinária do ano.

7 — E' publicada a portaria n.º 422, de 5-6-944, do Ministro da Agricultura,

que aprova instruções para o funcionamento de curso avulso de botânica.

7 — E' publicada a portaria n.º 423, de 5-6-944, do Ministro da Agricultura, que aprova instruções para o funcionamento do curso avulso de botânica a realizar-se no Jardim Botânico e destinado ao ensino popular da especialidade.

7 — E' publicado o despacho de 31-5-944, do Diretor da Divisão do Ensino Comercial, que muda a denominação da Escola de Comércio "Antônio Rodrigues Alves", com sede em Guaratinguetá, Estado de São Paulo, para "Escola Técnica de Comércio Antônio Rodrigues Alves".

7 — E' publicado o despacho de 31-5-944, do Diretor da Divisão do Ensino Comercial, que muda a denominação do Liceu Fluminense, com sede em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, para "Escola Técnica de Comércio Princesa Isabel".

7 — E' publicado o despacho de 31-5-94, do Diretor da Divisão do Ensino Comercial, que muda a denominação da Escola de Comércio de Araraquara, com sede em Araraquara, Estado de São Paulo, para "Escola Técnica de Comércio de Araraquara".

7 — E' publicado o despacho de 31-5-944, do Diretor da Divisão do Ensino Comercial, que muda a denomina-

ção do Liceu São Paulo, com sede em Santos, Estado de São Paulo, para "Escola Técnica de Comércio São Paulo".

7 — E' publicado o despacho de 31-5-944, do Diretor da Divisão do Ensino Comercial, que muda a denominação da Escola de Comércio do Ginásio N. S. das Graças, com sede em Parnaíba, Estado do Piauí, para "Escola Técnica de Comércio N. S. das Graças".

7 — E' publicado o despacho de 31-5-944, do Diretor da Divisão do Ensino Comercial, que muda a denominação da Academia de Comércio de Bebedouro, com sede em Bebedouro, Estado de São Paulo, para "Escola Técnica de Comércio de Bebedouro".

7 — E' publicado o despacho de 31-5-944, do Diretor da Divisão do Ensino Comercial, que muda a denominação da Escola Meridional de Comércio, com sede no Distrito Federal, para "Escola Técnica de Comércio de Botafogo".

7 — E' publicado o despacho de 31-5-944, do Diretor da Divisão do Ensino Comercial, que muda a denominação da Escola de Comércio do Liceu Imaculada Conceição, com sede em Nova Lima, no Estado de Minas Gerais, para "Escola Técnica de Comércio do Liceu Imaculada Conceição".

7 — E' publicado o despacho de 31-5-944, do Diretor da Divisão do Ensino Comercial, que muda a denominação do Instituto Comercial de Rio Claro, com sede em Rio Claro, Estado de São Paulo, para "Escola Técnica de Comércio Professor Artur Bilac".

7 — E' publicado o despacho de 31-5-944, do Diretor da Divisão do Ensino Comercial, que muda a denominação do Instituto La Salle, com sede em

Carázinho, Estado do Rio Grande do Sul, para "Escola Técnica de Comércio La Salle".

9 — E' publicado o Decreto-lei n.º 6.564, de 7-6-944, que dispõe sobre reforma, por incapacidade física, de alunos da Escola Militar, da Escola de Intendência e das Escolas Preparatórias.

9 — E' publicada a portaria número 276, de 6-6-944, do Ministro da Educação, que dispõe sobre preços que os estabelecimentos de ensino deverão cobrar a seus alunos.

10 — E' publicado o Decreto-lei número 6.574, de 8-6-944, que dispõe sobre a definitiva localização da Universidade do Brasil e declara de utilidade pública os prédios e terrenos da Vila Valqueire, no Distrito Federal.

10 — E' publicado o Decreto número 15.719, de 31-5-944, que concede reconhecimento ao curso de didática mantido pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Paraná, com sede em Curitiba, no Estado do Paraná.

12 — E' publicada a portaria número 141, de 7-6-944, do Ministro da Aeronáutica, que abre inscrição entre engenheiros e alunos das escolas de engenharia do 3.º ano, ou superior, para a matrícula nos cursos mencionados, no Massachusetts Institute of Technology (M.I.T.), de Boston, Estados Unidos.

12 — E' publicada a ata de 31-5-944, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 3.ª sessão da 2.ª reunião extraordinária do ano.

12 — E' publicada a decisão do Conselho Universitário de 6-6-944, que aprova modificações do regimento interno da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

15 — E' publicada a portaria n.º 804, de 13-6-944, do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, que cria, na Divisão de Aperfeiçoamento, um Curso Extraordinário de Preparação para Assistente de Pessoal, e aprova as instruções para o seu funcionamento.

16 — E' publicado o Decreto-lei número 6.588, de 15-6-944, que transfere para 1 de julho de 1945 a instalação conjunta da 6.ª sessão ordinária das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

16 — E' publicado o Decreto número 15.582, de 16-5-944, que concede reconhecimento a diversos cursos da Escola Superior de Educação Física, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

17 — E' publicada a portaria número 268, de 2-6-944, que concede inspeção preliminar ao curso técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio de Caxias do Sul, com sede em Caxias, Estado do Rio Grande do Sul.

19 — E' publicado o aviso n.º 49, de 14-6-944, do Ministro da Aeronáutica, que autoriza a Escola de Aeronáutica a organizar um curso constante das matérias de instrução fundamental no curso de formação de oficiais aviadores.

19 — E' publicada a portaria número 147, de 14-6-944, do Ministro da Aeronáutica, que altera redação dos artigos 48 e 49 do Capítulo IV das instruções para o funcionamento do C.P.O.R.Aer., aprovadas pela portaria n.º 47, de 7-2-944.

22 — E' publicado o Decreto número 15.181, de 29-3-944, que dispõe sobre o reconhecimento da Escola Indus-

trial N. S. do Calvário, com sede em Catanduva, Estado de São Paulo.

23 — E' publicada a portaria número 269, de 5-6-944, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial de Juazeiro, com sede em Juazeiro, Estado do Ceará.

23 — E' publicada a portaria número 273, de 6-6-944, do Ministro da Educação, que cassa, a pedido, a inspeção preliminar concedida aos cursos propedêutico e de guarda-livros da Escola de Comércio anexa ao Instituto Cruzeiro, com sede em Cruzeiro, Estado de São Paulo.

23 — É publicada a portaria número 274, de 6-6-944, do Ministro da Educação, que cassa, a pedido, a inspeção preliminar concedida ao curso de secretário da Escola Técnica de Comércio Benjamim Constant, com sede na Capital do Estado de São Paulo.

23 — É publicada a portaria número 275, de 6-6-944, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico e técnico de secretário da Escola Técnica de Comércio Imaculada Conceição, com sede em Corumbá, Estado de Mato Grosso.

24 — E' publicado o Decreto número 15.899, de 22-6-944, que exclui dos efeitos do Decreto-lei n.º 4.166, de 11-3-942, o "Colégio Visconde de São Leopoldo" e a "Sociedade Civil Colégio Visconde de São Leopoldo", ambos na Capital do Estado de São Paulo.

26 — E' publicado o Aviso n.º 1.673, de 23-6-944, do Ministro da Guerra, que dispõe sobre os Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva.

27 — É publicado o Decreto número 15.720, de 31-5-944, que concede reconhecimento aos cursos de engenheiros

eletricistas e químicos industriais da Escola Politécnica da Bahia.

28 — E' publicado o Decreto-lei número 6.628, de 26-6-944, que eleva o padrão de vencimentos de professor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

28 — E' publicado o Decreto número 15.898, de 22-6-944, que promulga o Convênio Cultural entre o Brasil e o Chile, firmado em Santiago do Chile a 18-11-941.

28 — E' publicada a portaria número 824, de 23-6-944, do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, que cria, nos Cursos de Administração da Divisão de Aperfeiçoamento, um Curso Extraordinário de Biblioteconomia e aprova as instruções para seu funcionamento.

## II — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

1 — E' publicada a Resolução número 6, de 31-5-944, do Secretário Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, que determina a execução do plano para a adaptação das escolas técnicas masculinas do Departamento de Educação Técnico-Profissional aos preceitos da legislação sobre o ensino industrial.

2 — E' publicado o Decreto-lei número 861, de 25-5-944, do Estado do Maranhão, que abre crédito especial para despesas com o Instituto de Educação, reorganizado pelo Decreto-lei n.º 826, de 30-12-943.

3 — E' assinado o Decreto do Governo do Estado do Amazonas que suspende o período de férias de junho nos cursos primário e normal, em vista do retardamento da abertura das aulas no corrente ano.

3 — E' publicado o Decreto-lei número 788, de 31-5-944, do Estado do Piauí, que comissiona um funcionário estadual para especializar-se em defesa civil nos cursos instituídos no Rio.

3 — E' publicado o Decreto n.º 1.137, de 2-6-944, do Estado do Rio de Janeiro, que fixa a mensalidade das bolsas de estudo instituídas para os alunos fluminenses matriculados na Escola Nacional de Educação Física e Desportos e na Escola de Enfermeiras "Ana Néri".

4 — E' publicada a deliberação número 91, de 3-6-944, do Estado do Rio de Janeiro, que dá a denominação de "Presidente Benes" à escola primária de Lídice, município de Itaverá.

4 — E' publicado o Decreto-lei número 1.158, de 3-6-944, do Estado do Rio de Janeiro, que declara de utilidade pública o terreno situado na ilha da Gipóia, município de Angra dos Reis, para construção da Escola "Lopes Trovão".

6 — E' publicado o Decreto número 15.615, de 3-5-944, do Estado do Espírito Santo, que define o regime de notas, revisões, exames e promoções do ensino normal oficial, equiparado ou reconhecido, e dá outras providências.

6 — E' publicado o Decreto número 1.043, de 31-5-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que cria um grupo escolar de 3.º estágio na cidade de Pelotas, o qual receberá o nome de "Joaquim Ferreira de Melo".

7 — E' publicado o Decreto número 112, de 3-6-944, do Estado do Pará, que cria uma escola auxiliar mista na Rodovia Maracanã-Iguapé-Açu, no município de Maracanã.

10 — E' publicado o ato do Departamento de Educação do Estado do

Rio de Janeiro, que autoriza a criação de uma caixa escolar autônoma no 7.º Distrito e outra em São João do Paraíso, respectivamente, municípios de Barra do Pirai e Cambuci.

10 — E' publicada a deliberação número 92, de 9-6-944, do Estado do Rio de Janeiro, que dá a denominação de "Miguel Couto" e "Jansen de Melo" respectivamente aos grupos escolares de Cabo Frio e Sumidouro.

10 — E' publicada a deliberação número 93, de 9-6-944, do Estado do Rio de Janeiro, que dá a denominação de "Manuel Duarte" ao grupo escolar do município de Rio das Flores.

10 — E' publicado o Decreto número 1.046, de 9-6-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que dá a denominação de "Ernesto Ribeiro" ao grupo escolar de Ibaré, município de Lavras.

10 — E' publicado o Decreto número 1.047, de 9-6-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que cria uma escola isolada de 1.º estágio no lugar denominado "Quebradas", em Itapuã, Viamão.

10 — E' publicado o Decreto número 1.048, de 9-6-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que cria uma escola isolada de 1.º estágio no lugar denominado "Paraíso", município de Ganguçu.

11 — E' publicado o Decreto número 113, de 7-6-944, do Estado do Pará, que transforma em escola isolada a atual escola auxiliar mista de Barraca, município de Marapanim.

11 — E' publicado o Decreto número 114, de 7-6-944, do Estado do Pará, que transforma em isoladas várias escolas reunidas do interior do Estado.

13 — E' publicado um decreto do Governo do Estado de Sergipe, que autoriza a aquisição de um terreno

em Aracaju, para construção do prédio do Colégio Estadual.

14 — E' publicado o ato do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro, que autoriza a criação de uma caixa escolar autônoma em Mendes, município de Barra.

14 — O Diretor do Departamento de Educação concede subvenção à escola diurna "Santo Inácio", município de Trajano de Moraes (Rio de Janeiro).

14 — E' publicado o Decreto de 13-6-944, do Estado de São Paulo, que cria os grupos escolares de Bela Floresta (Novo Oriente), em Pereira Barreto, e de Jalés, em Tanabi.

14 — E' publicado o Decreto número 1.051, de 13-6-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de Cr\$ 120.000,00 à Reitoria da Universidade para ser empregado nas excursões de estudantes das diversas escolas que compõem essa Universidade.

15 — E' publicado o Decreto-lei número 2.939, de 13-6-944, do Estado de Alagoas, que autoriza o Governo do Estado a doar ao Governo Federal uma área de terreno situado no Tabuleiro do Pinto, município de Maceió.

15 — E' publicado o Decreto-lei número 430, de 13-6-944, do Estado de Sergipe, que abre crédito especial para ocorrer às despesas com a construção de um pavilhão na Cidade de Menores "Getúlio Vargas", de um pôsto de puericultura em Propriá, e de outro em Simão Dias.

15 — E' publicado o Decreto número 14.030, de 14-6-944, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "Diogo Ribeiro" ao grupo escolar de Prainha.

16 — E publicado o Decreto número 22, de 5-2-944, do Estado do Pará, que aprova o Regulamento do Ensino Primário do Estado.

17 — E publicado o Decreto n.º 118, de 14-6-944, do Estado do Pará, que cria uma escola auxiliar mista na Colônia Chicano, no município de Ananindeuá.

17 — E' publicada a Circular número 414, de 15-6-944, da Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado do Maranhão, que determina o comparecimento dos diretores e responsáveis dos estabelecimentos de ensino estaduais ao Departamento de Estatística, para orientação do levantamento estatístico escolar.

17 — E' publicado o Decreto-lei número 863, de 15-6-944, do Estado do Maranhão, que cria cargos em comissão e extingue funções gratificadas em estabelecimentos estaduais de ensino.

18 — O Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro publica instruções sobre a distribuição de alimentos e materiais para escolares, pelo Serviço de Propaganda e Educação Sanitária do Departamento de Saúde.

19 — E' publicado o Decreto número 1.054, de 19-6-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede à Associação Cooperadora da Escola uma subvenção de Cr\$ 10.000,00 para manutenção da sopa escolar nas escolas primárias.

20 — Por despacho do Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro, é autorizada a escolha do terreno no município de Nova Friburgo para construção do prédio da 1.ª Escola Normal Rural do Estado.

21 — E' publicado o Decreto número 1.731, de 20-6-944, do Estado do Rio

de Janeiro, que cria 3 cargos da classe A na carreira de professor do ensino primário.

21 — E' publicado o Decreto-lei número 14.037, de 20-6-944, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre matrícula nos institutos da Universidade de São Paulo.

21 — E' publicado o Decreto número 1.055, de 20-6-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede aos bacharelados de Administração e Finanças da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre um auxílio de Cr\$ 10.000,00 para uma excursão de estudos.

22 — E' publicada a Resolução número 8, de 21-6-944, do Prefeito do Distrito Federal, que dá o nome de "Rachel Haddock Lobo", à Escola de Enfermeiras criada pelo Decreto-lei número 6.275, de 16 de fevereiro de 1944, na Prefeitura do Distrito Federal.

22 — E' publicado o Decreto número 14.042, de 21-6-944, do Estado de São Paulo, que concede os seguintes auxílios: 100.000 cruzeiros ao Ginásio Municipal de Cajuru; 20.000 cruzeiros ao Centro Acadêmico "Oswaldo Cruz"; 20.000 cruzeiros para as obras de assistência cultural da Prefeitura de Apiaí; 100.000 cruzeiros à Escola de Comércio de Pirassununga; 50.000 cruzeiros à Associação de Assistência à Infância de Santos e 50.000 cruzeiros à Fundação Paulista de Assistência à Infância.

22 — E' publicado o Decreto número 1.057, de 21-6-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede aos bacharelados da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Porto Alegre um auxílio de Cr\$ 10.000,00 para uma excursão.

22 — E' publicado o Decreto número 1.058, de 21-6-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede à União Estadual de Estudantes um auxílio de Cr\$ 17.000,00 destinado à representação dessa entidade no VI Congresso Nacional dos Estudantes, a realizar-se no Rio de Janeiro.

23 — E' publicado o Decreto número 208, de 21-6-944, do Estado do Maranhão, que concede subvenções e auxílios a estabelecimentos de ensino e associações assistenciais.

23 — E' publicado o Decreto-lei número 867, de 21-6-944, do Estado do Maranhão, que autoriza o Governo do Estado a doar Obrigações de Guerra e outros bens à fundação que se constituir para manter uma Faculdade de Direito, uma Faculdade de Farmácia e Odontologia e outros cursos de ensino superior em São Luís.

23 — E' publicado o Ato n.º 937, de 22-6-944, do Estado de Pernambuco, que dá aos novos grupos escolares criados no Estado os seguintes nomes: "Dom Vital", "Joaquim Nabuco" e "Professor Vicente da Silva Monteiro".

23 — E' publicado o ato do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que reúne a Escola Típica Rural de Valério, no município de Cachoeira e Macacu, à escola isolada da Fazenda Brasil, no mesmo município.

24 — E' publicado o Decreto número 1.059, de 23-6-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que cria uma escola de 1.º estágio em Capivari, município de Eneuzilhada.

24 — E' publicado o Decreto número 1.060, de 23-6-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre as férias de inverno nos estabelecimentos de ensino do Estado.

25 — E' publicado o Decreto número 120, de 22-6-944, do Estado do Pará, que transforma o grupo escolar de Mocajuba em duas escolas isoladas.

25 — O Governo do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção à escola noturna "Imaculada Conceição", localizada em Vergel.

25 — O Governo do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção à escola "Usina de Santa Maria", município de Campos.

26 — É publicado o Decreto número 209, de 23-6-944, do Estado do Maranhão, que concede subvenções a estabelecimentos de ensino e a associações culturais e de assistência.

26 — É assinada a portaria n.º 245, da Secretaria do Interior do Estado de Pernambuco, que localiza uma classe de ensino primário de 4.ª entrância, na Casa do Pequeno Jornaleiro e dá outras providências.

26 — E' publicado o Decreto número 1.063, de 26-6-944, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede à Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade de Porto Alegre um auxílio de Cr\$ 30.000,00.

27 — E' assinada a portaria número 246, da Secretaria do Interior do Estado de Pernambuco, que designa professores para o curso de diretores de grupos escolares da Capital.

28 — E' publicado o Decreto número 7.815, de 26-6-944, do Prefeito do Distrito Federal, que reorganiza a Escola de Teatro do Departamento de Difusão Cultural da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal.

29 — E' publicado o ato do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que per-

mite à escola "Presidente Benes" de Lídice, município de Itaverá, funcionar em regime de grupo escolar.

29 — E' publicado o Decreto número 14.058, de 28-6-944, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "Dr. Samuel de Castro Neves", ao grupo escolar de Santana, em Piracicaba.

29 — E' publicado o Decreto número 14.059, de 28-6-944, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de "Professor José Augusto de Azevedo Antunes", ao 1.º grupo escolar de Santo André.

### III — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

6 — E' publicado o Decreto-lei número 2, de 8-4-944, da Prefeitura de Santa Filomena (Piauí), que anula a verba consignada à educação pública, no orçamento do ano corrente, e considera em vigor o Convênio Estadual de Ensino Primário.

10 — E' publicado o Decreto-lei número 52, de 17-12-943, da Prefeitura de Campo Maior (Piauí), que ratifica o Convênio Estadual de Ensino Primário.

20 — A Prefeitura Municipal de Aripunã (Mato Grosso) cria uma escola rural mista com a denominação de "Getúlio Vargas".

23 — A Prefeitura Municipal de Barra dos Bugres (Mato Grosso) cria uma escola rural mista com a denominação de "Getúlio Vargas".

24 — E' publicado o Decreto-lei número 1, de 10-2-944, da Prefeitura de Ribeiro Gonçalves (Piauí), que ratifica o Convênio Estadual de Ensino Primário.

### IV — NOTICIÁRIO

1 — Inicia-se para o professorado municipal, de acôrdo com a reforma do ensino primário do Distrito Federal, o Curso de Marinbaria, Pesca e Piscicultura.

1 — A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro comemora o 25.º aniversário de sua fundação.

1 — Noticia-se que a União Norteriograndense de Estudantes está promovendo em Natal a Campanha do Livro para formação de uma biblioteca.

1 — A Legião Brasileira de Assistência distribui roupa e material escolar entre as meninas do asilo do Coxipó da Ponte (Mato Grosso).

2 — Encerra-se a 14.ª Missão Ruralista Escolar em Paulista (Pernambuco).

2 — E' fundado o Clube de Professores de Jaboticabal (São Paulo).

3 — E' fundada a Associação dos Professores de Copacabana, no Distrito Federal.

3 — Noticia-se que o município de José Bonifácio (Rio Grande do Sul) mantém 82 escolas com 124 professores e 5.647 alunos matriculados.

4 — Noticia-se que o Instituto Santa Luzia com sede em Pôrto Alegre (Rio Grande do Sul) mantém em internato 52 crianças cegas.

5 — Noticia-se que foi iniciado em João Pessoa (Paraíba) um curso de Educadoras Sanitárias.

5 — O Dr. J. P. Coelho de Souza reassume o cargo de Secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul.

6 — Noticia-se que foi fundado, em João Pessoa (Paraíba), o Instituto de Cegos.

10 — E' inaugurado o grupo escolar "Presidente Benes", em Lídice, no município de Itaverá (Rio de Janeiro).

11 — Noticia-se que foram fundadas cooperativas escolares em Jessiappe e em Abaira (Bahia).

12 — Noticia-se que foi instalada a escola de Batatal em Mangaratiba (Rio de Janeiro).

14 — Noticia-se que foi terminada a construção de um grupo escolar modelo em Manaus (Amazonas), cujas obras foram custeadas pelo Governo Estadual.

14 — O Secretário da Educação e Saúde escolhe terreno em Colatina (Espírito Santo), para construção do edifício da 1.ª Escola Normal Rural do Estado.

14 — Noticia-se o início da construção do prédio destinado à Escola de Enfermagem de São Paulo, orçada em Cr\$ 7.500.000,00.

14 — E' publicada a notícia de que 4.000 crianças recebem instrução em estabelecimentos mantidos pela Prefeitura Municipal de Uberaba (Minas Gerais).

14 — Noticia-se que durante o ano de 1943, foram distribuídos mais de um milhão de pratos de sopa e de merendas entre os alunos pobres dos grupos escolares de Belo Horizonte (Minas Gerais).

15 — Noticia-se que em Parnaíba (Piauí), foi instalado um curso de enfermeiras visitadoras.

15 — Noticia-se que se acha em construção em Caxias (Rio Grande do Sul)

o prédio destinado à Escola de Aprendizagem Industrial.

16 — Noticia-se que 602.598 crianças estão matriculadas nos 7.687 estabelecimentos de ensino primário existentes no Estado de São Paulo.

17 — O Secretário de Educação e Saúde do Estado do Espírito Santo faz entrega das primeiras bolsas de estudo, instituídas pela resolução número 325, de 13-3-944, a alunos do Curso de Formação de Professores da Escola Normal.

17 — Inaugura-se em Pôrto Alegre (Rio Grande do Sul) o Teatro Popular Anchieta.

18 — E' lançada a pedra fundamental da Escola Industrial Salesiana (Mato Grosso).

18 — Falece o Major Firmo Rodriguez, professor do Liceu Cuiabano e do Liceu Salesiano de Cuiabá (Mato Grosso).

21 — Noticia-se que o Governo paraense distribuiu livros e apetrechos escolares a todas as crianças pobres de Belém.

22 — E' lançada a pedra fundamental do prédio da Escola "Costa Rica", doada à ilha do Governador (Distrito Federal) pelo *Rotary Club*.

22 — Noticia-se que a Legião Brasileira de Assistência doou à Congregação das Irmãs Missionárias casa e terreno para fundação em Teresina (Piauí), de um reformatório que funcionará como escola doméstica.

22 — Noticia-se que atinge a 63 o número de projetos de prédios escolares a serem construídos em vários municípios do Estado de São Paulo.

22 — E' lançada a pedra fundamental do Colégio Maria Auxiliadora em Cuiabá (Mato Grosso).

23 — E' assinado o convênio entre a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, para incorporação desta à futura Universidade Mauá.

23 — Noticia-se que as professorandas mineiras, atualmente em viagem de intercâmbio ao Estado do Rio de Janeiro, visitaram as instituições educacionais do Estado.

23 — Está anunciada para o dia 25 de agosto a abertura do II Congresso Colegial de Educação Física, a realizar-se em Niterói (Rio de Janeiro).

23 — Noticia-se que o Prefeito Municipal de Tôrres (Rio Grande do Sul) introduziu vários melhoramentos nas escolas municipais.

25 — Noticia-se que foi criado em Teresina (Piauí), sob os auspícios da Legião Brasileira de Assistência, o Patronato "Dom Barreto", estabelecimento de ensino profissional e artes femininas.

25 — E' publicada a notícia da convocação dos Delegados de Ensino e Orientadores de ensino elementar pela Secretaria de Educação e Cultura do

Rio Grande do Sul, para uma série de reuniões e um curso de revisão.

25 — E' comemorado no Estado do Rio Grande do Sul, com programas educativos, o "Dia do Trigo".

28 — Noticia-se que o Governo do Estado da Paraíba criou duas escolas reunidas na vila de Bayeux, antiga Barreiras.

29 — Noticia-se que há atualmente em funcionamento no interior do Estado do Maranhão 40 grupos escolares, 770 escolas de curso elementar e 60 de curso complementar, num total de 870 escolas.

29 — Noticia-se a abertura da exposição estatística dos trabalhos realizados pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, sob a gestão do Dr. J. P. Coelho de Souza.

30 — E' publicada a notícia de que as cooperativas escolares de Santa Catarina contam com 2.995 associados.

30 — Noticia-se que o número de matrículas nas escolas primárias do Território de Ponta Porã é superior a 4.000.

## INFORMAÇÃO DOS ESTADOS

### GOIÁS

Em cumprimento ao Convênio Nacional de Ensino Primário, o orçamento do Estado registra, para o corrente ano, para as escolas primárias, dotações na importância de ..... Cr\$ 4.503.467,00.

As mesmas dotações no ano de 1943 eram apenas de Cr\$ 1.738.872,00.

### MINAS GERAIS

Sobre o desenvolvimento educacional em Minas Gerais, o Sr. Eliseu Latorne e Vale, Chefe do Departamento de Educação do Estado, teve ocasião de fazer interessantes declarações, de que destacamos estes trechos:

"Computando-se, como população em idade escolar, a compreendida entre 7

e 12 anos, a de Minas seria cerca de 750.000 almas. A matrícula das escolas estaduais, municipais e particulares oscila em torno de meio milhão, ou sejam, aproximadamente, dois terços da população escolar. Em outras palavras: a escola mineira atenderia a 66% da nossa infância. À primeira vista, seria lógico supor que a escola alfabetizasse igual percentagem de crianças. Nada obstante, é sabido que, no Brasil, a taxa dos que recebem as menses da escola se revela sensivelmente menor. Explica-se o fato pela repetência, a que se aliam outras causas, e, sobretudo, altos contingentes de crianças que deixam a escola como entraram: analfabetas.

Esta simples verificação, somada a considerações de ordem cultural, social e econômica, ocasionou funda modificação na política educacional do Estado.

Começou o Governo por encarar o problema do ensino como sendo principalmente um problema de profundidade e acessoriamente de superficialidade. O sentido de sua solução seria, portanto, marcadamente vertical. Com este pensamento, deu-se, a nosso ver, o primeiro e decisivo passo. O Governo de Minas, por meados de 1938, lançou a reforma da Secretaria da Educação. Muito certamente, advieram extensas e íntimas modificações no organismo escolar.

A sabedoria da reforma está, pensamos, na separação, quanto possível, da Secretaria em dois hemisférios: um administrativo e outro técnico. Hemisférios que, como os da terra, se juntam e se superpõem na formação de uma unidade.

Os abalos e choques, via de regra, resultantes de interesses e pretensões das partes, nascem, vivem e morrem na vertente administrativa da repartição, sem maiores reflexos sobre as funções de que se investe a parte técnica.

Esta estrutura permitiu proveitosa influência nos destinos do ensino. De fato, a reforma criava o Departamento de Educação, órgão técnico da Secretaria, incumbido, entre o mais, de controlar e orientar a escola mineira.

Normas de trabalho, medidas e processos modernos de ensino, colaboração ativa e constante com as escolas, em regime de entendimento cordial; o exame da situação de cada unidade, com o fim de, apontando-lhe as falhas, indicar-lhe igualmente o remédio; o programa de valorização do magistério, com o enaltecimento do mister de educar; o propósito sempre assegurado de favorecer o professorado com freqüentes instruções relativas ao ensino; a difusão entre os mestres de publicações concernentes à técnica e à administração escolar, enfim, largo acervo de medidas bem acolhidas, porque fruto de experiências da própria escola, criaram atmosfera propícia ao fim visado, que é dar à escola mineira as características de uma escola de educação. Escola em que — diga-se de passagem — alfabetizar e instruir são peças de um processo mais amplo e vigoroso, como o de preparar o indivíduo para a vida, para o cumprimento consciente dos deveres sociais e cívicos e para o exercício esclarecido de seus direitos.

Cumpra ainda referir: o Regulamento do Ensino Primário, sem favor obra de grande fôlego do Sr. Francisco Campos, pode-se dizer que, em seus capítulos mais interessantes, os pedagógicos propriamente ditos, só foi, em grande parte, executado, depois que a Secretaria da Educação se habilitou a fazê-lo. Princípios de alta relevância educativa ali dormiam como se os emoldurasse a quietação serena dos arquivos.

Graças à reforma, a Secretaria pôde infundir-lhes movimento, ação, efetividade.

Outra consequência foi a intensificação do amparo à criança pobre, traduzido em impressionante aumento de merendas escolares, distribuição de uniformes e material escolar, pela assistência médica a elevado número de crianças e, bem assim, em várias localidades, pela alta frequência aos gabinetes dentários.

E' que, entre os itens de mais alto sentido do programa traçado ao Departamento de Educação, se assinalam os de orientação ao ensino, contróle do trabalho e do rendimento escolar e assistência ao aluno pobre.

Fatos de notória significação concretizam as palavras que acabamos de alinhar. Avançamos em qualidade, sem demérito, ao contrário, com reais proveitos, sob o ponto de vista da quantidade. Os dados evidenciam como, na melhoria do ensino, no seu tratamento predominantemente intensivo, na relativa fuga à superfície para se ganhar em altura, se encontra o mais adequado e consentâneo encaminhamento do problema do ensino primário comum, para uma solução lógica, eficaz e digna do apêço que devotamos ao ser humano.

Isto pôsto, vamos aos fatos: nos estabelecimentos estaduais de ensino primário comum, a matrícula geral, em 1938, foi de 258.766 alunos, sendo em número de 16.082 as conclusões do curso e de 99.576 as aprovações em geral. Em 1942, subiam a matrícula inicial a 287.430, as conclusões do curso a 23.203 e as aprovações em geral a 133.117. Cotejados os extremos do quinquênio, nota-se que o acréscimo na

matrícula inicial de 1942 beneficiou 28.664 crianças, ao mesmo passo que as conclusões do curso acusavam aumento de 7.121 e as aprovações em saldo de 37.541. Sobre a matrícula efetiva, as aprovações em geral, de 1938 e 1942, as percentagens foram, respectivamente, de 44,7% e 56,3%.

1938 — Matrícula geral, 258.766 — Matrícula efetiva, 222.415 — Aprovações em geral, 95.576 — 44,7% — Conclusões de curso, 16.082.

1942 — Matrícula geral, 287.430 — Matrícula efetiva, 236.236 — Aprovações em geral, 133.117 — 56,3% — Conclusões de curso, 23.203.

Os dados de 1942 estão sujeitos a retificação.

Antes, porém, de irmos adiante, vale informar que os processos de apuração do rendimento escolar, conforme documentação existente, conquistam, de ano para ano, novos foros de objetividade e rigor.

"Conclusões de curso" e "Aprovações em geral", à base de promoções e aprovações, encerrando exigências crescentes, indicam, mesmo estabilizadas, melhoria no ensino. Traduzindo-se, entretanto, por linha ascensional, como é o nosso caso, significa plena vitalidade educativa.

As cifras, que acabamos de citar, nos dão uma curva nitidamente ascendente que bem retratam a característica fundamental da política educacional do Estado: ganhar em qualidade".

#### PARAÍBA

No corrente ano, estão em funcionamento no Estado, 59 grupos escolares. Dez desses estabelecimentos estão localizados em João Pessoa; cinco, na

cidade de Campina Grande, e igual número na de Mamanguape.

Dos 39 restantes, 34 estão localizados em sedes de município e, 15, em sedes de distrito.

#### SANTA CATARINA

O Governo do Estado empreende estudos para a construção de novos edifícios destinados ao Instituto de Educação e escolas anexas. Com o fim de observar as novas construções escolares de São Paulo e do Distrito Fede-

ral, viajou o Dr. Ivo d'Aquino, Secretário da Justiça e da Educação.

#### SERGIPE

Ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o Departamento de Educação do Estado de Sergipe comunicou estarem funcionando, no corrente ano, nesse Estado, 20 grupos escolares e 7 escolas-reunidas.

Cinco grupos escolares funcionam em Aracajú e, os restantes, no interior do Estado.

### INFORMAÇÃO DO ESTRANGEIRO

#### CUBA

Funciona em Cuba, sob a orientação da Faculdade de Educação da Universidade de Havana, uma "clínica de leitura".

O objetivo desse serviço é contribuir para a melhoria do processo da leitura mediante a investigação e a descoberta das causas que impedem a aprendizagem da mesma, bem como a solução para as suas deficiências.

Para isso, a referida clínica, que serve aos alunos das escolas públicas e particulares de Havana, dispõe dos mais modernos aparelhos e de uma biblioteca especializada.

Os estudantes da Faculdade de Educação utilizam-se desse órgão para as suas pesquisas.

#### ESTADOS UNIDOS

E' cada vez maior o interesse demonstrado, nos Estados Unidos, pela língua portuguesa.

Na grande República, 34 Estados mantêm o ensino de nosso idioma, ha-

vendo cursos em 83 instituições universitárias além dos particulares ou não conhecidos. Nesses cursos, lecionam 121 professores, cuja relação é a seguinte:

ARIZONA — University<sup>a</sup> of Arizona, Tucson — John Brooks; CALIFORNIA — Fresno State College, Fresno — Carlos A. Rojas; Pomona College, Claremont — James W. Crowell, Margaret Husson; Stanford University — Hélio Costa, Ronald Hilton; University of California (Berkeley) — Leo Kirschenbaum, Yakow Malkiel; University of California (Los Angeles) — M. A. Zeltlin. COLORADO — Colorado College, Colorado Springs — Krank M. Chambers, Mark Skidmore, University of Colorado, Boulder — Ralph E. Warner. CONNECTICUT — Hartford Seminary Foundation, Hartford — Rev. Ralph E. Dodge; Yale University, New Haven — C. M. Batchelor, Raymond T. Hill. DISTRICT OF COLUMBIA — Catholic University of America — Manuel Cardoso; George Washington University — Raul d'Eça, Henry Grattan Doyle; Howard Uni-

versity — V. B. Spratlin — 839 17th St. Room 804; Margarida F. Reno — 211 Annex Bldg., Congressional Library — Robert C. Smith, Jr. FLORIDA — Florida St. College for Women, Tallahassee — Nellie Dolby, Clara Jardim. GEORGIA — Agnes Scott College Decatur — Melissa A. Cilley; Emory University — Charles R. Hart. ILLINOIS — Northwestern University, Evanston — H. H. Carter, J. G. Fucilla, Alfred Hower, Harvey Johnson, E. B. Place; University of Chicago, Chicago — Flávio M. N. de Campos; University of Illinois, Urbana — G. Guimarães, A. Hamilton, L. Hejtmanek, H. R. Kahane; 704 W. California Ave., Urbana — J. H. D. Allen, Jr. INDIANA — Indiana University, Bloomington — Agápio Rey, G. D. Wilbern; Purdue University, Lafayette — Edin Brenes; Saint Mary-of-the-Woods College, Saint Mary-of-the-Woods — Matilde Caranza; University of Notre Dame, Walter M. Langford. IOWA — State University of Iowa, Iowa City — Jerônimo Mallo. KANSAS — Marymount College, Salina — Sister M. Alberta Savoie; University of Kansas, Lawrence — L. L. Barrett, José M. Osma. LOUISIANA — Louisiana State University, University, — Daniel S. Wogan; Loyola University New Orleans — Werner Peiser; Tulane University, New Orleans — John E. Englekirk, Jr., L. B. Kiddle. MARYLAND — Goucher College, Baltimore — Esther J. Crooks; U. S. Naval Academy, Annapolis — Lt. Cmdr. D. L. Hamilton, Lt. (jg) A. R. Lopes, Lt. (jg) R. W. Ross, Lt. (jg) I. Spiegel, Lt. W. X. Wash. MASSACHUSETTS — Harvard University, Cambridge — A. R. Nykl, L. F. Solano, A. F. Whitem; Wheaton College, Norton — Mary L. Sweeney.

MICHIGAN — University of Michigan Ann Arbor — Nelson W. Eddy, Hayward Keniston, Joseph N. Lincoln. MINNESOTA — University of Minnesota — João Figueiredo. MISSOURI — St. Louis University, 221 N. Grand Blvd., St. Louis — Joseph F. Privitera; University of Missouri, Columbia — Elliont B. Scherr; Washington University, St. Louis — Jacob OrNSTEIN. NEVADA — University of Nevada — B. F. Chappelle. NEW HAMPSHIRE — Dartmouth College Hanover — Jos. B. Folger, Jr. NEW JERSEY — New Jersey College for Women, New Brunswick — Emil L. Jordan; New Jersey State Teachers College, Jersey City — Emilio Pineda; Princeton University, Princeton — Frederic B. Agard; Rutgers University, New Brunswick — C. H. Stevens, Jr. NEW MEXICO — University of New Mexico, Albuquerque — Carlos M. Teran. NEW YORK — Barnard College, Columbia University, New York — Maria L. Sá Pereira; Columbia University, New York — José Famadas, Frederico de Onis, Alexander R. Prista; Teachers College, Columbia University, New York — Gordon R. Mirick; College of the City of New York, Convent Ave. and 139th St., New York — Alfred Iacuzzi; Cornell University Ithaca — G. I. Dale, Gerald Moser; Hunter College, New York — Joseph Fragoso, Carl Selmer; New York University, New York — H. C. Heaton, E. Herman Hespelt; Syracuse University, Syracuse — Elbert F. King; U. S. Military Academy — Col. Donald L. Durfee, Room 5500, 49 West 49th St., New York — William Berrien. OHIO — Denison University, Granville — Graydon S. De Land, Kenyon College, Gambier — William Ray Ashford; Miami University, Oxford — Daniel da Cruz; Ohio State Univer-

sity, Columbus — Claude E. Aniba, William S. Hendrix, A. H. Schutz; Ohio University, Athens — I. A. Ondis. OREGON — University of Oregon, Eugene — Ray P. Bowen. PENNSYLVANIA — Bucknell College, Lewisburg — Agnes M. Brady; Lehigh University, Bethlehem — Earl Crum; Pennsylvania State College, State College — H. H. Arnol; Temple University, Philadelphia — Alexandre de Seabra; University of Pennsylvania, Philadelphia — Edwin B. Williams; 205 Swarthmore Ave., Swarthmore — Leora James Sheridan. RHODE ISLAND — Brown University, Providence — Juan Lopez-Morrillas, Leô Pap. TENNESSEE — Vanderbilt University, Nashville — Wosley M. Carr. TEXAS — Dallas College, 2615 Throckmorton Dallas — A. B. Dever; Texas Technological College — Eunice J. Gates; Trinity University, San Antonio — Virginia Joiner; University of Texas, Austin — Ramon Martinez-Lopez. UTAH — Brigham Young University, Povo Gerrit de Jong, Jr. VIRGINIA — University of Virginia, Charlottesville — L. G. Moffatt. WASHINGTON — University of Washington, Seattle — Evelyn Ashlin, Clotilde Wilson. WEST VIRGINIA — West Virginia State College Institute — John F. Matheus. WISCONSIN — University of Wisconsin, Madison — James Homer Herriott, Lloyd A. W. Kasten, Claude E. Leroy, John O. Harsh, Jr., Victor R. P. Oelschlagel; Marquette University, Milwaukee — Charles L. Seanton. WYOMING — University of Wyoming, Laramie — Carle H. Malone.

Como resultado do inquérito efetuado pelo *The New York Times*, através dos Estados Unidos, sobre o conhecimento que têm os americanos da história do seu próprio país — inqué-

rito esse vivamente discutido por ocasião da sua divulgação, visto afirmar ser esse conhecimento, em média, insuficiente — verificou-se um surto de interesse nesse sentido por parte do público e dos estudantes norte-americanos.

Numerosas universidades e "Colleges" incluíram a história dos Estados Unidos nos cursos obrigatórios e nas matérias compulsórias do seu *curriculum*.

Dois Estados decretaram o ensino obrigatório da história americana nas escolas públicas. Na Califórnia foi criado um Instituto de História Americana, na Universidade de Stanford, com o objetivo de promover reuniões de professores e estudos sobre finalidades e métodos de ensino para os vários níveis de cultura. Bibliotecas de diferentes cidades, igualmente, constataram extraordinário aumento no pedido de livros sobre a história dos Estados Unidos. Incitados, outrossim, pelas revelações do inquérito do *New York Times*, centenas de professores e escolares, através do país, promoveram reuniões e conferências a fim de analisar e examinar a situação.

À Conferência dos Ministros de Educação das nações aliadas, reunida em Londres, enviou os Estados Unidos uma delegação presidida pelo Sr. G. Fulbright, antigo presidente da Universidade de Arkansas, e assim composta: Archibald MacLish, diretor da Biblioteca do Congresso; Dr. John Studebaker, diretor do "Office of Education"; Dr. Grayson N. Kefauver, antigo diretor da Escola de Educação na Stanford University e Dr. Ralph E. Turner, da Divisão de Ciências, Educação e Arte do Departamento de Estado.

## INGLATERRA

As Universidades de Oxford e Cambridge continuam, em plena guerra, sua nobre missão universitária. As circunstâncias atuais levaram-nas a ampliar seu raio de ação a numerosos exilados da Europa e soldados americanos. Grupos de jovens freqüentavam suas bibliotecas e aulas para impregnar-se no ambiente cultural das velhas sedes universitárias. Militares em férias lá se retiram por uma semana, ou alguns dias, com o fim de encher seus espíritos da velha tradição de que são depositários aqueles dois grandes centros de cultura.

Além disso, exercem elas, hoje em dia, notável influência sobre a opinião e mentalidade média do povo inglês. São populares as edições intituladas: "Oxford" ou "Cambridge University Press", que compreendem desde o livro mais seletivo e de investigação até o folheto de divulgação.

É uma iniciativa que pode e deve ser imitada. Na atualidade a cultura média tem conseguido um grande desenvolvimento: para isso contribuíram a imprensa, o rádio, o cinema e as escolas. A Inglaterra não conhece o analfabetismo. O ensino primário está ao alcance de todos, e por isso mesmo o gosto pela leitura é generalizado.

## ITÁLIA

O conhecido educador Carleton Washburne, antigo presidente da associação "New Education Fellowship", nos Estados Unidos, encontra-se na Itália, como Diretor de Educação da parte desse país agora ocupada pelos aliados. Por algum tempo, o Professor Washburne dirigiu o ensino na Sicília. Em reconhecimento aos serviços que aí prestou, a Universidade de Messina lhe conferiu o título de doutor *honoris causa*.

## BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN CLARO VELASCO,  
*Proyecto de Lei Organica de los Servicios Educacionales*, 1943.  
Santiago de Chile, La Nación,  
S. A. 78 p.

O volume contém o projeto de lei e o projeto de mensagem ao poder legislativo, apresentada pelo Ministro da Educação do Chile ao Presidente do mesmo país. Em breve introdução, indica o Ministro Benjamin Claro os defeitos que encontrou no sistema educacional da adiantada nação: falta de unidade do processo educativo e ausência de maior adaptação às necessidades econômico-sociais da época.

Depois de estudar os fatores gerais que para essa situação teriam influído, declara o Ministro que se convenceu de que nenhum proveito haveria em propor medidas parciais, como a de revisão dos cursos ou programas. Tem dirigido, por isso, sua atividade para estes três pontos essenciais: a) a situação econômica do magistério; b) a construção de edifícios escolares; c) a adoção, enfim, de uma "lei orgânica", assunto sobre que versa o projeto.

Para esse trabalho, tomou o Ministro Claro, como ponto de partida, trabalho anterior já apresentado à Câmara pela Comissão Técnica de Educação do Partido Radical, a que se filia.

No título preliminar, declara o novo projeto que a educação chilena "terá por fim estabelecer as condições necessárias para que se consiga a máxima realização da personalidade humana"; que "velará principalmente para que o indivíduo adquira nítida compreensão do valor e do destino do homem, e clara compreensão da continuidade histórica da Nação Chilena"; que, "do mesmo modo, deverá capacitar o indivíduo para que atue na coletividade, aperfeiçoando-se e descobrindo melhores formas de convivência, no sentido de uma vida coletiva mais justa e equitativa".

A educação — acrescenta — deverá exercer-se tanto sobre o indivíduo como sobre o meio social, e assumirá duas formas: a educação escolar, ou ensino, e a educação extra-escolar, a ser dispensada pelos museus, bibliotecas e outros meios similares.

A educação é função própria do Estado e se exercerá por meio do Ministério da Educação Pública, ao qual incumbe organizar, orientar e realizar a educação própria do Estado; fiscalizar a educação ministrada pelos particulares; e difundir a cultura por todos os meios ao seu alcance.

A obrigatoriedade escolar durará dos seis aos quinze anos; penalidades são

desde logo previstas aos que dificultem a matrícula e a frequência escolar.

E' obrigação do Estado dar assistência aos escolares necessitados e educar a infância abandonada.

Para exercer o ensino será necessário atender às condições da lei. Nenhum funcionário do Ministério da Educação poderá ser exonerado, ou punido, por atuação de ordem político-social realizada à margem de suas funções profissionais; nenhum professor poderá, no entanto, servir-se da cátedra para propagar idéias relativas a outro sistema político-social que não seja o consagrado na Constituição Política e leis da República.

Vem a matéria depois, distribuída em três partes: uma, que trata dos órgãos de direção da educação; outra, dos diferentes tipos de escolas e da coordenação de seu trabalho e a terceira, enfim, dedicada ao estatuto do pessoal.

A escola primária deverá ter cinco anos de curso; a educação secundária, sete, com um primeiro ciclo de quatro anos, e outro, de três. Este ciclo terá três ramos distintos: o de ciências matemáticas, ciências biológicas e ciências sociais.

A formação do professorado primário se fará em escolas de três tipos: normais rurais, normais urbanas e normais superiores.

A educação técnica-profissional se fará em dois graus: um, que se seguirá ao primário; outro, em continuação ao 1.º ciclo secundário.

O projeto não trata do ensino superior, por ser, no Chile, inteiramente autônoma a educação universitária.

Todo o trabalho se inspira em modernas idéias e princípios, e sua adoção representará, por certo, notável conquista para o grande país americano,

cujo nível de cultura já é tão adiantado.

ANAIIS DO 1.º CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR — (Cidade de São Paulo, 21-27 de abril de 1941), 1942, São Paulo, *Revista dos Tribunais*, 875 p.

Explica-se, em introdução, que este Congresso partiu de uma iniciativa da Sociedade de Medicina e Higiene Escolar, de São Paulo, e que se organizou com o apoio do Governo do mesmo Estado e os auspícios dos governos das demais unidades federadas. Toda a documentação dos trabalhos é apresentada a seguir, compreendendo a relação dos membros do congresso; correspondência; temas oficiais, com a reprodução no todo, ou em parte, das memórias apresentadas; moções aprovadas e outras informações.

Os temas desenvolvidos foram os seguintes: 1) Organização e orientação dos serviços de Saúde Escolar; 2) A saúde do escolar no meio urbano e rural; 3) Condições de saúde física e mental para o exercício do magistério; 4) Morbilidade e mortalidade no meio escolar; 5) A educação sanitária nas escolas; 6) O problema dos repetentes na escola primária; 7) Higiene mental nos meios escolares; 8) Alimentação e nutrição dos escolares; 9) Bases científicas para a restauração dos débeis físicos; 10) A adaptação e a escolha das profissões.

Em relação a cada um desses assuntos, foram apresentados estudos gerais ou particularizados, a maioria dos quais de real interesse. Os respectivos relatores gerais redigiram, por fim, conclusões submetidas ao plenário do Congresso.

Esta Revista reproduzirá, oportunamente, o texto dessas conclusões.

OFÉLIA BOISSON CARDOSO, *Ensinar e aprender*, 1944, Rio, *Editora A Noite*, 153 p.

Em 1941, realizou a A., que é técnica da Secretaria Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, um curso destinado a professores primários, sobre a aprendizagem inicial de leitura e escrita, e a linguagem e a matemática nas classes elementares. A matéria essencial desse curso constitui o presente volume, que faz parte da série "Biblioteca do Estudante Brasileiro", Seção VI, Cultura Pedagógica, vol. 2, publicada sob a orientação técnica do Coronel Jonas Correia.

De forma sempre clara e atraente, são aqui examinados os seguintes assuntos: Maturidade, sua possível avaliação. O teste A B C, fundamentos psicológicos. Deficiências mais comumente encontradas entre elementos da 1.ª série. Atitude inicial do mestre na 1.ª série. Como ensinar a ler e escrever. Sentencição. Escrita ao espelho, dislexia. A linguagem e a matemática no curso primário. O desenho no curso primário.

Tôdas estas questões são aqui abordadas com apoio em casos da experiência da A., e orientadas para soluções práticas; em vários casos, o livro indica processos corretivos, já experimentados em escolas do Distrito Federal com bons resultados. Tal é, por exemplo, o das crianças que apresentam escrita ao espelho, e para o qual são indicadas estas diretrizes gerais de correção: ler e escrever segundo determinado ritmo; adquirir o senso auditivo-motor da palavra, antes de fazer interferir a visão.

INFÂNCIA EXCEPCIONAL, Relatório da "Sociedade Pestalozzi" de Belo Horizonte (Publ. do Departamento Nacional da Criança), Rio de Janeiro, 1944, *Imprensa Nacional*, 118 p.

A Sociedade Pestalozzi foi fundada, em Belo Horizonte, no ano de 1933, por iniciativa da Professora Helena Antipoff, para o fim de facilitar a educação de crianças excepcionais. Posteriormente, seu programa foi alargado, compreendendo toda "a infância anormal socialmente abandonada".

O Governo do Estado de Minas Gerais, convencido da importância da obra, construiu em 1934 o pavilhão que ficou sendo chamado "Noraldino Lima" e o confiou à Sociedade, que havia traçado o plano de sua construção. Para aí se transferiu, no mesmo ano, o Consultório médico-pedagógico e, no começo do ano seguinte, aí se instalaram diversas classes especiais, destinadas a crianças retardadas, nervosas, psicastênicas, surdas-mudas. Ainda no mesmo ano o governo oficializava essas classes, criando o Instituto Pestalozzi, que ficou instalado no mesmo pavilhão.

Em 1936, num barracão próximo, a Sociedade montou um laboratório de pesquisas bioquímicas. Não só este laboratório, como também o Instituto e o Consultório médico-pedagógico, se tornaram centros ativos de pesquisas e de treinamento do pessoal.

Pouco a pouco, a Sociedade Pestalozzi foi passando à administração estadual o controle completo das instituições mencionadas e se interessando por outros trabalhos. Em 1940, o Laboratório Bioquímico deixou de funcionar, por necessitar o Instituto da área respectiva para a sua própria expansão.

Como se vê dos relatórios finais, incluídos neste volume, a Escola Granja

de Ibitité é hoje o centro dos trabalhos da Sociedade. A propósito dessa realização, apresenta o Dr. Gustavo Lessa, do Departamento Nacional da Criança, as seguintes impressões:

"O visitante, depois de ver a faina das lavouras, nota que existem na Fazenda três casinhas feitas de adôbe, cobertas de telha-vã e assoalhadas de tijolos. E' informado de que nelas vivem os alunos internos, e de que em duas delas se ministra instrução a alunos internos e externos, os primeiros em número de 51, na sua maioria órfãos e abandonados, os segundos, em número de 61, filhos de sitiantes que moram em redor da Fazenda.

Em pouco tempo, um fato virá impressionar o seu espírito, que não é comum nos estabelecimentos desse gênero. As professoras não são simples mestras, são um pouco as mães daqueles meninos. Em lugar de darem suas aulas e irem embora, elas moram aqui, dormem nas mesmas casinhas em que dormem os internos, fazem as refeições nas mesmas mesas com eles, trabalham juntos, servem-lhes de enfermeiras, acodem aos casos urgentes, porque a instituição, muito pobre, só pode obter a visita de um médico uma vez por semana, e êle, embora muito dedicado, mora distante, em Belo Horizonte.

O estabelecimento recebe, ao lado de débeis mentais, crianças normais que apresentam problemas de comportamento. Vêm dos arredores, vêm de Belo Horizonte, vêm de outros pontos do Estado, porque se foi espalhando a reputação dos métodos de D. Helena Antipoff, já experimentados no Instituto Pestalozzi, de que foi fundadora a mesma Sociedade, mas hoje encampado pelo Governo do Estado.

Entre aquêles débeis mentais, há alguns que são profundamente deficientes. Pois mesmo nestes, chegados ao estabelecimento incapazes de articular sons e até de movimentar-se, o espírito, sollicitado pelas professoras e pela cordialidade do ambiente, vai emergindo das trevas. Vão aprendendo a falar, a executar algumas tarefas simples, como varrer o terreiro, limpar utensílios, carregar tijolos, pegar na enxada; aprendem a assear-se e a vestir-se; transformam-se enfim em seres humanos e adquirem a possibilidade de não serem para a Sociedade um pêso inteiramente morto. Há, além disso, algumas crianças que vieram com a reputação de incorrigíveis e se transformaram, cooperando com as outras. A impressão que êsses casos trazem é que reina no estabelecimento uma confiança na educabilidade da natureza humana.

Mas há um outro aspecto que precisa ser mencionado. Os meninos fazem em turmas a limpeza das casas e dos arredores, molham as hortas, debulham o milho, catam o feijão, rasgam a palha, podam, limpam os laranjais, botam cal nos troncos para evitar os insetos, ajudam nas construções que têm sido feitas, fazem outros trabalhos manuais. Muitos têm inclinação para os trabalhos da Fazenda, que incluem lavouras de milho, arroz, feijão, mandioca, etc., e criação de porcos, galinhas, vacas, etc. Outros trabalham na oficina de carpintaria e na de sapataria, tôdas duas muito pobremente instaladas, mas cada uma com um mestre devotado às crianças. A de carpintaria está num barracão coberto de sapê.

Até aí nada de excepcional, porque é natural que num estabelecimento rural tais trabalhos sejam executados pelas crianças. A feição, porém, interessante da educação ministrada na Es-

cola Granja é que os trabalhos escolares dos meninos são estreitamente relacionados com os trabalhos fora da escola: os dos internos com os da fazenda, os dos externos com os dos sítios dos pais, que moram nos arredores. Vi redações, acompanhadas de desenhos, muito naturais, muito espontâneos, descrevendo os trabalhos de plantação, a natureza do solo, as variedades das plantas, os cuidados necessários

etc. Assim, o ensino da língua pátria, da história natural, do desenho, é vivificado pelo interesse real da criança em contar o que faz ou o que assiste a fazer.

O fato de que tôdas essas realizações se conseguiram num ambiente modesto como o da Escola-Granja, induz a crer que a experiência de assistência social e de educação aí tentada poderá servir de exemplo a todo o país".

## ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS

### ELOGIO DO AUTODIDATA

Costuma-se falar dos autodidatas com certa condescendência, um pouco de desprezo e muita inquietação. São lastimados, julgados sem indulgência e sua ciência é temida. O próprio autodidata, quando é pessoa modesta, o que acontece algumas vezes, antecede os julgamentos que expende pela reserva: "Não sou senão um autodidata, mas..." Ora, justamente o que vem depois des-se "mas", é temido. O que se segue é, às vezes, temível pelo seu dogmatismo. Pode acontecer, no entanto, que o autodidata tenha bom senso e que os conhecimentos que pôde adquirir por si mesmo não sejam necessariamente nefastos a seus julgamentos. A autodidaxia — pois é esse o nome que dão ao crime do autodidata — não é sempre peculiar aos espíritos falsos ou superficiais. Para que o autodidata possa responder por todos os pecados contra o espírito, seria necessário que o "heterodidata" fôsse automaticamente absolvido. Sabemos que assim não acontece. Os que puderam aprender com professores, os "heterodidatas", nem sempre são mais brilhantes e mais originais do que os outros que não tiveram mestres. Estamos, além disso, em pleno mistério, pois como explicar o preconceito segundo o qual os que aprenderam sós não adquiriram uma cultura pessoal, enquanto que os que tiveram

professores seriam dotados de uma cultura pessoal e assimilada? A regra deveria ser o contrário. De fato, tudo que se aprende verdadeiramente não se aprende só? Diz-se, às vezes, que não sabemos verdadeiramente senão o que a experiência nos ensina. Mas a experiência não é justamente alguma coisa que se impõe a nós sem o intermediário de professores? Há mais: a maioria dos grandes sábios não aprendeu só o essencial do que foi necessário às suas descobertas? Pascal, Lavoisier, Pasteur e tantos outros foram autodidatas, no sentido de terem sido os conhecimentos constitutivos da base de suas descobertas adquiridos sem professores, unicamente pelo esforço pessoal. Além do mais, é bem claro que a ciência não pôde começar senão à custa de autodidatas de génio. É bom lembrar essa verdade fundamental aos "senhores heterodidatas" que imaginam, porque aprenderam "com professores", pertencerem a uma espécie de nobreza titulada que os autoriza a olhar de bem alto o proletariado dos autodidatas. Acrescente-se ainda que os heterodidatas, freqüentemente, bloquearam o progresso da ciência. São os que aprenderam com professores que puderam inventar o famoso *magister-dixit*, tão nefasto ao progresso. Quem não teve mestres não pode ser tentado a dizer *magister-dixit*. O mais curioso é que, também, muitas vezes

o diz: não invoca o professor, mas o livro. Enquanto aquele que sabe usar muitos livros e recebeu aulas de muitos professores não invoca nem livros, nem professores. Como entender qualquer coisa nesse enigma? Deixemos, porém, este preâmbulo no qual amontoamos de propósito constatações contraditórias e tentemos jogar um pouco de luz sobre a "autodidaxia e os autodidatas". É útil refletir sobre as formas incompletas da ciência, pois são elas infinitamente mais freqüentes do que as formas perfeitas que só existem nos tratados de lógica. Procuremos, pois, no que residem a grandeza e a miséria do autodidata. Antecipadamente, expendo minha conclusão: a grandeza do autodidata supera a sua miséria e não me arrependo de ter dado a estas notas o título — "Elogio do autodidata".

Que é, realmente, um autodidata? É uma pessoa que tem o desejo de aumentar seus conhecimentos, que não dispõe de professores capazes de orientá-la e que procura satisfazer sua sede intelectual por todos os meios disponíveis, particularmente pelo estudo de livros. O autodidata é geralmente um adulto, pois a criança ou é confiada a professores e trabalha suficientemente sob a sua direção ou então é deixada a si mesma e não tem gosto nem vontade de se instruir só. O autodidata é, portanto, um adulto que, julgando insuficientes seus primeiros estudos, tenta completá-los sem poder recorrer à direção de mestres competentes. Porém, notemos bem, se o adulto aprende sem professores, não é por princípio mas devido a uma necessidade de fato. São muito raros os autodidatas que, dispondo de mestres competentes, preferem instruir-se a sós. Se o fazem, não o será sem dúvida, devido a um princípio ou doutrina, mas porque uma

espécie de respeito humano mal entendido lhes impede de confessar sua ignorância a um terceiro mais competente, em princípio, do que eles. É preciso levar em consideração este sentimento de falsa vergonha que se reduz a uma espécie de complexo de inferioridade. Aqui aparecem as misérias do autodidata. Ele tem gosto do saber. Por ele, o autodidata demonstra uma superioridade intelectual. Para satisfazer esse gosto, muitas vezes tardio, não se dirige senão a si mesmo e aos livros. Poderia ser o sinal de uma superioridade moral não recuando para satisfazer a uma necessidade espiritual, diante de qualquer dificuldade. Mas o autodidata não é um santo, ele está sujeito às fraquezas humanas. Em primeiro lugar, à inveja. Crê injustamente favorecidos aqueles que tiveram a sorte de ter professores para as questões que o interessam. Por que não teve essa sorte, podendo ter aproveitado — como acredita — muito melhor que tantos outros? Além disso a sociedade sanciona a ciência ensinada por professores oficiais. Passar por essa formação é poder transformar em dinheiro a sua ciência. O autodidata é condenado ao desinteresse. Se foi desinteressado na origem de seu impulso intelectual, tal desinteresse lhe custa cada vez mais à medida em que verifica que jamais chegará a utilizar praticamente seus novos conhecimentos, enquanto encontram facilidade, os que tiveram oportunidade de trabalhar com professores regulares, meios de tirar proveito de seus esforços, muitas vezes menos desinteressados originalmente que os do autodidata. Sente-se este, então, sacrificado por uma sociedade faltosa de seu dever para com ele e pronta para tudo dar a alguns privilegiados. Dai a subestimar e denegrir o saber adquirido "com professores" não vai

senão um passo. O autodidata o transpõe com muito gosto.

Crê saber mais e mais profundamente que os "ensinados por professores". E, muitas vezes, têm razão, ao menos em relação a um certo domínio limitado do conhecimento. O autodidata tende a valorizar-se a seus próprios olhos pelo conhecimento do detalhe, pelo saber erudito que lhe permite tirar a sua desforra. Essa necessidade de tomar uma desforra explica-se por um complexo de inferioridade inevitável, derivado das exhibições de superioridade aparente e fácil. Deixando-se cair no espírito de combate e de polêmica, o autodidata organiza todos os seus conhecimentos em torno desses centros. Fecha-se na sua erudição que considera propriedade pessoal. Entrincheira-se em pretensas doutrinas que lhe dão a impressão de força e de onde ele bombardeia com alegria infantil adversários imagináveis. A partir desse momento dá-se a ruptura com o mundo exterior e social. O autodidata está sepultado em seu "autismo". Seu cosmos interior se simplifica, seus conhecimentos se esquematizam, os pontos de reparo, ou se se quiser, o sistema de referências com os conhecimentos socializados está perdido. Tal é o drama do autodidata: tendo partido de um esforço eminentemente louvável, sossobra numa derrota profundamente triste.

Nem todos os autodidatas chegaram a essa vertigem do isolamento. Porém essa ventura de esterilização é infelizmente muito freqüente. O conhecimento é um todo orgânico socialmente organizado. Podem-se adquirir conhecimentos seguros sem professores, mas não se podem adquiri-los sem o concurso de outras inteligências com as quais se estabeleça uma troca criadora. O au-

todidata crê que o peculiar aos mestres é ensinar. Engana-se nesse ponto. É peculiar aos professores fornecer aos alunos o ponto de apoio de um espírito vivo um pouco mais avançado do que o deles na vida da cultura pessoal, em uma palavra, da "autodidaxia". Só aprendemos por nós mesmos, mas junto com outros, mais ou menos avançados do que nós. Porque o professor também aprende em contáto com os alunos.

Em suma, o autodidata merece os maiores elogios, mas as mais solenes advertências. Seu esforço pessoal é cheio de mérito, mas sua aventura, voluntária ou não, é também cheia de perigos. Seria necessário compreenderem aqueles que aprendem "com professores" que nada pode ser adquirido senão pelo esforço pessoal e se persuadirem os que aprendessem sem mestre de que só se pode aproveitar o saber pelo contáto intelectual com outros que sabem de modo diferente. Tocamos no vasto problema da educação das massas, da vulgarização dos conhecimentos, da elevação metódica do nível cultural. No que se relaciona com o autodidata, seu elogio assemelha-se ao dos heróis mortos no campo de batalha. Merecem ser elogiados, mas seria melhor que não estivessem mortos. Para tanto seria necessário suprimir os campos de batalha e a guerra, o que suporia um mundo melhor. Para que o elogio do autodidata não seja o elogio da virtude infeliz, quem quisesse ou devesse aprender deveria ser protegido contra os perigos, o que também suporia um mundo melhor. Porém, não podemos passar a crer que aprender "com professores" seja uma via livre de todo o perigo. Nenhuma via, na Terra, é inteiramente segura. Porém o conhecimento do perigo já não

é uma meia segurança? — PAUL ARBOUSSE — BASTIDE (*O Estado de São Paulo*, São Paulo).

### OS MENORES E A GUERRA

O operariado infantil cresceu notavelmente nos Estados Unidos, com as exigências da guerra. Esse problema, em seus efeitos futuros, já começa a preocupar os coordenadores da vida que sobrevirá com a paz. O número de menores, entre 12 e 18 anos, que abandonaram os estudos, a fim de se empregar em empresas industriais, agrícolas ou comerciais, muitos dos quais percebem salários anormalmente elevados, dá motivo a estudos especiais, em relação aos mesmos menores, terminada a conflagração. Vários técnicos de educação norte-americanos salientam a importância do problema, de relevância quanto ao nível da cultura no após-guerra.

Calculam-se em quatro milhões os menores afastados das escolas e em efetiva atividade em estabelecimentos fabris, industriais e comerciais. Em algumas comunidades houve aumento de 500 a 700 por cento desses menores. O êxito assinalado é atribuído principalmente à alta retribuição do trabalho em que se emprega essa vultosa legião de pequenos operários. Que resultado aparecerá quando depois da guerra, todos esses menores, durante tanto tempo inteiramente emancipados da disciplina escolar, passarem por uma revisão total da respectiva mentalidade? Essa é a mais grave preocupação dos técnicos em instrução e responsáveis pelo nível da cultura norte-americana.

E um dos mais ponderáveis aspectos do problema é o que se relaciona com o fato de, ao serem súbitamente desempregados, muitos milhares desses menores, havendo abandonado prema-

turamente os estudos, terem de lutar com talvez insuperáveis dificuldades para uma readmissão nas escolas que frequentavam, por se encontrarem já fora da idade limitada para a matrícula. (*Correio da Manhã*, Rio).

### OS LIVROS E AULA PRELEÇÃO

Os professores de educação das Normais de-cotio criticam acerbamente os processos expositivos de ensino tôdas as vezes que oportunidades surgem em suas aulas. O libelo é completo: assinalam suas deficiências, demonstram com exemplos claros seus inoperantes efeitos, falam da indiferença dos alunos, da dissociação da personalidade e da psicologia, aduzem os mais fortes argumentos para arrazar de vez com tão anacrônico e persistente erro didático. Até aqui, tudo está bem, mas o pior é a contradição flagrante entre a conduta verbal e os fatos, uma vez que se utilizam de idênticos processos em suas aulas. Hoje, nem os míopes mentais aceitam a velha fórmula: "Faça o que eu mando e não o que eu faço". Além do lado moral, oriundo dessa dualidade de conduta, acresce-se ainda a impressão causada aos espíritos dos alunos da existência de uma didática ideal, impossível de realização, em virtude das dificuldades insanáveis encontradas na prática.

EDWARD RANDALL MAGUIRRE na obra *El Plan de los Grupos de Estudio*, da Editorial Lousada, S. A., afirma: "Ensinar é excitar a aprender. É um processo cuja técnica está baseada no "estudo" porque o aluno aprende estudando. O ensino é um processo que faz possível o estudo, o impulsiona, organiza o esforço de estudar, indica o caminho que há de tomar o estudo e aplaude seus resultados. Qualquer ação do mestre cujo resultado seja o estudo

e o crescimento no aluno é ensinar. Ensinar é fazer aprender, fazer crescer. É a arte de dirigir o estudo; nada mais que isto é ensinar, não é o falar, nem o conferenciar, nem o "escutar lições".

São inúmeras as vantagens do estudo por grupo:

a) Atende às diferenças individuais, facultando ao aluno o trabalho de acôrdo com suas preferências;

b) desenvolve a capacidade de crítica;

c) satisfaz o impulso de dominação do educando, oferecendo-lhe dificuldades a superar e problemas a resolver;

d) sua prática elimina a falsa suposição da existência do aluno-médio;

e) apresenta também tôdas as vantagens inerentes ao trabalho socializado.

Uma das grandes vantagens é, sem dúvida, o ensejo oferecido ao aluno para mostrar-se tal qual é e nunca como tipos feitos em cunhagem em série. É mister proporcionar ao aluno liberdade de expressão, acalantar-lhe a opinião pessoal acêrca dos vários problemas; só assim seus trabalhos seriam o produto do esforço próprio, da reflexão pessoal, alicerçados, é claro, na consulta das fontes autorizadas, porque quanto maior fôr o cabedal informativo mais facilidades para o pensamento. Seria um dos meios de evitar-se a repetição dos pontos que, por contraste assás interessante, têm vida breve por um lado e longa de outro. Que vida efêmera a dêsses pontos expostos pelos professores, copiados pelos alunos, memorizados apressadamente e vindos à baila nesta ou naquela prova, para depois serem impregnados pelas águas do létis! Como é desagradável a leitura de vinte ou trinta provas estereotipadas, com idênticos inícios e conclusões! E que dizer dos cadernos, descendentes bastar-

dos das sebtentas, eivados dos piores erros e que, através dos anos, passam de mãos em mãos como legado precioso do *quantum* reputado necessário e suficiente para enfrentar com galhardia e segurança os exames!

Poderia surgir a objeção de ser o processo expositivo o único que permite tratar senão a totalidade, ao menos a maioria dos itens dos programas. Isso é inegável, todavia seria mais razoável não se sacrificasse a qualidade à quantidade.

Convém lembrar que os normalistas, com o curso ginásial completo, encontram-se mentalmente aptos a desempenhar com eficiência as incumbências de membro de um grupo de estudo. Professores de ginásio, avessos ao sistema de pontos, já têm conseguido dos alunos frequência à biblioteca, onde, pela consulta das fontes, elaboram seus apontamentos.

A dificuldade real parece residir na falta de uma série de livros criteriosamente selecionados e de acôrdo com os diversos tópicos do programa. Os manuais ou compêndios desempenhariam seu papel, pois serviriam para proporcionar aos alunos uma visão de conjunto, uma espécie de introdução ao assunto. E não se pense que para tanto houvesse necessidade de um número avultado de obras, porque um volume, conforme o caso, seria utilizado para o estudo de muitas questões.

As bibliotecas das Normais precisam ir paulatinamente aumentando seu acervo de livros, uma vez que, com descuido, os poucos livros de hoje serão pouquíssimos amanhã.

Só proporcionando aos alunos as mais amplas oportunidades para as manifestações individuais é que poderemos ver florir personalidades independentes, capazes de auto-expressão, cons-

cias de suas responsabilidades, úteis, portanto, às comunidades democráticas. — PAULO SONNEWEND. (*O Estado de São Paulo*, São Paulo).

#### ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS

O Prof. PAULO SCHNEIDER, médico psicanalista, de New York, tomou para estudo o livro famoso das crianças *Alice no país das maravilhas*.

É autor dessa obra LEWIS CARROLL que fez com ela sua glória literária. Sem aceitar-se plenamente a observação de SCHNEIDER, vale contudo a pena considerá-la. Começa estudando o autor CARROLL que supõe atacado de sadismo ao tempo da elaboração do livro. Depois, prossegue sobre a obra nos seguintes termos:

"Em nenhum conto de fadas se entende LEWIS CARROLL. A leitura desses contos deixa a criança completamente aturdida: ele procura aí, em vão, a imagem do mundo no meio do qual ele vive, cheio de amor e de ternura, da mesma forma, suas noções do tempo e do espaço são completamente transtornadas pelas aventuras extraordinárias de Alice.

A agressividade das suas personagens — sempre segundo o DR. SCHNEIDER — confere a "*Alice, no país das maravilhas*", um caráter mórbido. A cena em que Alice procura assustar o rato e os pássaros, descrevendo-lhes a maneira por que serão devorados, é bastante característica a este respeito. Os maiores efeitos, porém, LEWIS CARROLL os tira das cenas em que seus heróis se entrecrocaram: a pantera não faz do môcho mais de que uma fatia e os peixinhos caem vítimas do impiedoso crocodilo.

Como um dos exemplos mais tocantes da crueldade que respira este livro, o DR. SCHNEIDER cita a ordem repetida da rainha de coração para decapitar todo mundo. Discute-se, nessa passagem, longamente, a questão de saber se se pode infligir esta pena ao gato de Chester, cuja cabeça aparece sem o corpo. O medo de ser decapitado domina grande parte do livro. As ameaças de execução povoam esta encantadora narrativa.

As garrafas que voam; Alice que, a pouco e pouco, assume proporções microscópicas e gigantescas; o padre William que caminha de cabeça para baixo, eis aí outros fatos que serviram ao DR. SCHNEIDER para o seu estudo psicanalítico. "Em esquizofrenia, continua declarando o DR. SCHNEIDER, tais idéias traduzem a rutura com o mundo exterior, em que o doente nega as leis mais elementares".

O psicanalista norte-americano explica a concepção do mundo tal qual ela se apresenta em "*Alice, no país das maravilhas*", mundo bizarro, sem verdadeiro amor, em que os reis e as rainhas são ou cruéis, ou tolos, ou, ao mesmo tempo, cruéis e tolos", pelo facto de que LEWIS CARROLL, na sua infância, não recebeu de seus pais a parte de ternura necessária ao desenvolvimento normal de toda criança.

Conclui, finalmente, o DR. SCHNEIDER accentuando a necessidade de examinar, do ponto de vista pedagógico, se uma tal leitura deve ser recomendada às crianças. Pela parte que lhe toca, acredita firmemente que *Alice no país das maravilhas* não é prêmio senão para exacerbar o instinto de crueldade e de destruição inato a todo ser humano e que se manifesta, sobretudo, nos primeiros anos da vida. (*Formação*, Rio).

## NOVOS RUMOS AO ENSINO JURÍDICO

Uma das providências mais simpáticas e de resultados práticos mais eficientes adotadas pelo Governo na aplicação das recentes leis penais é a que instituiu o estágio judiciário dos acadêmicos que hajam atingido aos dois últimos anos do curso de Direito.

Divulgando opiniões neste sentido, favoravelmente expendidas por insígnis doutrinadores nacionais e estrangeiros, fomos dos que se bateram, na trincheira do pensamento escrito — a imprensa — pela adoção, entre nós, não apenas da permissibilidade aos, senão ainda da obrigatoriedade dos quarto e quintanistas de Direito praticarem no Fôro, junto, pelo menos, aos juizes de primeiras instâncias, se aos das mais altas possível não fôsse.

Afigurara-se-nos, ainda, perfeitamente concessível àqueles acadêmicos o direito ao registro na Ordem dos Advogados como solicitadores, sendo, portanto, razoável a expedição de uma lei a respeito. Atender-se-ia, destarte, a um dos aspectos mais graves da vida dos estudantes pobres, proporcionando-se-lhes ensejos para, como patronos de causas em que pudessem funcionar na qualidade de solicitadores nos termos da legislação especial que lhes regula as atividades, conseguirem auxílios, embora poucos, porém que, de alguma forma, representariam preciosa coadjuvação. A par dessa modesta vantagem de feição econômica, haveria a pertinente à formação do autêntico profissional, que, terminado o seu curso nas Faculdades, ingressaria na vida prática, menos envolto nas brumas cinzentas e pesadas de um doutrinismo acadêmico algo confuso e estonteador, mas em condições equivalentes às do estudante de Medicina que, ao ser di-

plomado, leva para a clínica, no seu consultório, o precioso e indispensável tirocinio de serviço prestado nos hospitais.

Em vários países adiantados, esta é a orientação inscrita nas respectivas legislações de ensino. No Brasil, JORGE AMERICANO, FILADELFO AZEVEDO, LAUDO DE CAMARCO, CÂNDIDO DE OLIVEIRA, HAROLDO VALADÃO e outros vultos eminentes da nossa cultura jurídica têm sido, também, incansáveis propugnadores da adoção plena desse sistema.

Dando expressão real ao pensamento do Presidente Getúlio Vargas, a cuja visão ampla e esclarecida se deve a instituição, há um ano, em todo o território nacional, do estágio judiciário dos acadêmicos de Direito, o Procurador Geral do Distrito Federal, Dr. Romão Côrtes de Lacerda, tem tornado através de atos de sua competência, de veras apreciável a participação desses nôveis; mas já abnegados, obreiros da Justiça, nos inúmeros feitos a que são chamados a funcionar. E' assim que, tendo o aludido chefe do Ministério Público local solicitado aos diretores das Faculdades de Direito daqui do Rio e de Niterói a remessa de nomes de estudantes do quarto e quinto anos, a serem aproveitados como assistentes, tem designado vários deles para funcionar junto dos Advogados de Offício.

No desenvolvimento da política de assistência social, nunca assás louvada, com que o Presidente Getúlio Vargas vem amparando, sob tôdas as modalidades, as classes pobres — inclusive assegurando assistência gratuita aos que tenham de responder a processos criminaes e, ainda, aos que sejam partes em diversos casos de ações cíveis, orfanológicas, feitos relativos a menores, a questões de alimentos, de registros civis e outros — não será descabida a concessão de pequena grati-

ficação aos estudantes pobres que hajam de exercer o delicado *munus* de assistentes dos aludidos Advogados de Offício.

Em prol do aprimoramento da cultura jurídica brasileira, ou seja, portanto, no interesse da sociedade, bem como em favor da democratização do ensino superior, a modesta ajuda aos acadêmicos — quer os de Medicina, que pratiquem nos hospitais mantidos pelo Estado, quer os de Direito, que exercitem no Fôro prestando serviços aos pobres, a que, por lei, cumpre ao Poder Público assistir — constituirá ato, a um tempo, de generosidade e de justiça.

Também junto aos órgãos da Justiça do Trabalho, onde pululam, ao lado de legítimos advogados, de juristas de mérito, numerosos leguleios e zangões de várias laias — que, muitas vezes, comprometem e prejudicam os direitos dos seus constituintes de boa-fé, ou a estes exploram demasiado, como se seus sócios de indústria fôsem, em tôdas as hipóteses de ganho de causa — não seria oportuna a criação de um corpo de ofício, no qual se aproveitassem os acadêmicos de Direito?

É de ponderar-se que a idéia suscitada da concessão do registro aos quarto e quintanistas das faculdades de ciências jurídicas, nas seções da Ordem dos Advogados em que residam, como solicitadores, traria a conveniência de possibilitar aos que, não tendo ensejos de serem designados para as funções de assistentes dos Advogados de Offício, devam, como esses, realizar, igualmente, um curso de prática de Fôro, em que se habilitem para o desempenho, tanto quanto possível desenvolvido ou consciente, amanhã, quando já formado, dos encargos que assumirem, como patronos das causas que pelos litigantes lhes forem confiadas.

Certo é que a classe dos solicitadores, em virtude de lei recente, tende a desaparecer definitivamente. Vedado está, com efeito, aos que não sejam bacharéis em Direito, o exercício pleno da advocacia. Aos velhos rúbulas — e quantos vultos de relêvo, em nossas letras jurídicas, não figuram como tais, ostentando, entretanto, os mais brilhantes galardões? — bem como aos novos já inscritos como solicitadores, está apenas assegurado o direito de prosseguirem em suas atividades, com as limitações definidas em preceitos legais. Novas inscrições não se concedem. Estará, desse jeito, em futuro próximo, extinta a classe.

Os notáveis progressos que temos realizado nos domínios do Direito, as legiões de novos advogados que as academias preparam e lançam, todos os anos, à vida prática, já não dão lugar, realmente, àqueles esforçados e infatigáveis lidadores de outrora.

Nem a permissão aos acadêmicos de Direito, dos dois últimos anos do curso, para que pratiquem, no Fôro, como solicitadores, virá trazer a revivescência daquela classe, cuja extinção está decretada.

Com efeito, o de que se cogita, agora, é da aprendizagem prática, é de um estágio forense indispensável a quantos tenham de ser encaminhados para os campos em que se ferem as grandes batalhas jurídicas.

E' devido à falta desses conhecimentos, recolhidos nas fontes da realidade, o fracasso, o naufrágio, o sossobro profissional da grande maioria dos bacharéis que saem das faculdades. E, então, buscam eles, decepcionados, lugares, mesmo secundários, nas repartições públicas, no comércio, nos escritórios, nos bancos, nos estabelecimentos industriais e até... na lavoura.

Preparados para outros misteres — os da Justiça, da Lei e do Direito — quantos e quantos desses bacharéis não vão, novamente, fracassar naquelas outras profissões, para as quais também não se habilitaram, não se especializaram?

E' tempo, pois, de se dar ao ensino jurídico no Brasil nova orientação, clara, segura, eficiente: teórica, filosófica, mas também, eminentemente técnica. — PEDRO TIMOTHEO — (*Jornal do Brasil*, Rio).

### ESCOLAS E IMIGRANTES

A entrada do Brasil na guerra veio dar uma atualidade trágica ao problema da adaptação dos imigrantes, instalados no Brasil. Quando tomamos posição decisiva no conflito, o que se viu foi a intensificação das atividades antibrasileiras de estrangeiros aqui radicados, grande número deles aparecendo envolvidos em tramas de espionagem e em planos inspirados do exterior, tendentes a comprometer os nossos esforços e mesmo a nossa soberania. Sentimos ao vivo a gravidade do problema, que não era novo e sobre o qual muitas vezes clamavam desde muito tempo.

Hoje, felizmente, a situação nesse particular está muito modificada. Já não somos os imprevidentes que abandonavam os imigrantes à sua própria sorte e não cuidavam de promover os meios adequados para que a sua adaptação ao nosso meio se fizesse de maneira permanente e em bases estáveis.

Se durante muitos anos não cuidamos de fornecer aos núcleos de estrangeiros esses elementos de adaptação, não é de estranhar que eles vivessem uma vida segregada e procurassem conservar aqui certos estilos de vida que traziam da pátria e mais ainda os trans-

mitissem a seus filhos. A falta da escola brasileira e capaz de abrasileirar os filhos dos imigrantes explica, em grande parte, a existência de verdadeiros quistos raciais, disseminados pelo nosso território. Sem os contatos que a educação proporciona e sujeitos a influências de fora, o imigrante dificilmente poderia ser um amigo sincero do Brasil e muito menos identificar-se com o seu país de adoção na medida que temos o direito de exigir que ele se identifique.

Que a situação é hoje bem diferente já o sabemos, bem diferente graças às medidas que o Governo vem tomando no sentido de apressar os trabalhos de abrasileiramento dos nossos imigrantes. Ainda ontem, uma reportagem especial deste jornal focalizava o assunto e mostrava que os japoneses do vale do Iguape dispõem hoje de escolas brasileiras, onde os seus filhos podem ser educados ao abrigo de influências perturbadoras e contrárias aos nossos interesses. (*O Jornal*, Rio).

### FLAGELOS SOCIAIS

Dentre os grandes males que afligem a humanidade, salientam-se pela sua maior difusão entre todas as classes sociais e pelo seu difícil e dispendioso combate — a tuberculose e a sífilis. Qual deles o pior? Para o fisiólogo é a tuberculose, para o sifilólogo, é a sífilis. Na verdade ambos têm razão. Tanto uma como outra são moléstias traiçoeiras, evoluem sem alardes, sem dor e minam o organismo sem que, muitas vezes, a vítima se aperceba senão tardiamente.

A mortalidade pela tuberculose entre adultos e crianças é muito elevada, mesmo nos países mais ricos e civilizados, apesar das novas conquistas de diagnóstico e de tratamento.

No Distrito Federal, por exemplo, a tuberculose ceifa mais de seis mil vidas por ano, sem contarmos aquelas que não foram registradas ou notificadas por terem passado despercebidas.

As estatísticas do Serviço de Biometria Médica, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, demonstram que 2% dos candidatos aos concursos do D.A.S.P. apresentam tuberculose em atividade. E' alarmante essa quantidade de casos insuspeitos, ignorados, visto como se trata de candidatos jovens, de 18 a 35 anos de idade e que se consideravam perfeitamente sadios e, portanto, em condições de se submeterem às provas dos exames de saúde. Quantos milhares, dezenas de milhares, de casos ignorados, insuspeitos seriam revelados por exames radiográficos, pela abreugrafia, periódica, sistemática, anual ou bianual? Quantas vidas seriam assim resguardadas e que magnífica recuperação de capital humano para um país de tão baixa densidade demográfica como o nosso!

Os sifilólogos, por sua vez, consideram a sífilis como o maior flagelo da sociedade. Ainda, a Biometria Médica apurou que 3,5% das reações sorológicas para sífilis foram positivas.

Na realidade, a sífilis, além de ser causadora de elevado número de óbitos, tem a prioridade em provocar abortos, afecções nervosas, anomalias físicas e funcionais. Além disso, é uma doença que se pode transmitir por hereditariedade e atingir assim gerações. Felizmente, a sua terapêutica tem tomado, na atualidade, um impulso bastante animador, principalmente quanto à redução do tempo de tratamento, pois a sua profilaxia, até então, esbarrava nas dificuldades dos tratamentos longos, dolorosos, seriados e dispendiosos. Fatos são esses que têm provocado grande número de interrupções, com

graves conseqüências para os pacientes menos cautelosos ou desprovidos de recursos financeiros necessários.

Nos Estados Unidos e na Inglaterra foram instituídos "Centros de Tratamento Intensivo", nos quais estão sendo ensaiados diversos métodos de tratamento, com curto ou longo período, pelo arsênico e pelo bismuto, associados ou não à febre artificial (termoterapia).

As técnicas dos diversos métodos têm sofrido constantes modificações, aconselhadas pela prática. Esses novos processos são delicadíssimos e exigem uma aplicação rigorosamente controlada, durante todo o período de sua atuação.

Os experimentadores norte-americanos já estão cuidando de selecionar os sais de bismuto e os arsenicais que ofereçam melhores garantias e menos riscos.

E' possível que, após tantas pesquisas, as conquistas de novas técnicas de tratamento pelos arsenicais é pelo bismuto sejam relativamente pouco vantajosas em vista das extraordinárias possibilidades curativas e da facilidade de aplicação, sem riscos, da penicilina e, principalmente, pela sua provável produção sintética, em futuro próximo. Todavia, somente o tempo dirá a última palavra, pois ainda estamos em plena fase experimental de sua aplicação contra a sífilis.

Em ciência, em particular nos domínios da terapêutica, todas as grandes novidades devem ser recebidas com as devidas cautelas.

Os atuais estudos sobre a sífilis e a sua profilaxia requerem e até exigem uma instituição especial, um verdadeiro "Instituto Experimental", dotado de recursos financeiros, amplos e fáceis, de recursos materiais e humanos especializados, de laboratórios de

pesquisas químicas e biológicas, de enfermarias para homens, mulheres e crianças, de ambulatórios e demais aparelhagens técnicas imprescindíveis para que se possam pesquisar e executar os novos métodos de tratamento, suas técnicas, seleção das drogas, dosagens, efeitos etc.

O assunto é da mais relevante importância sanitária e, pelas conquistas já obtidas, pode-se considerar como solucionado o mais grave problema de medicina social que vem afligindo a humanidade, tanto na paz como na guerra. — A. GAVIÃO GONZAGA. (*Correio da Manhã*, Rio).

## ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

PORTARIA N.º 357, DE 26 DE JULHO  
DE 1944

O Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação resolve consolidar as Portarias n.ºs 621, de 25 de novembro de 1943, 11, de 12 de janeiro de 1944, e 75, de 3 de fevereiro de 1944, referentes à concessão das Bôlsas de Estudos instituídas pelo Decreto-lei n.º 4.029, de 19 de janeiro de 1942:

1. As bôlsas instituídas pelo Decreto-lei n.º 4.029, de 19 de janeiro de 1942, serão concedidas exclusivamente a candidatos residentes nas unidades federativas onde não existam escolas congêneres da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, autorizadas ou reconhecidas.

2. Será dada preferência aos candidatos de unidades federativas mais distantes da sede da Escola Nacional de Educação Física e Desportos e de mais reduzida receita orçamentária.

3. Entre as unidades federativas se inclui, para os efeitos do Decreto-lei acima citado, o Território do Acre.

4. A fixação do número de bôlsas e a distribuição pelas diferentes unidades federativas serão feitas, cada ano, por indicação do Diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, aprovada pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação.

5. As bôlsas serão concedidas a candidatos que se destinem ao Curso

Superior, ao Curso Normal e ao Curso de Medicina de Educação Física e dos Desportos, observando-se, entretanto, o preenchimento exato das vagas distribuídas, por curso, às unidades federativas beneficiadas.

6. As bôlsas serão distribuídas pelas unidades federativas, determinando-se os cursos a que as mesmas se destinam.

7. No corrente ano letivo, as bôlsas serão distribuídas da seguinte forma:

Alagoas:

- |   |   |
|---|---|
| a) Para elementos que tenham o certificado de conclusão da quarta série do curso fundamental (Portaria Ministerial n.º 126, de 3 de fevereiro de 1943) .... | 2 |
| b) Professor normalista . . . . .   | 1 |

Amazonas:

- |  |   |
|--|---|
| a) Para elementos que tenham o certificado de conclusão da quarta série do curso fundamental (Portaria Ministerial n.º 126, de 3 de fevereiro de 1943) ... | 1 |
| b) Professor normalista . . . . .  | 1 |

Bahia:

- |                                   |   |
|-----------------------------------|---|
| a) Professor normalista . . . . . | 1 |
|-----------------------------------|---|

Goiás:

- |  |   |
|--|---|
| a) Para elementos que tenham certificado de conclusão da quarta série do curso fundamental (Portaria Ministerial n.º 126, de 3 de fevereiro de 1943) ... | 1 |
| b) Professor normalista . . . . .  | 1 |

- Maranhão:
- a) Para elementos que tenham o certificado de conclusão da quarta série do curso fundamental (Portaria Ministerial n.º 126, de 3 de fevereiro de 1943) ... 3
- b) Médico . . . . . 1
- Mato Grosso:
- a) Para elementos que tenham certificado de conclusão da quarta série do curso fundamental (Portaria n.º 126, de 3 de fevereiro de 1943) . . . . . 3
- Paraíba:
- a) Para elementos que tenham certificado de conclusão da quarta série do curso fundamental (Portaria n.º 126, de 3 de fevereiro de 1943) . . . . . 2
- b) Professor normalista . . . . . 1
- Pernambuco:
- a) Para elementos que tenham certificado de conclusão da quarta série do curso fundamental (Portaria Ministerial n.º 126, de 3 de fevereiro de 1943) . . . . . 1
- Piauí:
- a) Para elementos que tenha certificado de conclusão da quarta série do curso fundamental (Portaria Ministerial n.º 126, de 3 de fevereiro de 1943) ... 5
- Sergipe:
- a) Para elementos que tenham certificado de conclusão da quarta série do curso fundamental (Portaria Ministerial n.º 126, de 3 de fevereiro de 1943) ... 1
- Santa Catarina:
- c) Para elementos que tenham certificado de conclusão da quarta série do curso fundamental (Portaria Ministerial n.º 126, de 3 de fevereiro de 1943) ... 3

## Ceará:

- a) Professor normalista ..... 3
- Território do Acre:
- a) Para elementos que tenham certificado de conclusão da quarta série do curso secundário fundamental (Portaria Ministerial n.º 126, de 3 de fevereiro de 1943) . . . . . 1
- b) Professor normalista ..... 1
- Pará:
- a) Professor normalista . . . . . 1
- b) Médico . . . . . 1

8. A distribuição acima poderá ser modificada pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, mediante parecer do Diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, na hipótese de qualquer unidade federativa não apresentar candidatos em número suficiente e nas condições previstas ou na hipótese de ocorrerem vagas durante o período letivo.

9. Os candidatos serão escolhidos pelos órgãos competentes de cada unidade federativa entre os elementos que tiverem tido melhor índice de aproveitamento no estabelecimento pelo qual se diplomaram ou em que obtiveram certificado, devendo ser dada preferência aos funcionários estaduais que sirvam em repartições, cujas atividades normais sejam relacionadas com a educação física.

10. Os candidatos escolhidos serão submetidos, nas unidades federativas, a exame de saúde perante uma junta médica, que lhes atestará a higidez, bem como a aptidão para realizar as provas físicas a que se referem as instruções para os exames vestibulares.

11. Nenhum candidato poderá ter menos de 18 anos de idade, nem mais de 35, o que será provado mediante certidão de idade.

## 12. Os candidatos obrigar-se-ão:

a) a apresentar, no ato da inscrição, todos os documentos exigidos no edital de inscrição nos exames vestibulares, com exceção do recibo do pagamento de taxas;

b) a satisfazer às demais exigências para a admissão previstas nas instruções reguladoras dos exames vestibulares;

c) a cumprir o Regimento Interno da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, sem outras quaisquer regalias, além das concedidas pelo Decreto-lei n.º 4.029, supra citado.

d) a exercer, uma vez diplomados na unidade federativa de onde provierem, pelo prazo de 5 anos, no mínimo, sob pena de indenizarem à União e a unidade as despesas feitas com seu curso (inclusive a importância despendida com o transporte de ida e volta, se fôr o caso), a profissão para que se habilitarem.

13. Cada candidato terá direito a passagem de ida e volta e a Cr\$ 500,00 mensais, de ajuda de custo, do início dos exames vestibulares até a colação de grau.

14. Ao candidato que, a critério do Conselho Técnico e Administrativo da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, não apresentar índice de aproveitamento na primeira prova parcial, será cassada a matrícula e entregue passagem de retorno à unidade federativa de origem, sendo tomada, com relação ao que não fôr aprovado nos exames vestibulares, a segunda providência acima referida.

15. Os candidatos a que se refere o artigo anterior poderão deixar de regressar à unidade federativa de origem, obrigando-se entretanto, a indenizar integralmente todas as despesas feitas em razão da sua situação de bolsista.

16. O candidato que alegar motivo de saúde, para não prosseguir o curso, será submetido a uma junta médica de três membros, designada pelo diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, a qual firmará laudo a respeito.

17. Ao candidato que provar, mediante o laudo médico referido no item anterior, a impossibilidade de continuar o curso será facultado, a critério do Conselho Técnico Administrativo da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, o truncamento da matrícula, com direito a renová-la no período letivo seguinte. Nesse caso, entretanto, não perceberá a ajuda de custo mensal de Cr\$ 500,00 e só terá direito à passagem de regresso à unidade federativa de que proveio, perdendo o de nova passagem para o Distrito Federal, se deseja renovar a matrícula.

18. Os candidatos que, por qualquer motivo, desistirem de concluir o curso, serão desligados e obrigados a indenizar a União na importância correspondente a todas as despesas de passagem e estada nesta Capital.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1944.  
— *Abgar Renault*.

(Publicado no *Diário Oficial* de 29 de julho de 1944).

## ATOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

DECRETO N.º 1.847, DE 14 DE JULHO DE 1944

O Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, n.º I, do Decreto-lei Federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o regulamento a que se refere o art. 3.º do Decreto-lei n.º 725, de 24 de abril de 1943, e que com êste baixa, relativo à execução do serviço de inspeção técnica e administrativa das unidades de ensino pré-primário e primário, mantidas pelo Estado, municípios ou particulares.

Art. 2.º Os cargos de inspetores de ensino municipal vagos ou preenchidos em comissão serão extintos, aproveitando-se a verba destinada ao pagamento dos respectivos vencimentos para atender à execução do programa de construções e reparações de prédios escolares.

Art. 3.º Os prefeitos municipais poderão aproveitar os inspetores de ensino em cargos administrativos, atendidas as exigências legais em vigor.

Art. 4.º O regulamento anexo, que vai assinado pelo diretor do Departamento de Educação, entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O Secretário do Governo assim o tenha entendido e o faça executar.

Palácio do Governo, em Niterói, 14 de julho de 1944.

ERNANI DO AMARAL PEIXOTO  
Dermeval Moraes.

## REGULAMENTO DAS INSPECTORIAS DE ENSINO

Art. 1.º A inspeção técnica e administrativa das unidades de ensino pré-primário e primário mantidas pelo Estado, municípios ou particulares, será exercida pelas Inspetorias de Ensino, sediadas nas diversas regiões escolares.

Art. 2.º A chefia das Inspetorias de Ensino será exercida por um técnico de educação do Estado.

Art. 3.º Compete ao chefe de Inspetoria de Ensino:

1. Orientar, do ponto de vista pedagógico, os dirigentes e os professores de escolas pré-primárias e primárias;

2. Preconizar e estimular a adoção de novos métodos de ensino, participando diretamente da sua aplicação;

3. Organizar, uma vez por mês, reunião de mestres e pais em cada município, a fim de despertar maior interesse pela escola e conquistar a permanente colaboração da família na obra educativa;

4. Aproveitar essas oportunidades para palestras em torno de problemas pedagógicos e de aspectos econômicos e sanitários do município, diligenciando, com isso, promover o aperfeiçoamento do professorado, para tanto se articulando com os órgãos especializados;

5. Incentivar a criação e desenvolvimento das instituições complementares da escola;

6. Propor ao Diretor do Departamento a criação, localização e transferência de escolas, e suspensão do en-

sino tão somente como medida extrema, inelutável.

7. Propor a conversão de escolas isoladas em grupos escolares e escolas reunidas;

8. Visitar obrigatoriamente, durante o ano letivo, todas as unidades escolares de sua jurisdição;

9. Lavrar termo dessas visitas ou preencher fichas de inspeção conforme instruções especiais do diretor do Departamento, referindo-se às providências julgadas indispensáveis e aos assuntos seguintes:

a) terreno, prédio e instalações;

b) aparelhamento e material didático;

c) instituições escolares;

d) vida escolar — matrícula, frequência, distribuição por séries, organização de classes, cumprimento do programa (objetivos e métodos), aproveitamento dos alunos;

e) escrituração da escola.

10. Propor o regime de turnos;

11. Atender às solicitações que lhes forem feitas pelos chefes de Divisão ou Serviço;

12. Superintender os exames escolares na região cumprindo e fazendo cumprir as instruções que, a êsse respeito, forem expedidas pelo Diretor do Departamento;

13. Informar, dentro do prazo máximo de oito dias, os processos submetidos a seu exame, fazendo-o com perfeito e direto conhecimento de cada caso;

14. Desenvolver permanente campanha junto às autoridades municipais e aos dirigentes das unidades escolares quanto ao preenchimento rápido e correto dos mapas de informações estatísticas, ficando responsável pela re-

messa mensal dêles à Divisão de Estatística e Pesquisas Educacionais;

15. Admitir, nos termos da lei, professores substitutos e indicar extranumerários nas vagas decorrentes;

16. Encaminhar ao Serviço de Prédios e Aparelhamento Escolar, devidamente informadas, as propostas de locação de prédios escolares e à Divisão de Ensino Primário os pedidos de subvenção de escolas particulares;

17. Propor transferência ou cancelamento de subvenção concedida a escolas particulares;

18. Atestar o exercício do pessoal docente e auxiliar das unidades escolares estaduais;

19. Remeter até o dia três de cada mês, às prefeituras, os mapas mensais de frequência e os informes necessários ao controle da vida funcional dos professores municipais;

20. Expedir e assinar os certificados de habilitação nos cursos das escolas isoladas;

21. Atestar a ocupação dos prédios onde funcionarem escolas estaduais;

22. No manifesto interesse do ensino e com autorização prévia do Diretor do Departamento, concentrar suas visitas em determinada unidade ou área escolar;

23. Apresentar ao Diretor do Departamento, mensalmente, relatório de suas visitas, reunião de professores e demais atividades da Inspetoria;

24. Apresentar ao chefe da Divisão de Ensino Primário, para efeito da sua atestação de exercício por essa autoridade a súmula demonstrativa das visitas mensais, cujo número será fixado pelo Diretor do Departamento, em face das condições particularíssimas de cada região;

25. Residir no município sede da região escolar.

Art. 4.º Os inspetores municipais, quando não aproveitados em cargos burocráticos, serão considerados auxiliares das Inspetorias de Ensino, dentro dos limites de cada município, conforme a cláusula quinta do Convênio Estadual de Ensino Primário, celebrado em 29 de julho de 1943.

Art. 5.º São da sua competência:

1. Visitar mensalmente todas as escolas municipais;

2. Lavrar dessas visitas termos em que se mencionem as condições do terreno, prédio, instalações mobiliárias e material de ensino.

3. Fazer extrair, desses termos, três cópias, ficando a primeira em seu poder, enviando a segunda à Inspetoria, e a terceira ao Departamento de Educação;

4. Oficiar ao prefeito local, logo após sua visita, solicitando as providências que lhe parecerem indispensáveis à manutenção e ao funcionamento das escolas municipais;

5. Visitar também as escolas estaduais e particulares, com objetivos predefinidos pelo chefe da Inspetoria;

6. Empregar todas as diligências no sentido do encaminhamento regular dos mapas estatísticos das escolas estaduais, municipais e particulares, ao chefe da Inspetoria;

7. Apresentar mensalmente ao chefe da Inspetoria relatório de suas atividades e situação das escolas sob sua jurisdição

Art. 6.º À Inspetoria Privativa das "escolas típicas rurais" aplicam-se, com exceção dos n.ºs 12, 16, 17, 19, 20 e 21, todas as demais disposições deste regulamento, referentes às Inspetorias de Ensino.

Art. 7.º Oportunamente o Diretor do Departamento baixará normas para a organização das Inspetorias de Ensino, de acordo com os métodos de racionalização do trabalho.

Niterói, 14 de julho de 1944. — *Rubens Falcão*, diretor.

(Publicado no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", em 15-7-1944).

## COLABORADORES DO I VOLUME

ALCIMAR TERRA, diretor da Divisão de Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro; antigo assistente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

ALMEIDA JÚNIOR, A., professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; ex-professor de Biologia Educacional na Faculdade de Filosofia da mesma Universidade; ex-diretor geral do Departamento de Educação do Estado de São Paulo. Autor de "Escola Pitoresca"; "Biologia Educacional"; "Investigação da Paternidade", e numerosos outros trabalhos.

ALVARO NEIVA, técnico de administração escolar do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; fundador e antigo diretor do Instituto Cruzeiro, Cruzeiro, Estado de São Paulo, onde realizou a experiência da *Escola Ativa Direta*. Autor de "Educação para a vida".

CARNEIRO LEÃO, A., professor de Administração Escolar na Universidade do Brasil; antigo diretor do Departamento de Educação no Distrito Federal; ex-secretário de educação no Estado de Pernambuco. Autor de "Administração escolar"; "O ensino na capital do Brasil"; "Sociologia"; "A sociedade rural"; e numerosos outros trabalhos.

ELISA DIAS VELOSO, técnico de educação, da Seção de Orientação e Seleção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; antiga professora na Escola Normal de Belo Horizonte.

EMÍLIO PLANCHARD, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Autor de "Introdução à psicologia das crianças"; "Problemas atuais da pedagogia" e outros trabalhos.

GERMÃO JARDIM, do Serviço de Estatística da Educação e Saúde; membro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Autor de "Rumos de Organização da Estatística Brasileira" e outros trabalhos.

HELENA ANTIPOFF, professora, da Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais; antiga assistente de Ed. Claparède, no Instituto J. J. Rousseau; fundadora da Sociedade Pestalozzi, dedicada à educação de menores deficientes. Autora de numerosos trabalhos de investigação psicológica e de pedagogia experimental.

HELOÍSA MARINHO, professora do Instituto de Educação e do Colégio Bennett, no Rio de Janeiro; especialista em psicologia infantil. Autora de "A linguagem do pré-escolar", e outros trabalhos.

HUMBERTO BASTOS, da redação do "O Observador Econômico e Financeiro"; antigo assistente técnico do Departamento de Educação em Alagoas. Autor de "Rumos da civilização brasileira", de que vários capítulos tratam dos problemas da educação.

JACIR MAIA, chefe da Seção de Orientação e Seleção Profissional do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação; antigo técnico do Centro de Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação do Distrito Federal; autor de "Estatística e experimentação pedagógica".

LEONEL FRANCA, S. J., Reitor das Faculdades Católicas do Rio de Janeiro; membro do Conselho Nacional de Educação; membro da Comissão Censitária Nacional. Autor de "História da Filosofia"; "A crise do mundo moderno"; "A psicologia da fé", e outros trabalhos.

LOURENÇO FILHO, M. B., professor de Psicologia Educacional da Universidade do Brasil; diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; ex-diretor geral do ensino em São Paulo e no Ceará; ex-diretor do Departamento Nacional de Educação e do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Autor de "Introdução ao estudo da Escola Nova"; "Testes A B C"; "Tendências da educação brasileira" e outros trabalhos.

M. MARQUES DE CARVALHO, chefe da Seção de Inquéritos e Pesquisas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação; antigo assistente do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. Autor de "Oportunidades de Educação em São Paulo".



VOLUME I

ÍNDICE GERAL E ÍNDICE ALFABÉTICO

## INDICE GERAL

	Págs.
Apresentação pelo Ministro Gustavo Capanema .....	3
Editorial — 3, 163 e .....	339
<i>Idéias e debates:</i>	
LOURENÇO FILHO, A educação, problema nacional .....	7
A. ALMEIDA JÚNIOR, Os objetivos da escola primária rural .....	29
HELENA ANTIPOFF, Como pode a escola contribuir para a formação de atitudes democráticas? .....	36
HELOÍSA MARINHO, A linguagem no pré-escolar .....	46
HUMBERTO BASTOS, Sumário histórico da instrução no Estado de Alagoas	54
— A educação no após-guerra .....	64
JACIR MAIA, Provas mentais na seleção dos servidores públicos .....	73
A. CARNEIRO LEÃO, A educação para o após-guerra ..	165
PADRE LEONEL FRANCA, S. J., As universidades e a defesa da civilização ocidental .....	181
EMÍLIO PLANCHARD, Aspectos atuais da psicologia e pedagogia do trabalho	189
M. MARQUES DE CARVALHO, Aspectos do ensino numa universidade norte-americana .....	203
ELISA DIAS VELOSO, A apresentação das questões nas provas de nível mental	213
CESÁRIO DE ANDRADE, A proteção da visão dos escolares .....	341
GERMANO JARDIM, A coleta da estatística educacional .....	361
ÁLVARO NEIVA, A escola secundária e a formação de atitudes democráticas	371
HELOÍSA MARINHO, Assuntos predominantes na linguagem do pré-escolar	376
ALCIMAR TERRA, A escola primária e a aritmética .....	387
<i>Orientação pedagógica:</i>	
LOURENÇO FILHO, Modalidades de educação geral .....	219
LOURENÇO FILHO, Programa mínimo .....	393
<i>Documentação:</i>	
Despesas dos Estados e do Distrito Federal com os serviços de educação em 1943 .....	84
Bibliografia pedagógica brasileira (1812-1900) .....	100
Bibliografia pedagógica brasileira (1901-1930) .....	281
Bibliografia pedagógica brasileira (1931-1940) .....	418
I Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Rep. Americanas	226
O Congresso de Instrução Superior e Secundária, em 1922 .....	403

## Vida educacional:

A educação brasileira no mês de abril .....	124
A educação brasileira no mês de maio .....	304
A educação brasileira no mês de junho .....	449
Informação dos Estados — 135, 315 e .....	458
Informação do estrangeiro — 139, 316 e .....	461

BIBLIOGRAFIA: *Rivlin e Shueler*, Encyclopædia of Modern Education (141); *Almeida Júnior*, Biologia Educacional (142); *F. Chermot*, A estrada real da inteligência (143); *Otávio Lins Martins*, O teste Jota (144); Anais da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro (145); *Osmar da Cunha e Melo*, A reação anti-social entre os menores (145); *Heloisa Marinho*, A linguagem no pré-escolar (320); *Juan Mantovani*, La educación y sus tres problemas (322); *Júlio C. Pretto*, El desarrollo somatométrico de los escolares en Lima (322); Leis do ensino primário (323); *Benjamin Claro Velasco*, Proyecto de Lei Organica de los Servicios Educativos (465); *Ofélia Boisson Cardoso*, Ensinar e aprender (467); Anais do 1.º Congresso Nacional de Saúde Escolar (466); Infância excepcional, Relatório da Sociedade *Pestalozzi*, de Belo Horizonte (467) — 141, 320 e .....

Págs.

465

ATRAVÉS DAS REVISTAS E JORNAIS: *Tito Lívio Ferreira*, O problema da educação nacional (148); *Everardo Backheuser*, O professor e a organização nacional (150); *Pelágio Lobo*, Caetano de Campos (150); *Nicanor Miranda*, Clubes de Menores Operários (154); *João Luderitz*, O ensino profissional e o S.E.N.A.I. (155); *Fr. Sebastião Tauzin*, Universidade, escola de mestres (324); *Walter Barioni*, Aperfeiçoamento de professores primários (325); Evasão escolar (326); A tuberculose e o estudante (327); Instrução e trabalho (328); *Everardo Backheuser* (39); A campanha do livro no Brasil (330); o analfabetismo, calamidade pública (331); *Paul Arbousse-Bastide*, O elogio do autodidata (470); Os menores e a guerra (473); *Paulo Sonnenwend*, Os livros e a aula preleção (473); Alice no país das Maravilhas (475); *Pedro Timótheo*, Novos rumos ao ensino jurídico (476); Escolas e imigrantes (478); *A. Gavião Gonzaga*, Flagelos Sociais (378), 148, 162 e

470

## Atos oficiais:

LEGISLAÇÃO FEDERAL: Decreto-lei n.º 6.527, de 24-4-944; Decreto-lei número 6.574, de 8-6-944; Portaria Ministerial n.º 276, de 6-6-944; Decreto-lei n.º 6.660, de 5-7-944; Decreto-lei n.º 6.679, de 13-7-944; Decreto-lei n.º 15.989, de 22-6-944; Decreto-lei n.º 11.299, de 13-1-943; Portaria n.º 357, de 26-7-944 — 158, 333 e .....

480

LEGISLAÇÃO ESTADUAL: Decreto n.º 1.847, de 14-7-944, do Estado do Rio de Janeiro .....

483

COLABORADORES DO I VOLUME .....

487

## INDICE ALFABÉTICO

- Administração dos Estados, atos da, 127, 306, 452, 483.  
 Administração federal, atos da, 124, 158, 304, 333, 449, 480.  
 Administração municipal, atos da, 131, 311, 456.  
 Alagoas, 54, 86, 91 a 99, 124, 130, 135, 453.  
 Alfabetismo, 246, 248, 331.  
 ALMEIDA JÚNIOR, A, 29, 142.  
 Amazonas, 86, 89, 91 a 99, 127, 128, 129, 133, 452, 457.  
 Anormais, 247.  
 ANDRADE, CESÁRIO DE, 341.  
 ANTIPOFF, HELENA, 36.  
 Aptidão, testes de, 73.  
 Aritmética, 387.  
 ARBOUSSE-BASTIDE, PAUL, 473.  
 Arqueologia, 237.  
 Argentina, 23, 139, 272.  
 Assistência Social, 158.  
 Associação Interamericana de Educação, 263.  
 Atitudes democráticas e a escola, 36, 371.  
 Atos oficiais, 158, 333, 480.  
 Autodidata, elogio do, 470.  
 BACKHEUSER, EVERARDO, 150, 329.  
 Bahia, 86, 88, 91 a 99, 128, 129, 132, 133, 135, 452, 457.  
 BASTOS, HUMBERTO, 54.  
 Bibliografia pedagógica brasileira, 100, 281, 418.  
 Bibliografia (notas bibliográficas) 141, 320, 465.  
 Biblioteca panamericana, 248, 249.  
 Biologia educacional, 142.  
 BOLIVAR, SIMON, 268.  
 Bolívia, 317.  
 Bolsas de estudo, 480.  
 CAPANEMA, GUSTAVO, 3.  
 CARDOSO, OFÉLIA BOISSON, 467.  
 Carmelitas, Frades, 55.  
 CARNEIRO, LEÃO, A., 165.  
 CARVALHO, M. MARQUES DE, 203.  
 Ceará, 86, 89, 90, 91 a 99, 126, 131, 134, 135, 451.  
 CHARMOT, F. (S. J.), 143.  
 Chile, 23, 334, 465.  
 Comemoração das datas americanas, 234.  
 Colombo, homenagem a, 265.  
 Colômbia, 23.  
 Colônias de férias, 244.  
 Conferência interamericana de educação, 163, 226, 267.  
 Conferência nacional de educação, 132.  
 Congresso de Instrução, 403.  
 Construções escolares, 244.  
 Convênio cultural, 334.  
 Convênio Nacional do Ensino Primário, 19, 25, 87.  
 Cooperação entre bibliotecas, museus e arquivos, 262.  
 Costa Rica, 268, 317.  
 Cuba, 461.  
 CUNHA E MELO, OSMAR DA, 145.  
 Democracia em crise, 168.  
 Despesas com educação, 23, 84.  
 DEXTER, Dr. EDWIN GRANT, 255.  
 Dicionário geográfico americano, 251.  
 Direitos de propriedade intelectual, 259.

- Distrito Federal, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91 a 99, 124, 128, 129, 133, 449, 450, 452 a 458.
- Documentação, 84, 226, 403.
- Editorial, 3, 163.
- Educação, no Brasil, em abril, 124; maio, 304; e junho 449.
- Educação, Conferência Interamericana de, 226.
- Educação, Departamento Internacional de, 174.
- Educação, Associação Interamericana de, 263.
- Educação e espírito público, 166.
- Educação física, 244, 480.
- Educação geral, 219.
- Educação indígena, 240.
- Educação, Instituto Interamericano de, 261.
- Educação nacional, 7, 148.
- Educação nas Américas, 250.
- Educação no pós-guerra, 60, 165.
- Educação para um mundo livre, 171.
- Educação pacifista, 260.
- Educação, problema nacional, 7, 148.
- Educação profissional rural, 34.
- Educação sanitária, 245.
- Educação supletiva, 240.
- Educadores da América, 233.
- Enciclopédia de Educação, 141.
- Ensino artístico, 368.
- Ensino comercial, 368.
- Ensino doméstico, 368.
- Ensino de crianças anormais, 247.
- Ensino de Engenharia, 414.
- Ensino de Geografia na América, 250.
- Ensino de Geografia da América, 251, 257.
- Ensino de História da literatura americana, 249.
- Ensino, inspeção do, 207.
- Ensino jurídico, 410, 476.
- Ensino médico, 412.
- Ensino normal, 473.
- Ensino numa escola norte-americana, 203.
- Ensino particular e o Estado, 239.
- Ensino pedagógico, 368.
- Ensino pré-primário, 368.
- Ensino primário, leis do, 323.
- Ensino primário, comum, 33, 316, 368.
- Ensino profissional, 155, 336, 368.
- Ensino secundário, 38, 316, 333, 368, 403, 407.
- Ensino superior, 368, 403.
- Escola Americana e os ideais democráticos, 328.
- Escola Ativa Direta, 371.
- Escola e atitudes democráticas, 36, 371.
- Escola primária e a aritmética, 387.
- Escola rural, objetivos da, 7.
- Escolar, evasão, 326.
- Escolares, 322.
- Estados, atos da administração dos, 127, 306, 452, 483.
- Estados Unidos, 23, 72, 140, 203, 272, 318, 461.
- Estatística educacional, 361.
- Estudantes e a tuberculose, 327.
- Estudo de artes plásticas, 262.
- Estudo, planos e certificados de, 259.
- Espírito Santo, 86, 87, 88, 91 a 99, 124, 131, 452, 457.
- Faculdade de Farmácia e Odontologia do Rio de Janeiro 145.
- FERREIRA, TITO LÍVIO, 150.
- Folclore Americano, 235.
- FRANCA, (S. J.), PADRE LEONEL, 181.
- Geografia nas nações americanas, 250, 251, 257, 264.
- Goiás, 86, 87, 88, 91 a 99, 127, 129, 131, 449, 458.
- GONZAGA A. GAVIÃO, 480.
- Hino escolar americano, 245.
- História americana, 230.
- História da literatura americana, 249.
- Idiomas americanos, 238.
- Imigrantes, 478.

- Infância, dados sobre a psicologia da, 39, 41, 46.
- Informação do estrangeiro, 139, 316, 461.
- Informação dos Estados, 135, 315, 458.
- Inglaterra, 316, 464.
- Inspeção escolar, 207, 483.
- Instituto Interamericano de Educação, 261.
- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 4, 6, 73, 132, 135, 315, 317, 319.
- Instrução, 328, 403.
- Inteligência, 143.
- Intercâmbio cultural, 252, 253, 254, 256, 334.
- Itália, 464.
- JARDIM, GERMANO, 361.
- Legislação estadual, 127, 306, 452, 483.
- Legislação federal, 158, 304, 333, 449, 480.
- Linguagem no pré-escolar 46, 320, 376.
- LINS MARTINS, OTÁVIO, 144.
- Literatura americana, 249.
- Literatura infantil, 475.
- Livro, campanha do, 330.
- LOBO, PELÁGIO, 154.
- LOURENÇO FILHO, 7, 219, 393.
- LUDERITZ, JOÃO, 155.
- MAIA, JACIR, 73.
- MANTOVANI, JUAN, 322.
- Maranhão, 86, 87, 90, 90 a 99, 452, 454, 455, 458.
- MARINHO, HELOÍSA, 46, 320, 376.
- Matão Grosso, 86, 88, 91 a 99, 124, 449, 451, 456, 457.
- Menores e a guerra, 473.
- Menores operários, 154.
- Menores, reação anti-social dos, 145.
- Minas Gerais, 86, 87, 88, 91 a 99, 124, 126, 450, 457, 458.
- MIRANDA, NICANOR, 155.
- MOACIR, PRIMITIVO, 403.
- Monumentos históricos, 258.
- Mulher, atividades docentes da, 243.
- Município, atos da administração do, 131, 311, 456.
- NEIVA, ÁLVARO, 371.
- Nível mental, 73, 213.
- Noticiário, 131, 312, 456.
- Orientação pedagógica, 219, 393.
- Orientação profissional, 73.
- Organização nacional, 150.
- Operários menores, 154.
- Paleontologia, 237.
- Panamá, 267, 268.
- Pará, 86, 87, 88, 91 a 99, 452 a 455, 457.
- Paraguai, 319.
- Paraíba, 86, 87, 88, 91 a 99, 129, 130, 132, 133, 456, 457, 458, 460.
- Paraná, 86, 87, 88, 91 a 99, 124, 126, 127, 131, 132, 134, 450.
- Pedagogia do trabalho, 189.
- Pernambuco, 86, 87, 91 a 99, 124, 127, 128, 132, 133, 455, 456.
- Peru, 23.
- Piauí, 86, 91 a 99, 128, 131, 133, 134, 450, 452, 456, 457, 458.
- PLANCHARD, EMÍLIO, 189.
- PRETO, JULIO, C., 322.
- Professor, 229, 333.
- Professor, dia do, 234.
- Professor, formação e aperfeiçoamento do, 244, 325.
- Professor e a organização nacional, 150.
- Profissionalização da escola primária, 31.
- Programa mínimo, 393.
- Provas mentais, 73.
- Psicologia do trabalho, 189.
- Radiodifusão educativa, 228.
- Rio de Janeiro, 86, 88, 89, 91 a 99, 125, 128, 129, 130, 131, 133, 139, 449, 452 a 455, 457, 458, 482.

- Rio Grande do Norte, 86, 91 a 99, 128, 130, 133, 456.
- Rio Grande do Sul, 86, 87, 88, 91 a 99, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 136, 451 a 458.
- RIVLIN, H. N. e SHUELER, H., 141.
- ROOSEVELT, F. D., 266.
- Santa Catarina, 86, 87, 88, 91 a 99, 128, 129, 136, 458, 461.
- São Paulo, 86, 87, 88, 90, 91 a 99, 125, 126, 130, 132, 134, 136, 315, 449, 450, 451, 453, 454, 456, 457.
- Saúde escolar, 466.
- SEGISMUNDO, FERNANDO, 323.
- Seleção profissional, 73.
- Sergipe, 86, 87, 89, 91 a 99, 128, 453, 461.
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), 155.
- SHUELER, HERBERT e RIVLIN, H. N., 141.
- Sífilis, 478.
- Sociedade Pestalozzi, 467.
- SONNEWEND, PAULO, 475.
- TERRA, ALCIMAR, 387.
- Território de Ponta Porã, 458.
- Teste Jota, 144.
- TIMOTHEO, PEDRO, 478.
- Trabalho, 328.
- Tuberculose, 327, 478.
- Universidade, 181, 266, 269, 273, 324.
- Universidade do Brasil, 159.
- Uruguai, 140.
- VELASCO, BENJAMIN CLARO, 465.
- VELOSO, ELISA DIAS, 100, 213.
- Venezuela, 319.
- Vida educacional, 124, 304, 449.
- Visão dos escolares, 341.
- Vocabulário de termos técnicos, 264.